

cadernos do

terceiro mundo

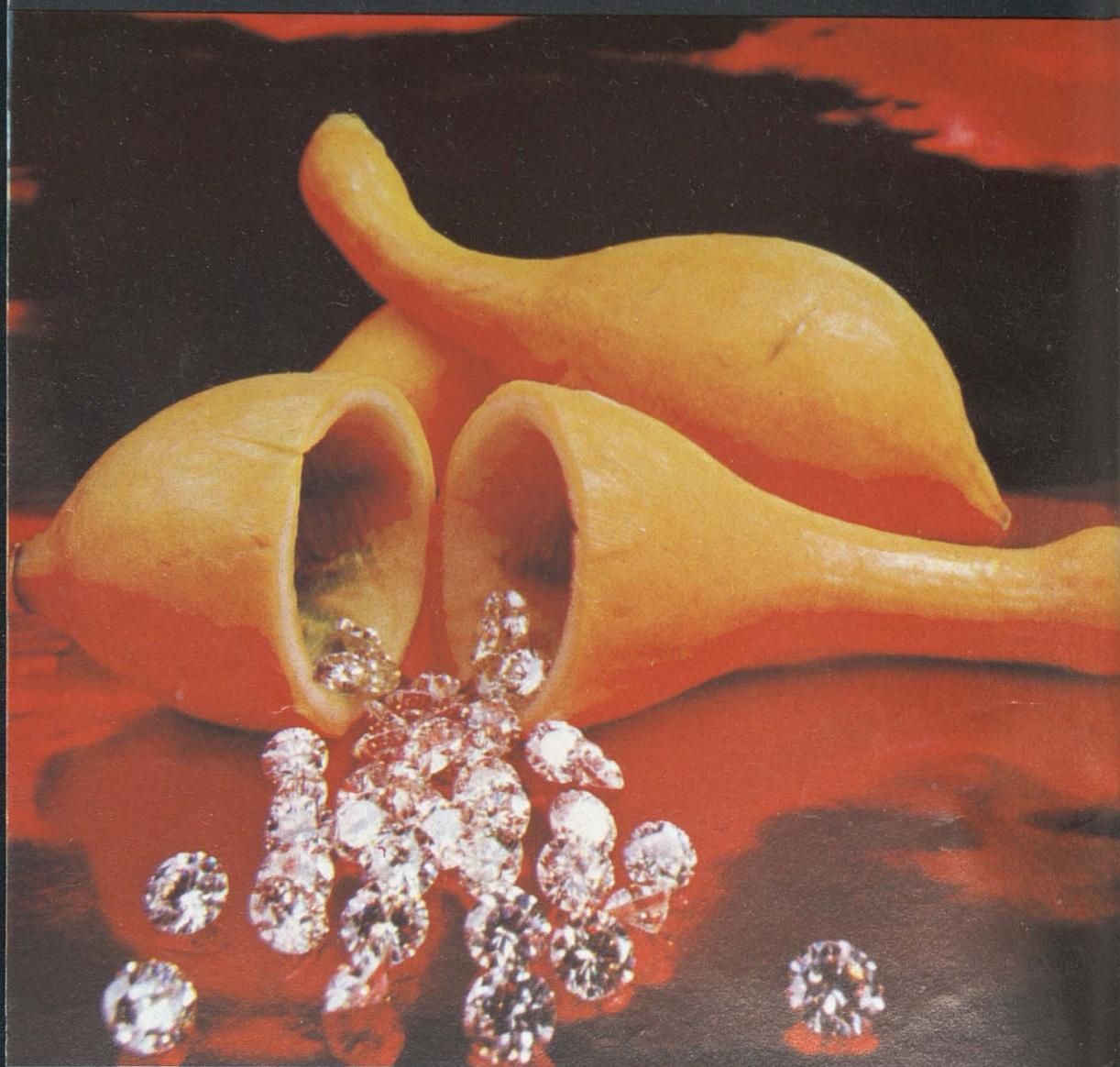
**O lobby
sul-africano
nos Estados Unidos**

Fevereiro 1986 • Esc 100 • Kz 80 • Mi 80 • PG 80\$ • CV 80\$ • Cr\$ 15.000 • Ano IX • N° 86



**MÉXICO:
O fim das
ilusões**

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

México, um gigante ferido

cadernos do terceiro mundo deve muito ao México. Foi o país que acolheu o nosso projecto quando o surgimento das ditaduras militares no Cone Sul nos expulsou dessa região e por momentos pareceu inviabilizar os nossos sonhos. Como vinha fazendo desde as primeiras décadas do século, quando para ali convergiram os republicanos desterrados pela vitória franquista em Espanha e León Trotsky, por discordar dos rumos da revolução soviética, o México voltou a acolher, nos anos setenta, milhares de latino-americanos perseguidos pela sua militância e fidelidade aos seus ideais. Apesar dos nossos estreitos vínculos profissionais e inclusive afectivos com largos sectores mexicanos, nunca dedicámos uma das nossas capas à problemática do país que nos havia amparado, talvez por estarmos demasiado comprometidos, emocionalmente, com toda a evolução política e social do país para podermos manter a distância que exigia um trabalho imparcial e objectivo.

Mas a análise da realidade mexicana sempre foi objecto do nosso interesse profissional. Por se tratar de um país com uma história tão rica e de posições nacionalistas tão marcantes, por ter sabido conviver com tanta dignidade com um vizinho tão incômodo como os Estados Unidos sem se curvar à sua influência cultural nem às suas imposições políticas, pela sua liderança em matéria de política externa e, em particular, pelo seu empenho em assegurar uma paz justa na América Central, o México conquistou rapidamente o nosso respeito e o de quantos nele se refugiaram um dia. Cabe-nos, neste número, abordar a conjuntura desse gigante hoje ferido, que sofre as consequências de uma crise que veio crescendo lentamente e que agora aflora sem pudor.

Expressamos a nossa plena solidariedade ao México, convencidos de que toda a América Latina está unida a esse povo irmão neste momento difícil que, fazendo jus ao seu passado, certamente saberá superar.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral:

Neiva Moreira

Director Geral Adjunto:

Pablo Piacentini

Editora:

Beatriz Bissio

Sub-Editores:

Carlos Castilho (África)

Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional:

Darcy Ribeiro

Juan Somavia

Henry Pease Garcia

Aquino de Bragança

Wilfred Burchett (1911-1983)

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Coordenador de Produção:

José Carlos Gondim

Redação Permanente:

Baptista da Silva, Cláudia Neiva, Cristina Canoura, Eduard Varela, Guiomar Belo Marques, Horácio Castellano Moya, João Macedo dos Reis, Raul Gonçalves, Roberto Bardini

Departamento de Arte:

Samarai (editor), Sonia Freitas, Miguel Efe

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza (Rio de Janeiro), Cristina Assis (Lisboa)

Composição:

Ronaldo Fonseca

Revisão:

Estevam Reis (Lisboa)

Serviços Comerciais:

Manuela Fernandes

Publicidade:

Maria José Belo Marques e Cristina Campos (Lisboa)

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 — ler. piso Of. 12 y 14 — Telef.: 35-81-94

Bueno Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Mata

Casilla 16637 — Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Equador: José Steinleger

Apartado 8968, suc. 7 — Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncaglio

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 — Telef.: 285-66-14 — Bogotá

Nicarágua: Arquelas Morales

Apartado 576 — Manágua

Estados Unidos: Gino Lofredo

1648 Newton St. N. Y. Washington D. C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109 Sommerchield, Maputo

BRASIL

Director e Editor:

Neiva Moreira

Editora Terceiro Mundo, Lda.

Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro,

RJ — Telef.: 242-19-57 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

Edição portuguesa

Director: Artur Baptista

Coordenação de Redação:

Carlos Pinto Santos

Propriedade:

Tricontinental Editora, Lda.

Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10-1.^o
1200 LISBOA

telef.: 32 06 50/32 07 51

Redação e Publicidade:

Rua das Salgadeiras, 36-2.^o-E
1200 LISBOA

telef.: 36 38 04/37 27 15

Telex:

42720 CTM TE P

Impressão:

Gráfica Europam, Lda
2726 — Mem Martins (CODEX)

• *Edições em espanhol*

MÉXICO, CARAÍBAS, AMÉRICA CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centroamericano:

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A — Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef.: 689-17-40 — 04040 México, D. F.

RIO DA PRATA

Directores:

Crônimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A. C. U. S./A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso — Montevideo, Uruguay

Colaboradores: Abdul Nafey, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Alberto B. Mariantoni, Alex Mashinini, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Nuñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, César Arias Quincot, Cláudia de Alvarés, David Fig, Deborah Huntington, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Díaz, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Francisco Cé Gomes, Gregorio Selzer, Gridivya Kuncar, Herbert de Souza, Hugo Neves, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserat Filho, Ladislau Dowbor, Laurine Platsky, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcos Arruda, Mark Fried, Mário de Cautin, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martinez, Pablo Martínez, Peter Law, Phillip Harris, Orlando Senna, Ricardo Bueno, Ravindran Casnader, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Sam Ramsamy, Sol Carvalho, Theotonio dos Santos.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livre UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L. Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chaves S. A., rua Teodoro da Silva, 307 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Cerdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Artega, Tel. 517-590, Reg. Sendip. Pex. 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arco 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resources Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass. 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Bookellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRO-BRÉTANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via di Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expedidores y Vendedores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. — Librería México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería del Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, A. P. n° 2705, Manágua, Nicarágua. PANAMA: Librería Cultural Parameña, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenner-Gren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españo-As, S. A., Ave. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina) e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), ALTERCOM (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abasté Propaganda

Foto de Capa: Beatriz Bissio. A foto é do coronel Pedro García, que combateu na Revolução Mexicana de 1910 ao lado de Emiliano Zapata.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.



4 Cartas

7 Panorama Tricontinental

18 Editorial – As negociações com o FMI e os bancos

20 Matéria de capa – México: O fim das ilusões

22 O panorama político, *Josefina Morales*

27 A crise económica, *Ignacio Hernández*

32 O impacto do terramoto na produção

39 Cultura, crise e soberania nacional, *Lucina Jiménez*

43 A população indígena, *R. Aguilar*

45 As relações com os Estados Unidos, *Victor Flores Garcia*

51 A luta pela paz e o desarmamento, *Ricardo Góvela*

Africa

53 Uganda: A difícil busca da paz, *Carlos Castilho*

59 África do Sul: O lobby do apartheid nos EUA, *Anne Newman*

63 Burkina Faso/Mali: À espera do veredito do Tribunal Internacional de Haia, *Mota Lopes*



Yoweri Museveni:
o novo líder ugandês

América Latina

67 Estados Unidos voltam a treinar forças policiais, *Gregorio Selser*

Ásia

75 Laos: Uma década de regime socialista, *Carlos Pinto Santos*

Infância

78 Um combate pela sobrevivência, *Guilherme Belo Marques*

Meio ambiente

81 O lado "sujo" da indústria "limpa"

83 Uruguai: denunciado o uso de pesticidas proibidos

Mulher

84 Guatemala: as mulheres vão à luta

Cultura

86 O índio latino-americano no cinema

90 Notas de economia

92 Boletins do 3º Mundo

94 Notas de comunicação

96 *Humor*: Wasserman



Viênciana: dez anos de socialismo no Laos



As crianças são as principais vítimas da crise mundial

Denúncia de trabalhadores rurais



O governo brasileiro ameaça expulsar 7 mil famílias de trabalhadores rurais no Vale do São Francisco, com a Barragem de Itaparica, construída pela CHESF. A inundação dar-se-á dentro de 13 meses e fará desaparecer as cidades e as respectivas áreas agrícolas, de Petrolândia com 25 mil habitantes e Itacuruba com 8 mil, localizadas em Pernambuco e Rodeias, cidade baiana com 6 mil habitantes. A inundação cobrirá também as áreas agrícolas dos municípios de Floresta, Belém de São Francisco, Glória, Chorrochó e Abaré.

Essa população é actualmente responsável pela produção de 30 mil toneladas de cebola por ano, fora os produtos industriais como a goiaba, o tomate e a banana que abastecem as indústrias. Os alimentos básicos produzidos na região somam outras tantas toneladas, cuja produção abastece os mercados consumidores de diversos estados do centro sul do país, além de toda a região nordeste. A inundação de Itaparica fará desaparecer completamente toda essa economia agrícola regional de uma das áreas mais produtivas do Nordeste, o Vale do São Francisco, sem contar os prejuízos sociais, culturais e históricos a que serão submetidos os lavradores e as três cidades inundadas.

Nós trabalhadores rurais, lutamos e resistimos há dez anos. A ameaça que hoje enfrentamos vem desde 1976, quando a CHESF implantou o estaleiro de obras desrespeitando o direito dos trabalhadores. Começamos, então, a unir-nos, enfrentando e parando máquinas, a crescer e a organizar-nos em Sindicatos, em conjunto com as Federações de Trabalhadores da Agricultura dos estados atingidos — FETAPE e FETAG/BA — e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura — CONTAG.

Em 1979 realizámos a grande Concentração de Trabalhadores Rurais, em Petrolândia, onde apresentámos, pela primeira vez, o Plano de Reassentamento, reivindicando terra por terra na margem do lago, reposição das condições de vida e trabalho e aplicação do Estatuto da Terra. (...)

Neste momento, nós trabalhadores rurais, representados pelos nossos Sindicatos, Federações e Confederação Nacional, só temos um compromisso: agirmos enquanto é tempo. Não permitiremos o fechamento das comportas sem a nova terra, irrigada, com condições, capacidade e meios para nela produzirmos e vivermos como seres humanos, violentados que fomos por uma mudança que não desejámos e sobre a qual não nos foi permitido opinar. (...)

Manifesto da 7ª concentração dos trabalhadores rurais do polo sindical do submédio São Francisco e dos atingidos pela barragem de Itaparica

Informação sobre o Paraguai

Como leitor de *cadernos* e como membro integrante do Comité Paulista de Solidariedade ao Povo Paraguaio, venho manifestar a minha incompreensão no que se refere à não publicação de factos sobre a prolongada ditadura de 31 anos à qual tivemos o desprazer de conhecer em Março último e de onde — Paraguai

— saímos com uma péssima impressão. Não do povo, mas do intratigente, prepotente e entreguista governo e sua clientela parasitária e dos seus capachos policiais, que sob o pretexto de qualquer denúncia, prendem, torturam, expulsam ou até matam "supostos" infractores. No Paraguai não existe, não vigora o Estado de direito, mas sim o estado de sítio, onde prevalece o poder econômico e a corrupção. (...) Recordo-me nitidamente quando uma estudante paraguaia que vive na Foz do Iguaçu me afirmou: "quem esteve no Paraguai há dez, vinte, trinta anos atrás e volta hoje, percebe que nada mudou, o país não se desenvolveu e o que é pior, retrocedeu (...)"

Sabe-se também que apenas 263 famílias detêm as terras produtivas e que nas mãos destas elas tornaram-se improdutivas, e ironicamente, na moeda guarani lê-se: "Alimentos para o mundo" quando a nação guarani é pasto de engorda do mundo industrializado enquanto o povo vive na miséria, despojado dos seus direitos e da sua cultura (...)

Paulo José Augusto Ferreira — São Paulo — Brasil

Encontro afro-brasileiro

Trabalho há vários anos com grupos artísticos e culturais populares. No momento preparo o 2º Encontro Malé das Entidades Afros, Julho 86 — SBPC. Esse grandioso evento pretende unificar o movimento negro nacional, bem como estabelecer formas efectivas de intercâmbio com a comunidade afro. Inscrições e informações para o Grupo Malé, Praça Anchieta, 17, Terreiro de Jesus — Salvador — BA — CEP: 40.000 — Brasil.

Atalito Batista — São Mateus do Sul — Paraná — Brasil

Nota da Redacção:

Agradecemos e retribuímos aos leitores e amigos os votos e saudações recebidos por ocasião das festas de fim de ano.

Intercâmbio

- **Francisco Joaquim Vilaça**
C.P. 262 — Chimoio — Moçambique
- **Inocêncio Matias Filipe**
C.P. 6696 — Luanda — Angola
- **Lourenço Carlos de Carvalho**
Pacavira
C.P. 18.584 (o), Grafanil — Luanda
Angola
- **Fumanga Chapéu**
Rua Santo Miguelito, Lote 6,
Quadra 1 — Duque-de Caxias
RJ — CEP: 25.080 — Brasil
- **Garcia Agostinho**
IPUEC nº 42, Agostinho Neto
— Ilha da Juventude — Cuba
- **Nilton Carlos S. Cruz**
Rua Eloy Chaves, nº 12 — Bairro
de Roma — Salvador — BA
CEP: 40.000 — Brasil
- **Antônio Manuel Paulo (Nelito)**
Rua V.I. Lenine, Apartado 10876
— Luanda — Angola
- **Luis Paulo Vieira Ramos**
C.P. 10272 — Porto Alegre
RS — CEP: 90.000 — Brasil
- **Mário Malungo Belengue "Maia"**
C.P. 48 — N'dalatando — Kuanza
Norte — Angola
- **Sérgio Ignácio**
C.P. 447 — Assis — São Paulo
CEP: 19.800 — Brasil
- **Miguel C. Contreiras**
Rua do Ribatejo c/c 184-2 — Bairro
Nelito Soares — Luanda — Angola
- **Josué Eduardo dos Santos**
Rua Marginal — 2 B.C. Elísios,
nº 762 — Itanhaém — SP
CEP: 11.740 — Brasil
- **Sócrates do Rosário José Domingos**
(Paizinho)
a/c do meu pai — C.P. 48
N'dalatando — Kuanza Norte
Angola
- **Breno Veríssimo Gomes**
Rua Gonçalves Dias, 567 Bloco C,
apt. 22 — Campo Grande — MS
CEP: 79.100 — Brasil

- **Carlos A. Dias**
Rua Iturama, 383 — Bairro Amorim
— Araguari — MG — CEP: 38.440
Brasil
- **Altemir Luiz Dalpiaz**
Rua Cavaleiro da Rosa, 283, Con-
junto Estrela do Sul — Campo
Grande — MS — CEP: 79.030
Brasil
- **Jerônimo Vieira de Moraes**
Rua Viriato Correia, nº 39, Ap. 102,
Boa Viagem — Recife — PE
CEP: 50.000 — Brasil
- **Luís André de Lima**
Rua Tobias Cândido, nº 78,
C.P. 67 — Patos de Minas — MG
CEP: 38.700 — Brasil
- **Elza Maria Claudino dos Santos**
Rua Dr. Carlos Mavignier, 86
Casa Amarela — Recife — PE
CEP: 50.070 — Brasil
- **Celia Menezes Lino**
Rua Masashiro Tomita, 83
Londrina — PR — CEP: 86.100
Brasil
- **Carlos Pereira de Andrade**
C.P. 6465 — Luanda — Angola
- **Milton Alves de Souza**
Rua Curitiba, Qd-11, Lt-02
Setor Urias Magalhães — Goiânia
GO — CEP: 74.000 — Brasil
- **Miguel José de Almeida**
UIMG 322 — C.P. 202 — Cabinda
Angola
- **Francisco Vidinha**
Travessa Jurema, 194 — Camarão
São Gonçalo — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 24.400 — Brasil
- **Elias Garcias Ngara**
C.P. 1476 — Benguela — Angola
- **Orivaldo Flor Carvalho**
Rua Angelo Magioni nº 364
Caxias do Sul — RS — CEP: 95.100
— Brasil
- **Abílio C. Manuel "Bula"**
C.P. 1476 — Benguela — Angola
- **Eugenio Pacelli Pereira**
Praça José Augusto, 255 — Caicó
RN — CEP: 59.300 — Brasil
- **Francisco José Echegaray**
Calais 712 — Ext. El Comandante
Río Piedras — 00.924 — Porto Rico
- **Adão Salvador (Schoss)**
C.P. 1316, Rua 19 Congresso do
MLPA — a/c de Violeta Adriana
Luanda — Angola
- **Ronaldo dos Santos Sant'Anna**
Rua Grão Magriço, 81 — Penha
Circular — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 21.020 — Brasil
- **Manuel Lubange Bande**
Aluno da Escola Juventude em Luta,
Apartado 6171-C — Luanda
Angola
- **Luiz Luciano**
Rua Francisco Lobo, 107 — Pq. São
Rafael — São Paulo — SP
CEP: 08.400 — Brasil
- **Elias Francisco**
C.P. 1476 — Benguela — Angola
- **Elaine Monteiro Maciel**
Rua João Suassuna, 182, Ed.
Abdallah, Ap. 206 — Campina
Grande — PB — CEP: 58.100
Brasil
- **Marceliano da Conceição Correia**
Victor
U.M.: 0137 — C.P. 270 — Uíge
Angola
- **José Carlos Ribeiro Lima**
C.P. 419 — Goiânia — GO
CEP: 74.000 — Brasil
- **Antonio Alfredo Maia**
Rincão dos Maias — 19 Sub-districto
— Canguçu — RS — C.P. 59
CEP: 96.600 — Brasil
- **Carlos Alberto Freitas**
C.P. 76 — Manhumirim — MG
CEP: 36.970 — Brasil
- **Celso Antônio Pereira**
Rua Municipal, 532 — São Paulo
SP — CEP: 03.661 — Brasil
- **Vanda Chigo Fiorani**
Rua Pelegrino, 226 — São Paulo
SP — CEP 02.431 — Brasil
- **Manoel Elídio Rosa**
Travessa Maestro Henrique Catani,
1 A — São Paulo — SP
CEP: 04.141 — Brasil
- **Marcelo Cartaxo Rafael da Silva**
C.P. 6343 — Luanda — Angola
- **Expedito N. Filho**
Rua Manoel Veras, 121, Abolição 2
— Mossoró — RN — CEP: 59.600
Brasil

INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO

Quem faz da imagem e dos sons um instrumento para a promoção do desenvolvimento, da educação, do progresso, da paz, da Justiça, e do bem estar social, sabe que carinho é fundamental para se atingir qualidade, beleza e eficiência.



KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA. TRABALHO COM MUITO CARINHO!

Filmes, audio-visuais, reportagens, fotografia
e trabalhos de produção

Av. Patrice Lumumba, n.º 577 — Maputo — Moçambique
Tel. 28615-22413 — Cx. Postal 4645

Panorama Tricontinental

Moçambique prepara eleições

□ O sistema eleitoral moçambicano entrou em acção logo depois da Assembleia Nacional ter decidido, no final de 1985, realizar no presente ano as segundas eleições gerais desde a independência. O mecanismo de preparação do acto eleitoral envolve centenas de reuniões a nível distrital e provincial para a escolha de assembleias representativas que por sua vez indicarão os delegados nacionais ao preenchimento dos 223 lugares no parlamento. A decisão de realizar eleições vinha sendo adiada desde 1982, quando foram suspensas em virtude dos ataques armados de grupos terroristas e das invasões da África do Sul.

O actual parlamento foi eleito em 1977 e deveria ter terminado o seu mandato em 1982. Segundo a decisão tomada no final do ano passado, o processo eleitoral será levado avante apesar da difícil situação enfrentada pelo país e dos contínuos ataques organizados pelo grupo terrorista RENAMO, apoiado pela África do Sul. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, disse ao anunciar a realização das eleições gerais já este ano, que muito provavelmente a RENAMO tentará de todas as maneiras impedir a escolha dos delegados distritais e provinciais, mas que o governo e o partido FRELIMO vão levar a cabo uma mobilização geral para garantir a normalidade do processo.

A data definitiva do acto eleitoral será anunciada pelo presidente Samora Machel, que simultaneamente à mobilização eleitoral deu início a um processo de correcções de irregularidades administrativas e de desperdícios

Carlos Pinto Santos



O presidente Samora Machel deu início, simultaneamente com a mobilização eleitoral, a um processo de correcções de irregularidades administrativas



de recursos essenciais. A nova campanha de "rectificação de desvios" envolverá também os organismos de segurança popular, acusados de praticarem violências contra a população. Várias medidas de austeridade económica foram postas em prática a partir dos primeiros dias de Janeiro, depois que a Assembleia Nacional moçambicana aprovou,

em Dezembro, um novo orçamento nacional prevendo um corte de 3% nas despesas públicas. O orçamento para 1986 aumentou em 9% os gastos com a Defesa, destinando às forças armadas populares uma verba de aproximadamente 260 milhões de dólares, cerca de 40% das despesas do governo até ao final do ano.

Estados Unidos: estivadores boicotam comércio com a África do Sul

□ Sindicatos de estivadores norte-americanos contrários à política de segregação racial da África do Sul negaram-se a descarregar produtos provenientes daquele país da África Austral. Em cinco cidades da costa oeste dos Estados Unidos, sindicatos e organizações comunitárias solicitaram às autoridades portuárias que impeçam o atracamento de embarcações com cargas provenientes da África do Sul.

As autoridades das cidades de San Francisco, Los Angeles e Oakland, no estado da Califórnia, de Portland, no Oregon, e Seattle, no estado de Washington, reagiram de modo diverso, desde a não participação à hostilidade. "Não podemos adoptar uma tal política até que os Estados Unidos nos digam para não mantermos comércio com a África do Sul", declarou Arthur Coleman, presidente da comissão portuária de San Francisco.

As acções de boicote nos portos tiveram um importante precedente em Novembro de 1984,

quando membros da União Internacional dos Estivadores (UIE) negaram-se a descarregar cargas provenientes da África do Sul do barco holandês "Kimberly", atracado no porto de Portland. Essa decisão foi mantida durante 11 dias, até que um tribunal emitiu um parecer contra o sindicato, ameaçando-o com a aplicação de multas.

Esta paralisação de trabalhadores foi a mais longa desde 1939 — quando a UIE se recusou a carregar ferro destinado ao Japão — e a primeira ocorrida nos Estados Unidos para protestar contra o sistema de discriminação racial na África do Sul.

Desde o caso "Kimberly", membros da UIE têm também boicotado cargas sul-africanas nos portos de Takoma, no estado de Washington, e Long Beach, na Califórnia, assim como no porto canadense de Vancouver. Mesmo que o movimento tenha a sua força concentrada na costa oeste norte-americana, o reverendo Jesse Jackson, ex-candidato

do Partido Democrata à presidência nas eleições de 1984, apelou publicamente para os estivadores e para os membros do sindicato nacional dos camionistas a fazerem o mesmo, principalmente nas cidades de Nova Orleans, Filadélfia e Chicago. Até agora, apenas os estivadores de Nova Orleans responderam positivamente.

Na Austrália e nos países escandinavos, o boicote portuário tem também sido cumprido, segundo afirmam os activistas contra o *apartheid* da costa oeste dos Estados Unidos. Na Grã-Bretanha e na Irlanda, os trabalhadores não carregam petróleo destinado à África do Sul, devido ao boicote apoiado pela ONU contra a venda de armas e de petróleo ao regime de minoria branca.

As cinco cidades norte-americanas onde o boicote está a ser levado a cabo são as que utilizam a empresa de navegação "Nedlloyd", da Holanda, cujas embarcações transportam grande parte dos produtos da África do Sul. Estas acções são parcialmente responsáveis pela mudança da política do governo do presidente Reagan em relação a Pretória, contra quem anunciou sanções económicas de alcance limitado.

CEE: plano de ajuda à África

Os países da Comunidade Económica Europeia (CEE) admitem a possibilidade de lançar, em 1986, um plano de 160 milhões de dólares para ajudar a reconstrução das actividades rurais dos oito países africanos mais afectados pela seca: Angola, Etiópia, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Sudão e Chade.

O plano previsto pela comissão europeia, visa assegurar a transição entre a ajuda alimentar maciça (1,25 milhões de toneladas de cereais), fornecida em 1985 pelos pa-

ses membros da CEE após o grande período de fome e a entrada em vigor da nova convenção de Lomé este ano.

Brasil: governo proíbe pesca à baleia

Atendendo ao pedido de grupos de ecologistas, o presidente José Sarney assinou um decreto proibindo a caça à baleia no mar territorial brasileiro durante um período de cinco anos.

O fim da matança das baleias representa uma velha aspiração dos movimentos brasileiros de defesa do meio

ambiente, alguns deles especialmente destinados à preservação destes mamíferos. Alguns dos seus dirigentes recordaram que a moratória da comissão internacional de defesa da baleia estabelece uma proibição por cerca de dez anos. Cumpridos os cinco anos previstos no decreto assinado, será feita uma avaliação do problema para a adopção de uma nova decisão sobre a manutenção ou suspensão da actual proibição. Em 1982, o Brasil subscreveu a moratória e, desde então, apenas impôs limitações quanto às quotas da caça à baleia.

Lesoto: o cerco sul-africano

Quando a rádio oficial do Lesoto informou, no dia 20 de Janeiro, que o primeiro-ministro Leabua Jonathan havia sido derrubado e o general Justin Lekhanaya assumia o poder à frente de uma junta militar, o facto pouco surpreendeu os habitantes do país. A preparação do golpe não era segredo e inclusive havia chegado a ser anunciarada com antecedência, embora desmentida depois pelo próprio ex-primeiro-ministro.

O golpe acabou com 19 anos de governo Jonathan e também com uma administração que se vinha a caracterizar por um crescente distanciamento em relação a Pretória e por posições firmes de denúncia das violações ao seu território pelos racistas sul-africanos. O general Lekhanaya manifestou pouco depois de assumir o poder a sua simpatia pelo regime de minoria branca da África do Sul e nos círculos políticos dos países vizinhos considerava-se que a junta militar passará a ser mais uma peça na engrenagem do poder racista.

O pequeno reino do Lesoto, encravado no interior do território sul-africano, vivia dias dramáticos desde meados de Janeiro, quando todo o seu comércio externo foi bloqueado por decisão das autoridades de Pretória. O cerco impediu o abastecimento de petróleo e de produtos de primeira necessidade, tornando praticamente insustentável a situação em Maseru, a capital do país.

O encerramento das fronteiras foi determinado pela África do Sul como represália ao protesto apresentado nas Nações Unidas pelo governo do ex-primeiro-ministro Jonathan. Nesse protesto o Lesoto denunciou o ataque sul-africano a Maseru, em

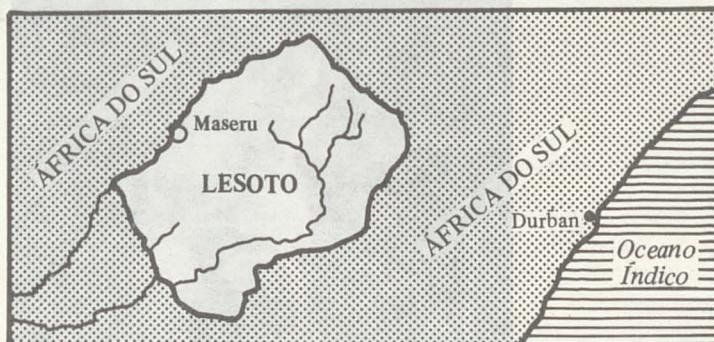


Leabua Jonathan

tar de guerrilheiros do Congresso Nacional Africano (ANC).

Jonathan negou a existência desses campos no seu país e desmentiu que o Lesoto tivesse concedido qualquer tipo de ajuda militar ao ANC. Mas o governo estava na mira das autoridades sul-africanas devido à sua política anti-racista e ao apoio ao Comitê de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), uma entidade que pretende tornar os países dessa região independentes da tutela económica sul-africana.

Já anteriormente o Lesoto havia sofrido represálias por resistir às pressões de Pretória. No final de 1984 a África do Sul reteve as



Dezembro de 1985, no qual morreram nove pessoas. Segundo o regime do *apartheid* essa invasão teve como objectivo desmantelar supostos campos de treino mili-

remessas de divisas dos 400 mil emigrantes do reino, que trabalham em empresas sul-africanas, o que criou graves problemas financeiros em Maseru.

África: a fome ainda é uma constante

Muito embora a situação alimentar na África tenha melhorado substancialmente (para o que contribuiu a ajuda dos países industrializados e das organizações humanitárias internacionais, bem como as boas colheitas) ela é ainda particularmente crítica em sete países do continente.

Fontes das Nações Unidas salientam que, "a assistência

dos países ricos se torna ainda necessária".

Bradford Morse, alto responsável das Nações Unidas para o combate à fome em África referia recentemente que se "o pior passou para os 20 países mais afectados pela fome e seca, as necessidades em produtos não-alimentares (sementes, adubos, utensílios agrícolas e outros) continuam ainda a ser extremamente importantes".

Carrasco chileno reside no Brasil

□ Sérgio Arredondo González, representante das empresas estatais chilenas que vendem cobre ao Brasil (Codelco e Enami) é o coronel Arredondo, o segundo homem no escalão de comando do grupo de militares que fuzilou 72 prisioneiros políticos, em Outubro de 1973, nas cidades de La Serena, Copiapó, Antofagasta e Calama, situadas no norte do Chile.

Calama.

Os representantes das duas entidades — os advogados Belisário Santos Júnior, da AALA, e Luiz Eduardo Greenhalg, da CLAMOR, ligado à Arquidiocese de São Paulo — encaminharam uma petição do ministro da Justiça, pedindo a expulsão de Arredondo do Brasil.

O coronel Arredondo — que já foi adido da embaixada chile-

Arredondo fazia parte dessa comitiva. Na época, os crimes foram denunciados, mas como o assassinato político era rotina nos países do Cone Sul (Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Paraguai) sob regime militar, nada foi apurado até que os próprios oficiais directa ou indirectamente envolvidos na operação começaram a tornar públicas as suas participações, procurando fugir às responsabilidades. Tudo começou com a publicação, em Setembro do ano passado, do livro "Más allá del Abismo", de Sergio Arellano Stark, filho do general Stark. No livro, Sergio diz que "um grupo de presos políticos foi executado nas imediações da cidade (Calama), sem que houvesse qualquer sentença". E procura ilibar o pai, afirmando que o general Stark só foi informado do caso depois da sua chegada a Antofagasta, onde está localizado o comando militar da região.

Ná denúncia feita em São Paulo, as entidades historiaram os factos, que, em resumo, são os seguintes:

Um mês depois do golpe militar que depôs Salvador Allende, em Setembro de 1973, o próprio comandante-chefe das forças armadas que assumiu o poder, general Augusto Pinochet, ordenou que fosse enviado para o norte do país um grupo de oficiais com a missão de "rever os processos" dos prisioneiros políticos das cidades da região.

Em 16 de Outubro, o helicóptero que transportou a caravana pousou em La Serena e, nesse mesmo dia, às 16 horas, foram fuzilados 15 presos políticos. No dia seguinte, o grupo chegou a Copiapó tendo acontecido 13 execuções. Em Antofagasta, o grupo chegou no dia 18 e os presos foram executados na madrugada de 19 de Outubro de 1973, o mesmo dia em que o helicóptero pousou em Calama. Às 17 horas, 26 presos políticos foram levados das suas celas e fuzilados uma hora depois.



Agência O Globo

Sérgio Arredondo (foto) seria o "coronel Arredondo", responsável pelo fuzilamento de presos políticos em 1973

A denúncia foi feita em Janeiro passado em São Paulo, pela Associação Latino-Americana de Advogados pelos Direitos Humanos (AALA) e pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos dos Países do Cone Sul (CLAMOR). Na oportunidade, as entidades apresentaram como testemunha a viúva de uma das vítimas, Carmem Hertz. O marido de Carmem, o advogado e jornalista Carlos Berger, foi assassinado a 18 de Outubro de 1973, juntamente com mais 25 presos políticos, na base militar de

na em Brasília (1976-78) — fazia parte do Estado-Maior do general Sergio Arellano Stark, chefe do comando de tropas na altura do golpe militar de 11 de Setembro de 1973 e, como tal, responsável operacional pela repressão que se seguiu ao derrube do governo Allende.

O general Stark, hoje director de um banco privado chileno, comandava o chamado "helicóptero de la muerte", que viajou de Santiago para as cidades do norte do Chile, deixando na sua rota 72 presos políticos assassinados.

Estados Unidos: onda de suicídios de jovens índios

Uma verdadeira "onda de suicídios" aconteceu numa reserva de Wyoming, no oeste dos Estados Unidos, onde dez jovens indígenas se suicidaram em dois meses e outros nove tiveram que ser hospitalizados.

Para alguns especialistas, estes actos de desespero constituem um grito de socorro de uma geração perdida, dilacerada entre uma cultura indígena em decadência e um mundo branco que a atrai e a repudia ao mesmo tempo. O último grito de um milhão e meio de índios, dos quais 962 mil vivem em reservas ou em torno delas.

A onda de suicídios começou em Agosto do ano passado, quando um índio de 19 anos se enforcou com uma meia na prisão, para onde tinha sido levado por embriaguês. Um dos seus amigos, de 16 anos, fez o mesmo, pendurando-se numa árvore com uma calça presa ao pescoço. Todas as vítimas morreram por enforcamento.

Na reserva de Wind River (5.345 habitantes), o índice de suicídios é 62 vezes mais alto do que a média nacional dos Estados Unidos. Um líder indígena, Mark Banks, disse que as taxas de suicídio, desemprego e de mortalidade infantil batiam todos os recordes entre os índios norte-americanos. O problema preocupa os especialistas. O Departamento para os Assuntos do Índio, em Washington, não se pronuncia oficialmente, mas os especialistas temem que a onda de suicídios continue a alastrar.

Para Margene Tower, responsável pela saúde psíquica do estado de Montana, "as relações entre pais e filhos incutem nos últimos uma certa esperança quanto ao futuro, porém quando isso fica confuso, a comuni-

dade está em perigo".

Os jovens índios não têm qualquer futuro, perante pais alcoólatras e uma reserva com uma taxa de desemprego de 80%. Vestidos de *blue-jeans* e *t-shirts* com desenhos de astros do *rock*, logo são tomados pelo tédio. "Muitos dos nossos jovens não têm nada para fazer. Então bebem, vêem televisão e caem em depressão", explica uma autoridade responsável. Cerca de 51%

dos jovens indígenas têm problemas de alcoolismo e 47% consomem drogas.

Víctor Golla, especialista em línguas indígenas na Universidade de Georgetown, em Washington, disse que a actual geração indígena é a que mais sofre as consequências de uma mudança de vida desde o início deste século. "Os índios faziam parte de uma sociedade de guerreiros, batedores na honra, que recordam um pouco as ordens de cavalaria da Idade Média". O seu mundo desmoronou e agora o seu único horizonte são as tristes e impessoais construções de uma reserva, numa paisagem de desolação.



Falta de perspectivas: um dos principais motivos da desestruturação dos jovens índios

Guiana: coligação da oposição

Cinco partidos da oposição da Guiana anunciaram a formação da "Coligação Patriótica para a Democracia" e continuam a pôr em dúvida os resultados das eleições de 9 de Dezembro, que deram a vitória ao Congresso Nacional Popular, no poder.

A recém-formada coligação terá dois órgãos: uma assembleia e um conselho. Integram-na o Partido Progressista do Povo, dirigido por Cheddi

Jagan (o principal grupo de oposição da Guiana), o Movimento Democrático do Povo, o Movimento Democrático do Trabalho, a Aliança do Povo Trabalhador e a Frente Democrática Nacional.

Os membros da coligação disseram que lutarão pela defesa dos direitos civis e políticos, pelas liberdades consagradas na Constituição e pela realização de eleições "autênticas e periódicas, supervisionadas e administradas por uma comissão independente".

Informática para o Terceiro Mundo

A informática pode representar um factor essencial para o desenvolvimento das nações emergentes do Terceiro Mundo. Esta é a conclusão do I Seminário do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Informática (IBIDI), realizado na cidade adriática de Bari. O IBIDI foi criado através de um acordo assinado pelo governo italiano com o Bureau International para Informação (IBI), agência ligada às Nações Unidas que coordena a política deste sector em cerca de 40 países.

Segundo membros do IBIDI, a entidade não pretende ser "um satélite governamental", mas um eficaz veículo de exportação da cultura da informática às nações do Terceiro Mundo. Participaram do seminário representantes

de 24 países em vias de desenvolvimento, principalmente africanos e latino-americanos, que chegaram à conclusão de que é mais fácil "formar um técnico do que um político, porque para utilizar a informática só é necessário saber para o que serve".

Para o IBIDI, o que está em causa, no momento, é a criação das bases de uma visão estratégica de como a informática pode influir nos modelos de desenvolvimento dos países atrasados nos respectivos processos industriais. O professor Aldo Romano, vice-presidente do Comité Executivo do instituto, disse que é necessário mudar a mentalidade de que a informática é uma tarefa das sociedades altamente tecnológicas. Citou, como exemplo, as componentes electrónicas fabri-

cadas manualmente em Hong Kong e as produzidas nos Estados Unidos: "existe apenas uma diferença: o custo da mão-de-obra. E não é possível pensar-se em desenvolvimento baseado no baixo custo da mão-de-obra".

E prosseguiu:

"Acumulou-se nos países desenvolvidos uma grande parte da tecnologia avançada e, agora, será preciso adoptar decisões políticas a longo prazo para impedir que se aprofunde ainda mais o abismo entre o Norte e o Sul. Para os países do Terceiro Mundo, a informática deve ser um recurso estratégico dirigido ao desenvolvimento, o motor de um crescimento que valorize tradições e potencialidades locais".

O IBIDI abriu o seu centro na cidade de Tecnopolis, o primeiro pólo de desenvolvimento no longínquo sul italiano, a 13 quilómetros de Bari, tendo a sua instalação custado 12 milhões de dólares.

Cadernos do terceiro mundo

Portugal

anual (12 números)	850\$
semestral (6 números)	500\$

Espanha (12 números)

Assinaturas

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Vede, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA

Restantes Países 28 dólares USA

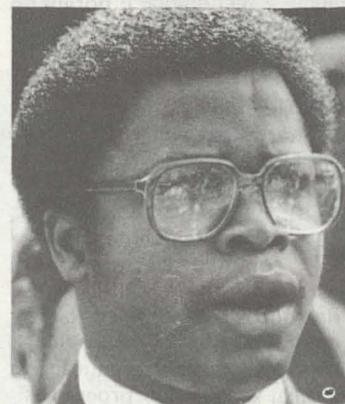
Libéria: depois das eleições, a ditadura

Grupos da oposição, dentro e fora da Libéria, lançaram uma campanha de denúncias contra as arbitrariedades cometidas pelo presidente Samuel Doe. Logo após as eleições de Outubro do ano passado e da frustrada tentativa de golpe de Novembro, o governo encerrou várias instituições, entre elas a União dos Jornalistas, o Sindicato dos Professores, a União dos Estudantes e o Comité Universitário. Todas estas organizações foram acusadas de actividades antigovernamentais e cumplicidade indirecta com os golpistas, cujo líder, o ex-general Thomas Quiwonkpa, foi executado durante a fracassada tentativa de golpe de Estado.

A perseguição contra pessoas e entidades que discordam da orientação personalista do ex-sargento Samuel Doe fez com que os grupos opositores classificassem o actual regime da Libéria de ditatorial. As eleições de Outubro, que deram a vitória a Doe com 51% dos votos, foram consideradas pela oposição como as mais fraudulentas da história do país. A fracassada rebelião militar do general Quiwonkpa prometia novas eleições livres, mas tudo ficou apenas numa proclamação lida na rádio *EL WA* (Amor Eterno à África) pelo próprio chefe da conspiração. Ao não conseguirem tomar o palácio presidencial, os rebeldes permitiram que Doe rearticulasse os seus adeptos e neutralizasse a revolta.

Todos os líderes dos partidos opositores foram detidos após a tentativa de golpe, tendo sido alguns deles libertados após interrogatórios que duraram, nalguns casos, um mês. No entanto, outros continuavam detidos até meados de Janeiro último, como

a ex-ministra das Finanças, Ellen Sirleaf, e o presidente do Partido de Acção Liberiana, Jackson Doe (não há qualquer parentesco). A situação em Monróvia é de perseguição permanente aos suspeitos de actividades antigovernamentais. Ao mesmo tempo, os funcionários públicos viram os seus salários reduzidos em 25%, depois que o governo norte-americano, o principal susten-



Samuel Doe

Vietname e EUA debatem questão de desaparecidos

Os Estados Unidos e o Vietname manifestaram-se satisfeitos com os resultados das conversações mantidas em Hanói, entre representantes dos governos dos dois países sobre o problema dos norte-americanos desaparecidos durante a guerra. O subsecretário da Defesa Richard Armitage, chefe da delegação dos Estados Unidos, disse que a questão foi exaustivamente debatida e que os entendimentos prosseguirão, pois as

táculo económico de Doe, decidiu rever vários projectos de ajuda avaliados em 96 milhões de dólares.

A economia liberiana é virtualmente controlada pela transnacional *Firestone* que possui enormes plantações de borracha no país. O envolvimento com o personalismo de Doe cria sérios embaraços aos governos ocidentais que hoje fazem discretos contactos com a oposição, na tentativa de substituir o actual regime. Doe está também em choque com os seus principais vizinhos, como a Serra Leoa, outro país governado por conservadores pró-norte-americanos.

O presidente Doe acusou a Serra Leoa de apoiar o fracassado golpe do ex-general Quiwonkpa apresentando como prova o depoimento de um funcionário, Lamin Kamara, que, na televisão, afirmou ter sido contratado para recrutar mercenários no país vizinho. Investigações posteriores revelaram, no entanto, que Kamara foi contratado pelo partido de Doe em Agosto do ano passado, para organizar grupos clandestinos encarregados de ameaçar opositores ao actual presidente liberiano.

duas partes estão decididas a resolver o assunto, independentemente do progresso de outros aspectos das relações bilaterais.

O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros vietnamita, Hoan Bich Son, declarou que durante o ano de 1985 foram obtidos avanços sobre a questão e que o plano de dois anos proposto por Hanói para solucionar o problema já está em prática e que se estenderá até 1987. Ficou, ainda, afastada a hipótese da instalação de um escritório permanente norte-americano no país, segundo revelou Richard Armitage, no final dos encontros.

Ásia: cooperação Sul-Sul

Sete países do sul da Ásia — Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka — decidiram, não obstante subsistirem divergências de ordem política entre si, criar uma organização de cooperação entre os seus Estados. Este novo espaço de cooperação entre países do Sul tomou a designação de Associação de Cooperação Regional no Sul da Ásia (SAARC).

A associação afirma ser seu

objectivo fundamental "garantir o progresso sócio-económico dos países membros da SAARC através do emprego mais racional dos recursos materiais e humanos". A declaração da cimeira de chefes de Estado e governo constitutiva da associação afirma que a SAARC procurará materializar programas de desenvolvimento para os países membros nas áreas da agricultura, saúde, ciência e tecnologia. É porém no âmbito das trocas comerciais que

os sete países da agora fundada SAARC procuram recolher melhores benefícios a curto prazo, que atenuem os efeitos negativos das políticas protecçãonistas que os países desenvolvidos têm vindo a introduzir. A SAARC representa um mercado de mais de 950 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto superior a 233 mil milhões de dólares (dados de 1983).

Segundo diversos observadores, a atmosfera política na região, caracterizada por diferenças entre alguns dos membros da SAARC, definirá, no futuro, as formas e as proporções que poderá vir a atingir esta cooperação regional no sul da Ásia.

Índios contratados pela Petroperu



As comunidades nativas da região amazônica do Peru que vivem na zona do oleoduto noroeste da empresa estatal Petroperu serão encarregadas da limpeza e da vigilância dessa rede de escoamento de cruze. Segundo um contrato firmado recentemente, os índios verão melhoradas as suas condições de vida.

O gerente da empresa, Carlos Lizier Gardella, disse ser esta a primeira vez que se faz um acordo directamente com os "Apus" ou caciques das tribos para que elas realizem esses trabalhos. Explicou que, na administração anterior, esse trabalho era também fei-

to pelos nativos, porém, através de intermediários que os exploravam.

"Nós colocámos um ponto final nessa exploração ao negociar directamente com as 27 comunidades nativas", acrescentou, lembrando, ainda, que "os índios contarão com a prestação de serviços médicos e receberão educação básica, seguindo programas do governo". Carlos Lizier Gardella revelou, ainda, que, em Dezembro último, o Peru bateu o recorde de produção de petróleo dos últimos cinco anos, ao estabelecer a quota de 32.528 barris diários na zona noroeste do país, ultrapassando a média anual de 26 mil barris/dia.

Argentina: trabalhadores denunciam colapso no campo nuclear

A Associação dos funcionários da Empresa Nuclear Argentina de Centrais Elétricas (ENACE) denunciou que o desenvolvimento nuclear do país "está à beira do colapso". Num comunicado divulgado em Buenos Aires,

os trabalhadores advertem que o atraso no sector ameaça seriamente "a nossa capacidade de decisão soberana em termos políticos".

A Argentina alcançou nas décadas passadas, um importante desenvolvimento no campo nuclear e conta com tecnologia e instalações que a colocam entre os países mais avançados do sector no Terceiro Mundo.

No entanto, segundo o documento dos trabalhadores da ENACE, "as reduções orçamentais e sobretudo o desprezo pelo desenvolvimento nuclear independente colocaram à beira do abismo uma actividade técnico-científica e económica não apenas agora, mas também em termos de projecção para o futuro". Os trabalhadores assinalam ainda, que "à paralisação da Comissão Nacional de Energia Atómica se juntam atrasos na ordem dos 100% na terceira central nuclear Atucha-2". O documento acrescenta, ainda, que "os baixos salários fizeram crescer de forma alarmante a saída de trabalhadores especializados do sector nuclear".

África do Sul: ANC declara 1986 "Ano do Exército do Povo"

□ O presidente do Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, Oliver Tambo, declarou o ano de 1986 "Ano do Exército do Povo" e apelou ao alargamento da luta armada do ANC contra o *apartheid* numa luta do povo.

A palavra-de-ordem do ANC para este ano é "cada patriota um combatente, cada combatente um patriota", disse Oliver Tambo, destacando a própria confiança do movimento que comemorou o seu 74º aniversário, na sua sede em Lusaka, capital da Zâmbia, em Janeiro passado.

Na mensagem anual do ANC ao povo sul-africano, através da rádio do movimento, "Liberdade", Oliver Tambo afirmou que "o regime de Botha perdeu a iniciativa estratégica; o sistema do *apartheid* vive uma profunda crise da qual não sabe como sair". E frisou: "já se vislumbra o fim do regime do *apartheid*".



Oliver Tambo

Noutra passagem do seu discurso, o presidente do ANC advertiu que o governo sul-africano, decidido a manter a sua

violenta contra-ofensiva contra a oposição negra, certamente intensificará "a sua acção repressiva contra nós. Por isso, o ANC deverá intensificar a sua própria ofensiva armada".

Oliver Tambo chamou negros e brancos sul-africanos "à união na ofensiva contra o regime segregacionista", com "grandes manifestações" contra as leis que restringem a circulação e o movimento da população negra contra o racista sistema escolar. Solicitou, também, uma intensificação da campanha para a libertação dos presos políticos.

O presidente do ANC saudou a criação, em Novembro do ano passado, do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), a maior federação do país, afirmando esperar da classe operária um papel preponderante no movimento popular democrático do país. Declarou também o dia 16 de Junho "Dia da Juventude Sul-Africana", como comemoração do levantamento negro de Soweto de 1976, e como "reconhecimento do destacado papel da juventude e dos estudantes na luta".

No futuro a Terra terá mais jovens

□ No ano 2050, a população da Terra chegará a quase 11 mil milhões de habitantes, metade deles com menos de 25 anos. A sua maior parte estará concentrada na Índia, China, Bangladesh, Paquistão, Brasil, Nigéria e México, e viverá em megalópolis tipo Cidade do México (que deverá chegar a 36 milhões de habitantes), Lagos, Calcutá e Kinshasa.

A previsão é de Rafael Salas, especialista demográfico das Nações Unidas, para quem a Terra

estará povoada, em 2025, por cerca de 8 mil milhões de pessoas. Em 1985, a população era de 4.800 milhões, sendo os brancos apenas 34% desse total; no final do século essa proporção cairá para 25%, e depois do ano 2000 não será superior a 18%.

No ano 2025, a população viverá, de preferência, nos países em vias de desenvolvimento: 6.800 milhões. Apenas 1.400 milhões de habitantes residirão nas áreas desenvolvidas, incluindo o Japão. A Europa tornar-se-á uma

ilha na grande corrente afro-asiática e latino-americana.

Segundo um estudo do professor Michel Louis Lévy sobre o futuro da Europa dos 12, publicado pelo grupo francês de pesquisa *Population & Avenir*, a CEE, actualmente com 320 milhões de habitantes, encontra-se em terceiro lugar, depois da China (1.033 milhões) e a Índia (747 milhões), antes da União Soviética (276 milhões). No entanto, a taxa média de crescimento da população europeia é de apenas 0,6%. Assim, França, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental sairão da lista dos 25 países mais populosos e serão superados pela Coreia do Sul, Marrocos e Zaire (104 milhões de pessoas).

Uganda: A vez de Museveni

□ O acordo de Nairobi, destinado a acabar com a guerra civil no Uganda não chegou a entrar em vigor mesmo passados quase dois meses após a sua formalização. Yoweri Museveni, dirigente do Movimento de Resistência Nacional (NRM) e um dos signatários do documento divulgado em Dezembro, nunca aceitou na prática o tão esperado cessar-fogo. Como resultado, nas últimas semanas de Janeiro, as tropas do Exército de Resistência Nacional (NRA), braço armado do NRM, invadiram Kampala e o governo do general Tito Okello caiu por terra mudando radicalmente o quadro político do país.

O acordo previa a reorganização do exército e a formação de uma Junta de Governo presidida por Okello e na qual Museveni ocuparia o lugar devido (ver matéria: "Uganda: a difícil busca da paz", nesta edição). O fracasso dos esforços media-

dores realizados pelo presidente do Quénia, Daniel Arap Moi, e a ineficácia do acordo de Nairobi ficaram evidentes no momento em que Museveni constatou a debilidade do esquema político que sustentava o presidente Okello. O pretexto usado então pelo presidente do NRM foi o de que o presidente, autor do golpe contra Milton Obote em Agosto do ano passado, havia-se aliado a adeptos do ex-ditador Idi Amin.

Museveni considerou esta aliança inaceitável quando verificou que Okello compunha no governo um esquema de hegemonia política dos militares oriundos do norte do Uganda. Quase todo o apoio político do NRA vem do sul, principalmente da etnia baganda, a mais influente economicamente no país. O impasse político acabou por se decidir no terreno militar, onde as forças de Museveni

mostravam-se, desde a queda de Obote, mais organizadas do que o desmoralizado exército regular.

Desde o momento em que Museveni se recusou a participar da Junta, alegando que dela participavam também ex-oficiais de Idi Amin, ficou claro que o país caminhava para mais uma rebelião e novo golpe de Estado na sua tumultuosa história política desde a independência. Museveni diz-se nacionalista e antitribalista, mas as suas posições económicas não são muito claras.

Os rumos da sua participação política serão provavelmente influenciados pela forte burguesia rural e comercial dos baganda, que domina a parte sul do Uganda, embora não seja a etnia mais numerosa nem a que teve um papel mais destacado na luta contra o colonialismo britânico. Outro factor que pode determinar as futuras posições do líder do NRM é a sua antiga ligação com o ex-presidente tanzaniano Julius Nyerere. Museveni viveu vários anos exilado em Dar-es-Salaam, antes de regressar ao Uganda quando do derrube de Idi Amin.

Juiz e cardeal são destaque no Chile

O juiz José Canovas e o cardeal-arcebispo de Santiago, monsenhor Juan Francisco Fresno, foram escolhidos como "personalidades do ano", no Chile, pela revista independente *Hoy*. Com 71 anos de idade, Canovas preside a um processo judicial que apura o assassinato, por decapitação, de três opositores do governo ocorrido em 31 de Março de 1985.

Monsenhor Juan Francisco Fresno destacou-se no ano passado pelos seus esforços no sentido de promover uma

reconciliação dos chilenos depois de 12 anos de regime militar.

Índia e Paquistão têm maior poder nuclear

A Índia e o Paquistão aumentaram a sua capacidade de produção de armamento nuclear durante o ano passado. Como tal, cresceram as possibilidades de um grave confronto entre os dois países, segundo o informe "Os Novos Países Nucleares", de Leonard Spector,

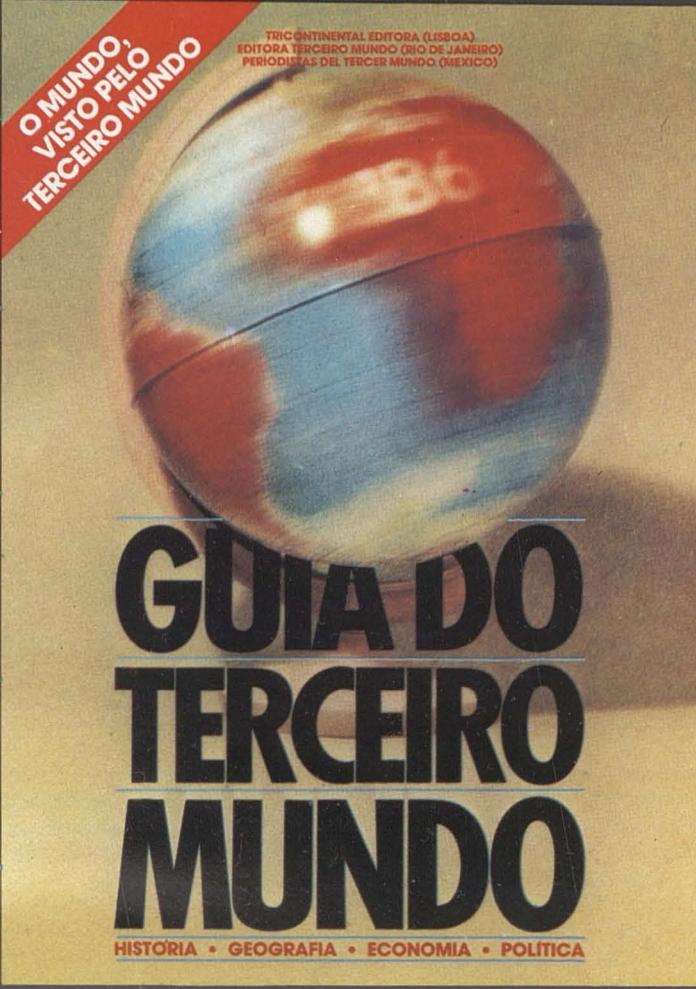
Spector, membro da Fundação Carnegie para a Paz Internacional (FCPI), disse, em

entrevista, que a Índia aumentou, em 1985, o seu poder de enriquecimento de plutônio, elemento indispensável à fabricação de armamento nuclear. Dois novos reactores foram construídos no país. Spector lembrou reiteradas declarações do primeiro-ministro Rajiv Gandhi de que a Índia estava a estudar planos para desenvolver um arsenal não-declarado para enfrentar a ameaça paquistanesa.

Quanto ao Paquistão, Spector assegurou que "existe uma série de informações que apontam que esse país tem tudo o que é necessário para produzir armas nucleares

O MUNDO,
VISTO PELO
TERCEIRO MUNDO

TRICONTINENTAL EDITORA (LISBOA)
EDITORIA TERCEIRO MUNDO (RIO DE JANEIRO)
PERIODISTAS DEL TERCER MUNDO (MÉXICO)



GUIA DO TERCEIRO MUNDO

HISTÓRIA • GEOGRAFIA • ECONOMIA • POLÍTICA

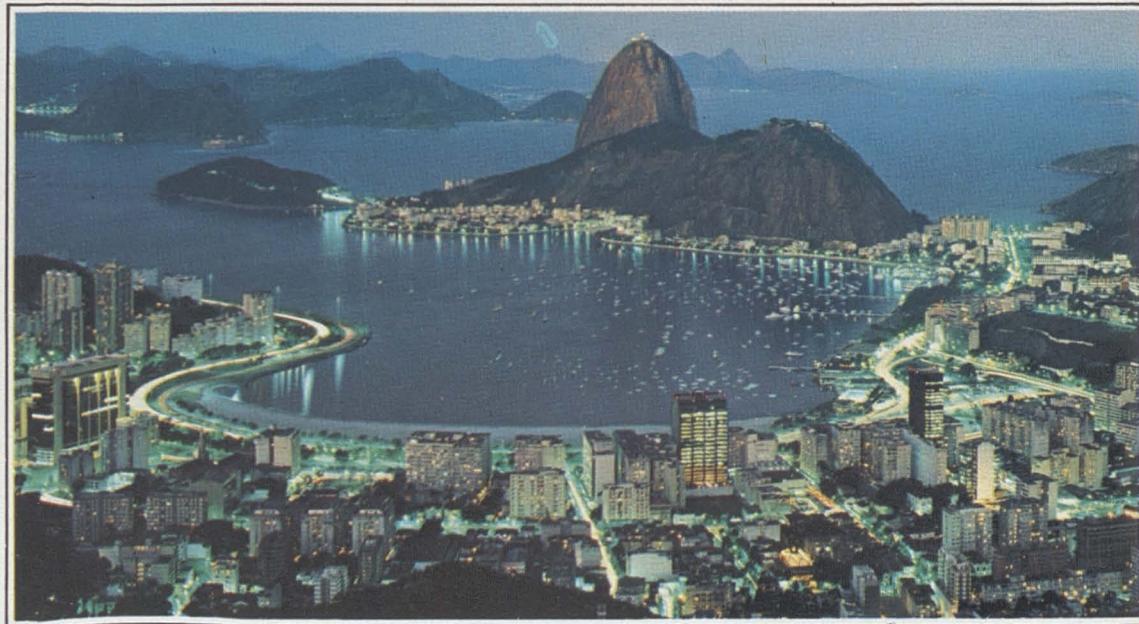
GUIA DO TERCEIRO MUNDO 1986

Uma tradição renovada para conhecer “em exclusivo”
a verdadeira história da humanidade.

Le Monde Diplomatique, Agosto 1985

...“ce guide est un outil de travail nécessaire pour tous ceux qui
veulent connaître les réalités contemporaines à travers le prisme du tiers-monde”.

O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL

ABRINDO NOVOS CAMINHOS

BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

Níger: o difícil caminho depois da crise

Com o regresso das chuvas voltou a esperança, depois da mais terrível seca que se tem memória no Níger.

Cerca de um milhão dos 6,3 milhões de quilómetros quadrados, num país com quase 1,3 milhões de quilómetros quadrados, dois terços dos quais na região do Sara. A sua única área agrícola estende-se pelos limites do Sahel, dois mil quilómetros, que vai do rio Níger ao lago Chad, contornando a fronteira da outrora opulenta Nigéria.

Contra-estação é a palavra mais ouvida entre agrónomos e especialistas nacionais e estrangeiros, quando se fala de fome e seca. Com rações, trabalho e muita organização os nigerinos cultivaram enquanto puderam durante o período de seca, regando por vezes com baldes, tirando humidade das salinidades do solo, ou usando os poucos litros de água que sobraram do rio Níger.

Na verdade, a fértil artéria fluvial do Sahel dá pouco mais do que o nome ao país. Apenas o extremo sudoeste recebe as suas águas, escassas depois de uma extensa volta em torno do Sara, e, ainda assim, há alguns meses, bem perto da extinção.

"Somos um país do Sahel por excelência, com uma pequena parte de clima sudanês e boas chuvas no sudoeste, uma extensa área do Sahel (Sahel significa costa, no caso a do Sara) de leste a oeste, e o resto, deserto", explica o director-geral da Agricultura, Ibrahim Oumarou.

Apenas 15 milhões de hectares possuem bons solos, dos quais 3,6 milhões têm sido cultivados (com a seca, os cultivos fora de estação ampliaram a área para cerca de 5 milhões, segundo Oumarou), quase todos na este-

pe do Sahel.

Além do mais, as terras que recebem chuvas abundantes, na região de Niamey, no sul, não têm bons solos.

Neste quadro, no período 1984-85 trouxe a mais terrível seca do Sahel (pior do que a de 1915, que, segundo relatam os mais velhos obrigou os nómadas a deslocarem-se até ao mar para vender os filhos).

Segundo dados da FAO (Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas), o défice de chuvas em algumas zonas chegou a 60%. A terra cedeu entre dois e três metros, levando ao desaparecimento de numerosos poços.

A produção alimentar caiu para 800 mil toneladas, deixando um défice de 475 mil toneladas, que terá que ser coberto com a importação de 125 mil toneladas de alimentos e com a ajuda da comunidade internacional.



As perdas não foram apenas enormes em relação aos cultivos, mas também ao gado e às poucas férteis pastagens, com o consequente deslocamento de grandes massas populacionais impelidas pela fome.

Mesmo sendo o Níger um dos poucos países do Sahel que podia auto-abastecer-se dos principais cereais (milho e sorgo), devido à centralização dos seus esforços no sector rural, o avanço do deserto conduziu a uma agricultura extensiva, a um excesso de pastoreio e a uma degradação da fraca camada vegetal e das árvores.

"Se desta vez conseguimos controlar a situação, ainda que a chuva que tivemos até agora não tenha chegado à metade do que é normal, é porque, desde 1974, a segurança dos alimentos tem sido prioritária. A nossa reserva de stocks permitiu-nos uma ação rápida, antes que os produtos faltassem no mercado, enquanto a ajuda não chegava", revela o ministro do Desenvolvimento Rural, Ari Togou Ibrahim.

"Contudo, a situação ainda é séria, devido ao défice acumulado e à lentidão com que chega a ajuda internacional, por causa dos inúmeros problemas que apresenta um país encravado a mais de mil quilómetros do porto mais próximo", acrescentou o ministro.

O período que precede a nova colheita é "preocupante", segundo Ari Togou Ibrahim, porque uma boa parte dos esforços foi centralizada nos cultivos de contra-estação, que permitirão recuperar 137 mil toneladas de alimentos e que os especialistas da FAO e demais organismos consideram um dos êxitos da luta contra a seca.

No entanto, todos são unâmindes em considerar que o Níger enfrenta agora a tarefa de recuperar a sua perda auto-suficiência e consolidar espécies de cultivos que produzem fora do período de safra para evitar novas crises. Uma tarefa onde a seriedade oficial e a iniciativa da população acompanhada pelos especialistas requererão um constante apoio da comunidade internacional. (Deodoro Roca)

As negociações com o FMI e os bancos

O Fundo Monetário Internacional frustrou as expectativas dos negociadores brasileiros que esperavam a sua compreensão e apoio à política económica do governo Sarney.

A resposta ao programa apresentado em Washington pelo ministro da Economia Dilson Funaro é, na prática, uma negativa, envolta numa terminologia enganosa. O FMI aconselha os bancos a não se entusiasmarem com a proposta brasileira. Em bom português isso significa uma sugestão à recusa.

Há um antecedente diplomático parecido. O conselho dado por Lyndon Johnson aos embaixadores dos Estados Unidos na América Latina para que moderassem o seu entusiasmo com os processos democráticos na região. O sinal verde para que entrassem na conspiração antidemocrática, o que muitos já faziam e outros sentiram-se legitimados para fazê-lo.

Estimulados pela posição do FMI, os bancos vão endurecer as suas posições e não é de esperar que, nesse contexto, o Brasil obtenha condições aceitáveis para a renegociação da sua dívida ou para a concessão de novos empréstimos com que o seu governo sonhava.

O Fundo e os bancos são as duas faces da mesma moeda, e essa posição em relação ao Brasil não difere da que têm assumido no exame dos

problemas financeiros de outros países em desenvolvimento.

Durante o longo período ditatorial vivido pela Argentina, Brasil e Uruguai, a posição do FMI e dos banqueiros foi sempre de simpatia e complacência para com as políticas financeiras nacionais ou por eles próprios impostas, que só fizeram agravar o endividamento e a dependência. Ditadores e banqueiros conviveram sempre na maior promiscuidade, com o povo a pagar a factura.

Relacionar o apoio da banca internacional e da sua agência, o FMI, a essas ditaduras como um factor da sua longevidade não é uma agressão à verdade, mas o reconhecimento de um facto concreto.

Agora, quando esses países, após anos de luta e sofrimento, procuram superar a herança de longos períodos autoritários, o FMI e os bancos não encontram meios e formas de apoiar saídas justas para a crise, com a qual Fundo e banqueiros muitas vezes têm a ver.

Se fosse sincero o empenho do governo Reagan em fortalecer a democracia na região, a política dos bancos, sempre muito ligados à Casa Branca, seria diferente. Eles sabem que a democracia aumenta o poder de influência dos povos e, por consequência, fortalece a luta contra a dependência. E é

precisamente isso que não lhes interessa. Nem a Reagan nem aos bancos.

Na época em que brasileiros, argentinos e uruguaios enfrentavam regimes ditatoriais, ouviam constantes promessas de apoio a projectos nacionais quando governos legítimos regressassem ao poder e procurassem reconstruir as economias destroçadas pela incompetência, entreguismo e desonestade. No entanto, tal não passava de pura retórica. Na hora da verdade, o que se verifica é a recessão, juros extorsivos e condições espoliativas de pagamento e nem um único dólar para investimentos.

Na sua recente visita ao Brasil, Uruguai e Argentina, o senador Ted Kennedy teve ocasião de sentir o grau de oposição desses povos a tais métodos. A sua viagem teve pelo menos um mérito: demonstrou que uma grande parte da opinião pública norte-americana está em desacordo com a política de Reagan. Em vários aspectos, inclusive no tocante ao protecçãoismo alfandegário norte-americano, que dificulta as importações dos países emergentes, as posições de Kennedy não são coincidentes com as desses Estados. Mas é animador verificar que ele e o seu grupo político têm uma posição bem mais flexível e clara sobre o problema da dívida externa e do financiamento dos programas de desenvolvimento das nações emergentes, posição essa diferente da de Reagan, do FMI e dos banqueiros norte-americanos. No entanto, o que conta, hoje, e pelo menos até ao fim do mandato Reagan, é a posição do seu governo, a qual foi expressa no Rio e em Brasília muito mais por Rockefeller do que por Kennedy.

A análise das perspectivas para 1986 não dá margem a grandes esperanças. No caso

brasileiro, o governo não tem pago a amortização da dívida, mas o saldo favorável — mais de 12 mil milhões de dólares — da balança comercial vai todo ele para amortizar os juros que os banqueiros aumentam unilateralmente. E, por mais que os ortodoxos da escola monetarista ainda presentes no aparelho de Estado digam o contrário, a redução da taxa inflacionária está intimamente ligada à contenção da sangria de divisas que o país suporta.

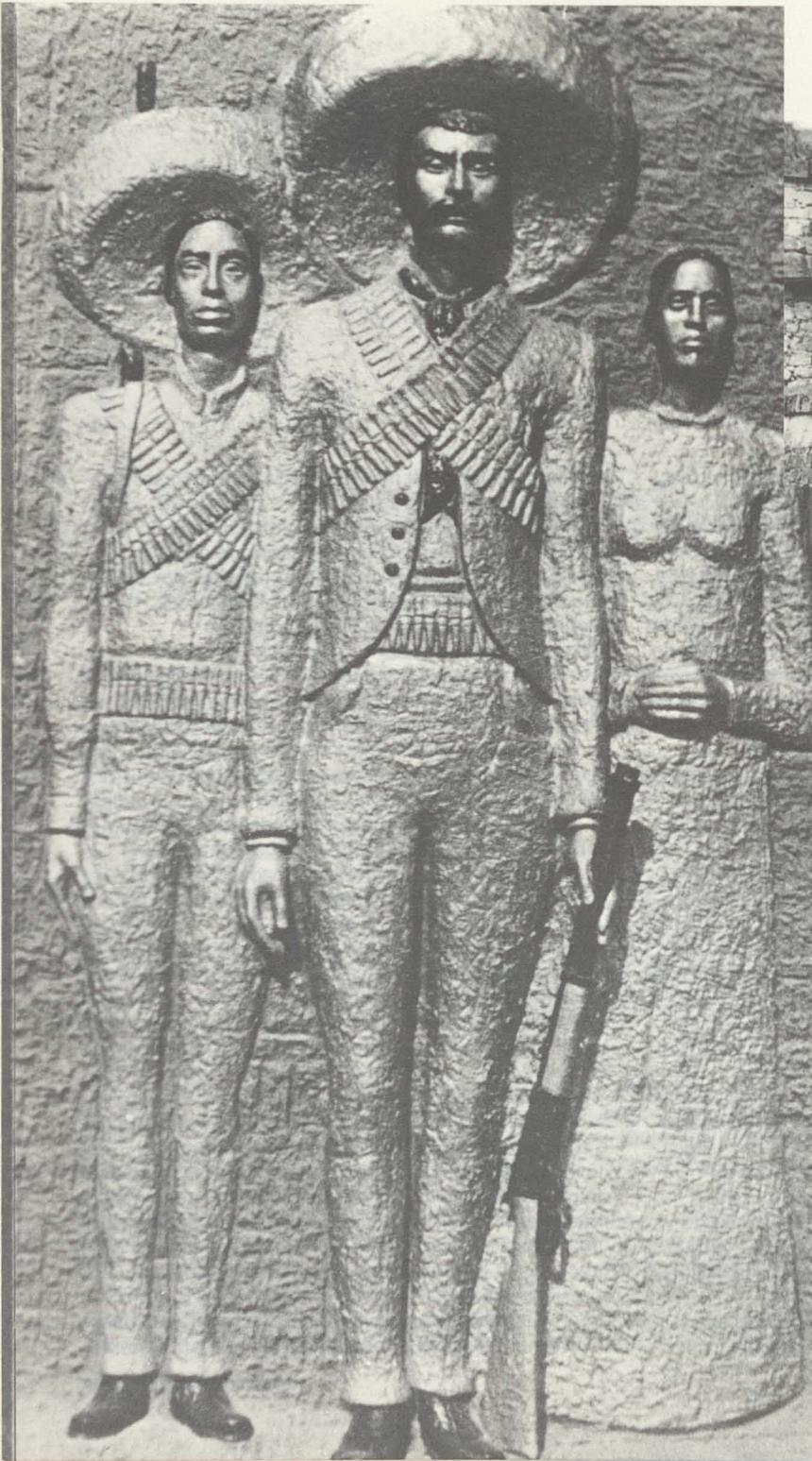
Enquanto o Brasil trabalhar só para pagar os juros da dívida sem destinar nada ou quase nada ao investimento interno, em vez de crescimento haverá mais desemprego e recessão.

A Argentina enfrenta o problema da recessão, com o seu resultado mais dramático que é o desemprego. No Uruguai, o país padece de um prolongado imobilismo económico. Nos dois lados do rio da Prata esta situação tem disseminado a frustração e a desesperança, com todos os riscos de novas crises políticas que situações como essas sempre comportam.

Assim, o problema da dívida externa tornou-se o mais importante e urgente desafio dos governos de quase todos os países do Terceiro Mundo e, em especial do Brasil, Uruguai e Argentina.

Ainda que entendimentos de curto prazo atenuem o ritmo da hemorragia cambial aumentando as ilusões dos governantes, eles não resolvem o cerne do problema. Mais cedo ou mais tarde os governos interessados terão de unir esforços na busca de uma solução justa e viável, que não dê apenas uma folga à balança de pagamentos mas que permita a esses países assegurar um ritmo de desenvolvimento que só novos projectos e investimentos adequados poderão conseguir.

Matéria de capa



O fim das ilusões

O México é um dos países da América Latina com maior peso económico e desenvolvimento industrial, tendo-se caracterizado sempre por ter uma élite política cuja audácia e habilidade permitiu-lhe manter uma linguagem nacionalista apesar das pressões norte-americanas, especialmente fortes pela proximidade geográfica.

A década de 80 parece ser a "hora da verdade" nesse país cuja bonança fazia dele um ponto de referência dos estudiosos e cuja tradição de estabilidade política — o PRI está há mais de 70 anos no poder — diferenciava-o de uma América Latina acossada pelos golpes militares e até mesmo pelas invasões.

Com a queda dos preços do petróleo começaram os problemas, que se tornaram extremamente graves quando o aumento desenfreado da dívida externa, as crescentes denúncias de casos de corrupção e, finalmente, as catastróficas consequências sociais e económicas do terremoto de Setembro do ano passado trouxeram à luz problemas que na época das "vacas gordas" tinham passado desapercebidos ou tinham sido minimizados aos olhos do mundo e da maioria dos próprios mexicanos, que viviam ainda a bela ilusão da prosperidade.

O sonhou acabou. O governo está sufocado pelos problemas económicos e a crise social aumenta. Para onde caminha agora este gigante da América Latina cuja história e sentimentos nacionalistas, tão arraigados no seu povo, são motivo de orgulho de todo o continente?

Este número de "cadernos", coordenado pelo director da nossa sucursal mexicana, Ruben Aguilar, levanta questões e oferece aos nossos leitores elementos para tentar respondê-las.

O panorama político

A crise económica e os graves problemas sociais repercutem no plano político, onde o PRI continua a ser o partido maioritário

Na metade da década de 80 e a meio do mandato do governo de Miguel de la Madrid, a crise mexicana enfrenta enormes obstáculos à sua superação e pode transformar-se qualitativamente a curto prazo. Até agora, é a crise económica quem determina em grande parte a situação nacional. As expressões políticas da crise revelam agudas contradições sociais, embora não tenham mostrado a mesma gravidade do que as económicas. O regime político mexicano ainda dá mostras da sua tradicional estabilidade.

A formação histórica do regime político a partir da revolução de 1910 mostra a integração de diferentes forças sociais através de um sistema unipartidário, quase corporativo, capaz de satisfazer as

O movimento operário mexicano ressurge nos primeiros anos da década de 70 reivindicando democracia e liberdade sindical

suas necessidades mínimas. Embora existam partidos de oposição desde a década de 30 e um regime parlamentarista desde a Constituinte de 1917, na prática o que predomina é o presidencialismo, um legislativo sem poder de facto ao mesmo tempo que os partidos políticos de oposição quase não têm expressão popular.

Desde o final da década de 60, a incapacidade do sistema político de responder às aspirações democráticas elementares das novas forças sociais era evidente. A repressão em massa de 1968-71 foi a resposta ao movimento estudantil que pedia a democratização. O movimento operário ressurge em princípios dos anos 70, pedindo igualmente democracia e independência sindical. Também a luta popular urbana atingiu o seu ponto mais alto nesses anos. Os camponeses e os trabalhadores agrícolas reiteraram as suas reivindicações pela terra e pela organização independente.

A reforma política

O auge do petróleo, de 1978-81, com uma política de austeridade sobre os trabalhadores e um elevado endividamento, foi a saída para a recessão de 1976-77. O governo estimulou mudanças no regime político para incorporar os novos partidos de oposição, particularmente de esquerda, e integrar uma democracia pluralista. A reforma política superou a situação crítica das eleições presidenciais de 1976, quando se apresentou apenas um candidato, José López Portillo, pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional).



O agravamento da crise económica depois do *boom* petrolífero precipitou as contradições políticas. Portillo nacionalizou os bancos privados e deixou profundas cisões no regime. O governo de Miguel de la Madrid delineou em Dezembro de 1982 os seus objectivos: superar a crise económica com um programa de reordenamento segundo os programas do Fundo Monetário Internacional; renovação moral para combater a corrupção; renovação ideológica do regime a partir das directrizes da revolução mexicana, devendo incluir o partido oficial; e continuar a reforma política para dar autonomia aos municípios, as unidades político-administrativas básicas do regime.

A recessão económica que se tornou evidente depois das eleições para deputados federais de Julho de 1985, assim como os resultados eleitorais, fizeram vir à tona diferentes conflitos e contradições do regime político.

Em Setembro de 1985, os terramotos sofridos pelo país — uma tragédia em que morreram milhares de homens, mulheres e crianças além da perda de importantes bens materiais, avaliados em pelo menos cinco mil milhões de dólares — demonstraram a incapacidade do regime político de responder às necessidades populares. O povo, por sua vez, demonstrou as suas possibilidades de se auto-organizar e enfrentar a tragédia.

A eleição não é tudo

Com as eleições federais de deputados e a renovação de 7 dos 28 governos estaduais em Julho de 1985, e as mudanças de autoridades municipais em vários estados do país nos últimos meses desse ano, a reforma política mostrou as suas possibilidades e limitações para democratizar a sociedade mexicana.

Dos resultados eleitorais destaca-se o abstencionismo de 49,5%, que em várias regiões superou 55% e em outras chegou a alcançar 65%. Se a isto se acrescentar a anulação de votos — 4,6% no cômputo geral e 9,6% na capital do país — e as deficiências de variedade de opção no processo eleitoral, que deixou de fora cerca de cinco milhões de pessoas, fica evidente que a população não encontra no menor acto de votar a participação necessária para resolver os problemas que a afigura. Este fenómeno da falta de interesse nas eleições — que se regista desde o início da década passada — foi um dos motivos que levaram as autoridades mexicanas a propor a reforma política. Nas eleições municipais, o problema é maior ainda: a abstenção é de 80 a 90%!



De la Madrid: "prosseguir a reforma política"

No entanto, o pluralismo que se alcançou com nove opções partidárias está longe de expressar, no plano político, as diferentes forças sociais. A separação entre os partidos e os trabalhadores, entre as suas organizações e os movimentos, é uma constante no panorama político mexicano.

O Partido Revolucionário Institucional (PRI), que há meio século governa o país, conseguiu nas últimas eleições uma vitória por maioria absoluta. Com 11,6 milhões de votos, 65% do total, conseguiu eleger 290 dos 300 deputados. Pela primeira vez a oposição conseguiu dez lugares: o Partido Ação Nacional (PAN) obteve oito deputados e o Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM), estreitamente ligado ao PRI, dois. A esquerda, com cinco partidos registados — Partido Popular Socialista (PPS), Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), Partido Socialista Unificado do México (PSUM), Partido Mexicano dos Trabalhadores (PMT) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) — ainda não conseguiu qualquer deputado por maioria.

Mas a reforma política permite que os partidos que não obtêm representação por maioria direta, a obtenham por representação proporcional: são os chamados deputados plurinominais — cem no total — que se distribuem entre os partidos da oposição, dependendo do número de votos alcançados por cada partido e de acordo com um mecanismo que favorece os mais fracos. Desta maneira, a 53^a Legislatura correspondente ao triénio

1985-1988, integrada por 400 deputados, tem 290 representantes do PRI, 11 do PARM, 40 do PAN, 12 do PDM e 47 dos cinco partidos de esquerda; um lugar está ainda por ser definido.

Os resultados eleitorais foram impugnados em várias ocasiões por alegação de fraudes, contudo expressam uma correlação de forças ainda favorável ao governo. A maioria da população vota no partido oficial e, embora existam ainda mecanismos de coacção e favoritismo, incompreensão e ignorância, há também um grande consenso, em particular perante a inexistência de uma alternativa real que abra uma nova perspectiva.

As eleições apontaram ainda outros problemas do regime. O partido oficial mostra uma tendência descendente na sua votação, situação que se agrava nas cidades, onde obtém os mais baixos resultados. De 1979 a 1985, a sua implantação diminuiu cerca de 20 pontos nos estados mais desenvolvidos. Na capital, o PRI venceu por maioria nos quarenta distritos, com 42% dos votos. Mantém-se, contudo, a presença de uma oposição dispersa e controversa, que no conjunto obteve 30% dos votos.

Por um lado, existe o que se denomina por direita, que é a oposição mais forte, com o Partido Acção Nacional (PAN) e o Partido Democrata Mexicano (PDM). O PAN conseguiu oito vitórias reconhecidas por maioria e 32 deputados plurinominais. Apesar dos avanços que mostram uma força consolidada do PAN, que se situa em grande parte no norte do país (Nuevo León, Chihuahua e Sonora), na capital e no circunvizinho estado do México, este partido registou uma queda na sua votação absoluta e uma considerável perda na sua participação plurinominal.

○ A oposição de esquerda nas suas três participações eleitorais nos últimos nove anos mantém-se fragmentada, agora, em cinco organizações (três concorreram em 1979). Dois partidos — o PPS e o PST — são constantemente criticados pelos outros pelo seu apoio ao governo. No seu conjunto obtiveram 10,4% dos votos: o PSUM registou 578 mil votos, o PST 437 mil, o PPS 352 mil, o PMT 274 mil e o PRT 225 mil. A sua votação conjunta no Distrito Federal foi de 20,7% e no estado do México de 16,3%, esta última equivalente à do PAN.

A ilusão democrática criada pela reforma política defronta-se diariamente com as velhas práticas antidemocráticas e autoritárias. Dificilmente o poder legislativo pode participar na tomada de decisões políticas e económicas fundamentais para o país, e isso apesar de predominar nele a maioria do PRI. A decisão de entrar para o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), por exemplo, ape-

nas foi submetida à apreciação do Senado — que não tem representantes proporcionais — onde foi aprovada por unanimidade. O comparecimento dos secretários de Estado na Câmara de Deputados permite que sejam feitas críticas à política económica, porém não se estabelece um verdadeiro diálogo entre o executivo e o legislativo uma vez que as medidas foram adoptadas e o parlamento não pode revogá-las.

A reforma política permitiu um maior confronto ideológico, reconhece a existência de diferentes partidos políticos, facilita a participação partidária através dos meios de comunicação e incorporou no poder legislativo federal, estadual e municipal a representação proporcional dos partidos minoritários. Porém, está longe de se ter obtido uma democratização no exercício do poder e mais ainda de se conseguir que a participação popular se manifeste através das suas organizações sindicais, municipais, autónomas ou partidárias e de uma democracia onde se respeitem as garantias individuais e se combatam a ilegalidade policial e repressiva.

Contradições e forças políticas

A crise impôs mudanças na classe dominante, deslocamentos e reacomodações na explosão de uma crise que afecta mais determinados grupos que outros, exacerba a concorrência e aumenta a subordinação do grande capital nacional ao estrangeiro, particularmente ao norte-americano. A oligarquia financeira entra em contradição com o capital produtivo, com o governo e desde logo com os interesses populares.

A política oficial, desde o governo de Luis Echeverría (1970-76), foi constantemente criticada por diversos sectores da classe dominante, seja pelo "intervencionismo estatal" na economia, pelas posições "terceiro-mundistas" do regime na defesa dos povos contra as ditaduras e a intervenção imperialista, ou pelo "populismo" que se apoia nas organizações populares do partido oficial e declara defender os seus interesses.

A nacionalização dos bancos provocou "rachas" no regime que se reflectiram na luta eleitoral e política. Assim, muitos dos empresários que antes eram "priistas" de coração e que sob o amparo do regime fizeram as suas fortunas, hoje são os seus mais severos críticos, militando no Partido Acção Nacional. Outros, é claro, mantêm a sua adesão ao PRI.

As câmaras empresariais politizam também o seu discurso em defesa do voto e da democracia e,

México

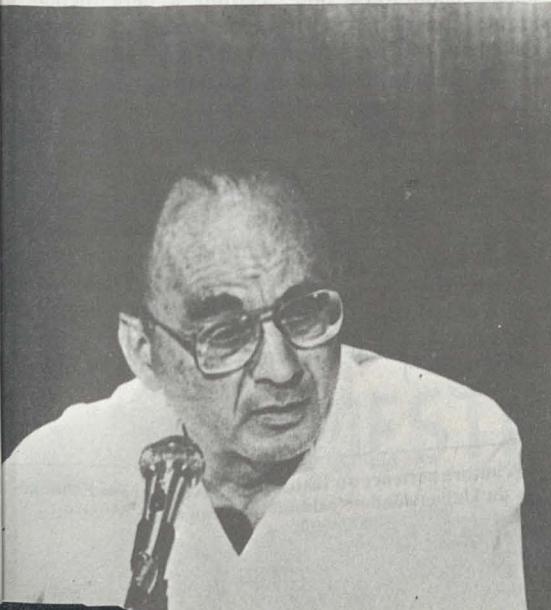
inclusive, criticam a política externa relativamente a Contadora e à Nicarágua. As suas relações com diferentes forças norte-americanas foram denunciadas em várias ocasiões. Porta-vozes dessas contradições, são os poderosos grupos nacionais com raízes regionais no norte do país, particularmente em Nuevo León, Chihuahua e Sonora que souberam capitalizar o descontentamento popular e conseguiram uma considerável adesão eleitoral. Em 1983-84 o PAN obteve as presidências municipais de algumas das cidades mais importantes do norte — Chihuahua, Ciudad Juárez, Durango, Hermosillo, Monclova — e repudiou claramente as fraudes eleitorais que, segundo os seus representantes, tirou-lhes vitórias em Monterrey e Chihuahua.

Divergências nos sectores capitalistas

As divergências não ocorrem apenas entre o governo e a oligarquia, mas também transparecem entre diferentes sectores do capital.

O capital produtivo (da grande, média e pequena empresa) é o mais atingido pela crise, enquanto que o capital especulativo, o comercial, a evasão de divisas fortalecem-se e descapitalizam cada vez mais o país. A maior ou menor subordinação ao capital norte-americano e a relação com o governo mexicano são pontos que dividem a classe dominante, já que uns preferem tornar-se subsidiários de filiais de empresas estrangeiras (ou sócios menores, em seus próprios grupos, do capital transnacional que capitaliza a sua dívida externa) do que investir na produção num regime no qual já não confiam como antigamente. Exemplo des-

Luis Echeverría: criticado pela classe dominante



sas divergências foi a decisão de entrar para o GATT, amplamente criticada por algumas organizações empresariais, organismos profissionais, sindicais e partidos políticos da oposição e apoiada por organismos comerciais e empresariais.

As controvérsias com o governo norte-americano são constantes. A dívida, o intercâmbio comercial, o investimento estrangeiro, os trabalhadores sem documentos, o narcotráfico são graves problemas que frequentemente são utilizados por Washington para pressionar a política interna e externa do governo mexicano.

Estas reacomodações na classe dominante estão a afectar o bloco no poder e definem uma força política mais reaccionária que ganha influência no governo, entra em contradição com o partido oficial e encontra representação política no PAN.

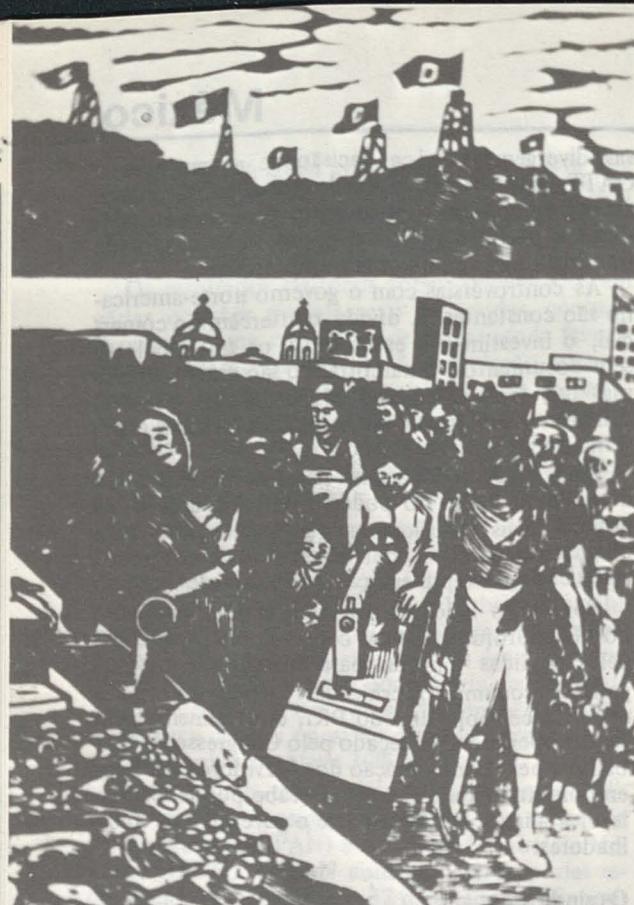
Por outro lado, no governo, e principalmente no PRI, aprofundam-se as contradições provocadas pelas medidas tomadas para enfrentar a crise. A política económica é criticada repetidamente pelas organizações populares do PRI, especialmente pelo sector operário encabeçado pelo Congresso do Trabalho e pela Confederação dos Servidores Públicos, embora na maioria das vezes acabe por se restabelecer a aliança histórica entre o governo e os trabalhadores.

Os sindicatos

Sobre os trabalhadores recai, há mais de uma década, o peso da crise. A inflação diminuiu drasticamente os salários reais e empobreceu o seu nível de vida. Os trabalhadores do campo vivem uma

Os trabalhadores criticam o PRI mas continuam com ele





situação dramática que os obriga a emigrar para as cidades ou para os Estados Unidos em busca de trabalho. A cada dia aumenta o número de desempregados urbanos que emigram para esse país sem a documentação do serviço de emigração norte-americano. Nos últimos anos, quase um milhão de mexicanos foi expulso por estar em situação ilegal, sendo submetidos a toda espécie de humilhações e agressões.

As organizações sindicais estão submetidas a graves pressões que enfraquecem as suas funções na defesa das condições de trabalho, seja com violações sistemáticas dos contratos colectivos, com a eliminação anticonstitucional de direitos já ganhos ou, inclusive, com o encerramento das fontes de trabalho. A política recessiva e de austeridade no ano de 1985 afectou directamente mais de dois milhões e meio de funcionários públicos e de trabalhadores das empresas estatais; o último reajustamento imposto em Agosto passado demitiu mais de 28 mil pessoas com cargos de confiança e transferiu cerca de 27 mil trabalhadores. Esta situação agravou-se com os terramotos e contam-se aos milhares os trabalhadores que se vêem obrigados a mudar-se para outros estados do país para não ficarem sem emprego.

A luta sindical por aumentos salariais teve o seu auge há três anos, quando foi obtido um aumento semestral dos salários mínimos, chegando a mobilizar em 1983 mais de meio milhão de trabalhadores em greve, a maioria deles universitários de sindicatos independentes e operários organizados na CTM.

São numerosas as lutas em defesa dos salários e das fontes de trabalho. Contudo, a organização fragmentada da classe operária e dos trabalhadores em geral não permitiu a formação de uma central única dos trabalhadores mexicanos. Este é um dos principais obstáculos para enfrentar a crise com novas forças e métodos de luta diferentes. Outras forças sociais têm-se organizado e estão em formação novos grupos políticos. Porém, a articulação dos diferentes esforços ainda é fraca e está pouco ligada aos partidos. Constatase um avanço no movimento feminino, reivindicações dos jovens e no movimento estudantil; avanços também no resgate da história popular do país, assim como na organização sindical de novos sectores de trabalhadores. É renasce também a luta camponesa que se confronta com repressões violentas no campo.

Noventa organizações populares de diferentes correntes políticas, sindicais e municipais convocaram em Outubro passado à mobilização contra o pagamento da dívida externa assinalando a importância da crise, não só económica como também política, social e cultural, e denunciaram que "hoje, sem dúvida, o principal factor de agravamento da crise é a dívida externa, que alcança a soma exorbitante de quase 100 mil milhões de dólares... A dívida é um novo instrumento de sujeição económica que acentua a dependência e atenta contra a soberania nacional e o bem-estar das maiorias", denunciaram os trabalhadores.

Os trabalhadores pronunciaram-se por uma nova estratégia de desenvolvimento que defende o emprego, respeite os direitos laborais, onere o capital, imponha o controlo das taxas de câmbio, evite a evasão de divisas e fomente uma reestruturação produtiva que satisfaça as necessidades da população e garanta a independência do país, fortalecendo a produção de bens de capital. Quanto à dívida externa, propõem uma suspensão negociada do pagamento e pedem que o governo estimule uma frente latino-americana de devedores. (Josefi na Morales*)

* A autora pertence ao Instituto de Investigações Económicas da Universidade Nacional Autónoma do México.

A crise económica

O actual governo reconhece a crise e impõe uma política recessiva de caráz monetarista enquanto a opinião pública pede uma relação com os credores

A economia mexicana atravessa uma longa crise que não decorre de um incerto comportamento cíclico. A mais profunda depressão da sua história contemporânea, com uma queda acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) de - 5,8% em 1982-83, é acompanhada por graves desequilíbrios estruturais. A recuperação iniciada em 1984 com um crescimento do PIB de 3,5% mostrou a sua fragilidade no ano passado ao ser estimada uma taxa menor de crescimento e ao se prever para este ano de 1986 um crescimento quase nulo.

O México atravessa uma profunda depressão, com desequilíbrios estruturais. Os trabalhadores são os mais sacrificados

Esta crise, inserida na economia capitalista internacional, tem profundas raízes internas desde a década passada que, nos anos 80, entrelaçam-se com a crise financeira internacional, a reconversão industrial e a recomposição do capital transnacional.

O crescimento da economia encontrou entraves desde o ciclo de 1971. Em 1976-77 voltou a cair o ritmo de crescimento da produção, a formação bruta de capital diminuiu em 6,7%, a construção civil caiu em 5,3% e o PIB por habitante estagnou. Esta recessão mostrou já um comportamento inverso do ciclo, ou seja, perfodos mais curtos de auge e maiores na depressão, ao mesmo tempo que permaneciam nesta última fase características da recuperação, como a inflação. Apareceram maiores obstáculos com as mudanças no sistema financeiro: a moeda nacional desvalorizou-se em quase 100% pela primeira vez depois de mais de 20 anos de estabilidade; o endividamento público externo multiplicou-se cerca de quatro vezes e alcançou 19,6 mil milhões de dólares, atingindo juntamente com a dívida privada 26 mil milhões; a inflação, de 4,8% no inicio dos anos 70, chegou a 27%; o défice das finanças públicas tornou-se crónico e a balança comercial e de pagamentos aumentaram o seu défice.

O auge do petróleo de 1978-81, que significou recursos acumulados de 30,9 mil milhões de dólares devido às exportações, não tornou possível construir as bases de um desenvolvimento equilibrado a longo prazo. Antes pelo contrário, a crise

David Márquez H.



mais profunda da economia, dos mecanismos de controlo estatal-monopolista que há algumas décadas atrás permitiram um firme crescimento, manifestou-se fortemente. A inflação anual foi em média de 30% e em 1982 alcançou 98,8%; as importações cresceram em flecha, sobretudo as de capital, diante de uma estrutura produtiva que não foi capaz de satisfazer as necessidades de expansão. Em 1981, as importações atingiram um montante de 144,7 mil milhões de pesos, a preços de 1970, representando 15% do PIB. O défice público atingiu 1,5 mil milhões de pesos, 17% do Produto Interno Bruto; a dívida externa acumulada chegou aos 70 mil milhões de dólares, representando a dívida privada pouco menos de um terço.

Mudanças qualitativas

No início dos anos 80 a indústria gerava 43% do Produto Interno Bruto (900 mil milhões de pesos, a preços de 1970) e ocupava 5,7 milhões de trabalhadores, incluindo os sectores de mineração, petróleo, construção civil, transportes, comunicações e produtos manufacturados. As actividades agro-pecuárias contribuíam com 8,8% do PIB e ocupavam 25,8% da população economicamente activa; a agricultura sofreu uma mudança violenta nos padrões de cultivo, o que levou o país a depender da importação de grãos básicos. Ao comércio e aos serviços, que empregavam 9 milhões de pessoas, correspondiam 49% do PIB.

As mudanças qualitativas registadas na estrutura produtiva foram determinadas pelo petróleo, cuja exportação chegou a atingir mais de 80% do valor das exportações mexicanas; com as agro-pecuárias e as de mineração, o México voltou a ser um exportador de matérias-primas. O financiamento do desenvolvimento, chave da economia subdesenvolvida, foi o elemento mais vulnerável do processo, dependendo do capital transnacional que domina tanto o mercado financeiro como o comercial. Os recursos petrolíferos e a dívida externa cresceram espectacularmente e criaram a ilusão de uma futura "administração da abundância", cujo custo apenas agora começa a ser pago.

A indústria do petróleo — extração, refinação e petroquímica básica — representou, em 1981, 8% do produto industrial; a construção civil 13,2%; as comunicações e transportes 17,8% e os manufacturados 57,4%. Entre estes, a produção de químicos, máquinas e equipamentos, estreitamente relacionadas com os derivados petrolíferos, representaram 43,9%, um crescimento superior a 50% relativamente aos três anos anteriores. A produção de au-

tomóveis excedeu então meio milhão de unidades.

O eixo deste processo de acumulação foi a maior centralização e concentração de capital; a consolidação de apenas 40 grupos onde se entrelaçam o capital monopolista privado nacional, o capital transnacional e o estatal. O investimento estrangeiro acumulado alcançou 13,5 mil milhões de dólares, com cerca de 75% do capital localizado nos sectores de manufactura, controlando 100% das indústrias automóvel, petroquímica secundária, farmacêutica, plásticos e produção de rodas; posições de domínio nas áreas da electrónica, produção de aparelhos electrodomésticos, comunicações e nas agro-indústrias, sem deixar de estar presente na mineração, no comércio e nos serviços. O capital estrangeiro participa assim, em força, nas exportações não-petrolíferas.

O crescimento médio de 8% ao ano durante o boom petrolífero foi possível não só devido a um crescimento inusitado do investimento — que chegou a representar 25% do Produto Interno Bruto — mas também pelo estímulo a esse mesmo investimento representado pela crescente exploração dos trabalhadores através do aumento da produtividade e particularmente pelo controlo salarial imposto pelos acordos de 1976 com o Fundo Monetário Internacional e o processo inflacionário que diminuiu drasticamente o rendimento dos trabalhadores, empobrecendo o seu nível de vida.

A nova política económica

O governo de Miguel de la Madrid ao assumir o poder em Dezembro de 1982 reconheceu a importância e as repercussões da crise económica mexicana e propôs um plano a curto prazo — denominado "reordenamento económico" — para salvaguardar a capacidade produtiva, o emprego, combater a inflação, diminuir o défice público e fomentar as exportações não-petrolíferas como forma de saneamento da balança comercial. Este programa insere-se num Plano Nacional de Desenvolvimento a longo prazo que busca mudanças estruturais para reorientar a economia para o exterior, aumentando a competitividade da indústria nacional e diminuindo os subsídios crónicos que sustentaram o seu crescimento. O financiamento do desenvolvimento busca depender dos recursos gerados internamente e das exportações, bem como pelo aumento do investimento estrangeiro directo. Propõe-se manter a actividade estatal nas áreas estratégicas e desligá-la da produção de manufacturados, do comércio e dos serviços.

Tal como o governo anterior, o actual executivo inicia a sua administração sob os acordos firmados

com o Fundo Monetário Internacional perante a insolvência registada em 1982, o que levou à renegociação da dívida. A política seguida, de cariz monetarista e determinada pelo FMI, é recessiva e pretende controlar a inflação sem afectar o sistema monopolista de preços, através do controlo dos aspectos monetários e sobretudo através de uma restrição dos gastos públicos; diminuir o défice governamental em relação ao PIB, dos 17% registados em 1982 para 5%; aumentar os rendimentos estatais com o aumento dos preços e das tarifas dos bens e dos serviços públicos. O objectivo fundamental da política económica é cumprir com o pagamento pontual dos juros da dívida externa, que apenas em 1981-83 somaram 32,3 mil milhões de dólares; pouco menos de metade do total da dívida acumulada até 1981! Em 1984 foram enviados para o exterior cerca de 12 mil milhões de dólares e calcula-se em cerca de dez mil milhões o montante a ser enviado em 1985, enquanto que a dívida continua a crescer, atingindo quase 100 mil milhões de dólares.

A crise dos anos 80 é realmente dramática e a sua dimensão, profundidade e alcance não são fáceis de compreender por mais que se a ilustre com números, pois a sua expressão política não deixa ainda entrever a gravidade da situação. Além disso, a economia mexicana alcançou no meio da crise e do *boom* petrolífero um alto nível de desenvolvimento, cuja desvalorização e submissão a um violento processo de recomposição de capitais inserido na reconversão industrial internacional, pode-se considerar que apenas agora se inicia.

A riqueza criada pelos trabalhadores mexicanos nos últimos 50 anos manifesta-se numa grande capacidade produtiva e num acelerado processo de concentração de capital. A formação bruta de capital alcançou em 1981, 226,5 mil milhões de pesos, a preços de 1970, 25% do PIB; ao sector público correspondia então 43%.

O país conta com uma indústria siderúrgica com uma capacidade de nove milhões de toneladas/ano de aço; uma capacidade de refinação de dois milhões de barris diários de petróleo; uma exploração petrolífera de 2,7 milhões de barris diários; um sector industrial com cerca de 120 mil unidades, das quais 1% detém cerca de 60% da produção total; uma produção de energia eléctrica de 12.000Mw dois terços dos quais saem de centrais termoeléctricas; uma indústria de comunicações em expansão e altamente avançada com mais de cinco milhões de telefones e novas instalações de telecomunicações com a colocação em funcionamento de um sistema de satélites; uma indústria de construção civil com uma engenharia de alto nível

que já participou na construção de grandes barragens e centrais hidroeléctricas no país e na América Latina, assim como a instalação de modernas fábricas industriais petroquímicas.

A outra economia

Ao mesmo tempo existe uma multiplicidade de pequenos e médios estabelecimentos, de produção quase artesanal, que estão subordinados em grande parte ao grande capital monopolista. Na estrutura comercial verifica-se uma grande concentração vertical do processo que engloba desde a produção de matérias-primas, a transformação e a distribuição. E existe ainda uma grande quantidade de intermediários que aumentam espectacularmente os preços, principalmente os dos bens de consumo básico. Na agricultura (na qual participa agora pouco menos de um quinto da população economicamente activa) existe por um lado o grande capital agrícola e o dos criadores de gado que domina o norte do país nas melhores zonas irrigadas e que reorientou os seus padrões de cultivo para a produção de grãos para animais ou de produtos de exportação,

A política económica é recessiva e de cariz monetarista



de acordo com o capital transnacional do *agribusiness* que impõe modalidades na acumulação de capital e na produção agro-pecuária, enquanto que a zona de cultivos de temporada e o minifúndio produzem os grãos básicos para a alimentação popular em condições cada vez mais difíceis, sem crédito, recursos técnicos, água e, inclusive, cada vez com menos recursos humanos.

A recessão económica de 1982-83 ainda não pôde ser superada. Apesar do crescimento de 3,5% do PIB em 1984, a economia ainda se mantém em níveis inferiores aos registados em 1981. Por exemplo, a produção industrial tinha caído 5,3%, a construção civil 19,3%, os manufacturados 5,7%, a indústria têxtil 11%, a produção de produtos metálicos, máquinas e equipamentos 28,5%, a de máquinas não-eléctricas 36,5% e a da indústria de transportes 31,8%. Apenas o petróleo havia crescido 15,7%, a indústria alimentar, o tabaco e as bebidas 4,7%, a química 7,3%; as actividades agro-pecuárias que diminuíram apenas 0,6% em 1982, aumentaram em 1984 a sua produção em 4,7% relativamente a 1981.

Um sistema financeiro em crise e a segunda maior dívida externa

O sistema financeiro continua em crise, marcado pelo processo inflacionário, pelo endividamento externo e por um excessivo crescimento do endividamento público interno.

A inflação, embora tenha diminuído o seu ritmo de crescimento em comparação com os 100% registados em 1982, duplicou a média anual dos últimos seis anos, passando anualmente, em média, de 30 para 60%, tornando as metas programadas na carta de intenções com o FMI ilusões inatingíveis: os 35% estimados para 1985 ficam aquém dos 65% antes previstos, em termos optimistas.

A participação dos salários no rendimento nacional diminuiu, segundo a contabilidade pública, de 37,4% em 1981 para 23,4% em 1982! Este processo continuou nos anos seguintes. Os aumentos do salário mínimo estabelecidos segundo a inflação estimada nos planos governamentais fizeram com que estes se mantivessem inferiores aos preços.

Entre 1982 e 1984 o índice nacional de preços ao consumidor aumentou 472,3%, o índice de preços do pacote básico subiu 486,3%, enquanto que o salário mínimo geral subiu 313,6%.

O custo do dinheiro aumentou enormemente devido ao processo inflacionário e à política seguida, chegando as taxas activas a 80 e mesmo a 90%, o que coloca obstáculos ao financiamento interno.

Além disso, a maior parte dos recursos são destinados ao governo, o que fez com que o endividamento interno se tornasse o suporte das finanças públicas, cujo custo é elevadíssimo. A dívida interna cresceu 7,5 vezes entre 1981 e o primeiro semestre de 1985, em que alcançou os 7 mil milhões de pesos; o pagamento dos seus juros representa neste ano 3,3 mil milhões, o que significa 57,6% do pagamento total dos juros da dívida pública, ou seja, mais do que o governo deve pagar pela sua dívida externa, e o serviço daquela representa cerca de 45% dos gastos governamentais.

O mercado "superlivre"

A inflação, a deterioração da balança comercial, a falta de um controlo de câmbios acentuam o processo especulativo do dólar e levaram a uma desvalorização sem precedentes: em Outubro último, depois dos terremotos de Setembro, o peso chegou a ser cotado no chamado "mercado superlivre" a 500 pesos por dólar, o que fez com que a desvalorização da moeda fosse de 400% em comparação com o seu preço em 1982.

A fuga de divisas continua; fala-se que no ano passado saíram cerca de dois mil milhões de dólares, o que fez com que o capital acumulado por mexicanos nos bancos norte-americanos chegassem, em Janeiro de 1985, segundo a Reserva Federal dos Estados Unidos, a 13.524 milhões de dólares; se a isto se acrescentar os investimentos em imóveis e outros, calcula-se que o montante possa chegar a 40 mil milhões de dólares.

As finanças públicas não alcançam o seu equilíbrio. Mantém-se uma estrutura fiscal regressiva que se apoia nos impostos indirectos e naqueles gerados pela exportação de petróleo e no consumo interno de energia. Os preços dos bens e serviços públicos aumentaram periodicamente, mas não conseguem sanear as finanças das empresas estatais, cujo défice crónico baseia-se nos subsídios que concede ao grande capital, que é o maior consumidor destes.

A dívida externa, problema básico de todos os países da América Latina, ganha um peso insustentável; o pagamento dos juros assenta no povo trabalhador e afecta toda a economia descapitalizando violentamente o país, num momento em que os recursos são indispensáveis ao crescimento e à superação da crise. A dívida não é apenas pública, mas também privada. Só o chamado grupo Monterrey (Alfa, Visa, Vitro e Cydsa; os dois primeiros colocam-se entre as maiores empresas do mundo devido ao seu volume de vendas, segundo a revista Fortune) tem uma dívida superior a 4 mil milhões

de dólares; trinta grupos, 18 deles com capital estrangeiro, têm uma dívida superior a 19 mil milhões de dólares.

Resultados e perspectivas

A política seguida para enfrentar a crise, tanto pelo governo como pelas empresas, não alcançou a curto prazo os seus objectivos. O crescimento é incerto, os desequilíbrios estruturais permanecem, chegam a atenuar-se mas reaparecem violentamente meses depois; o défice público, por exemplo, que em 1984 conseguiu ser diminuído para 6,5% do PIB, calcula-se que tenha chegado a 8% no ano passado. A inflação disparou novamente e quase duplicou os 35% previstos nos acordos com o FMI.

Os desentendimentos e contradições entre o governo e os diferentes sectores empresariais mantêm-se, parecendo mesmo alguns deles aprofundarem-se, passando inclusive para o plano político. As medidas tomadas perante a crise são o ponto chave da controvérsia, embora elas beneficiem o grande capital. Os sectores empresariais assinalam reiteradamente que a confiança no governo já não é a mesma, razão pela qual o investimento privado mantém a sua retracção.

Depois do marco representado pela nacionalização dos bancos privados, a negociação sobre o pagamento das indemnizações conseguiu atenuar as contradições. Contudo, os elevados recursos pagos não se destinaram ao processo produtivo mas dirigiram-se ao fortalecimento de um mercado paralelo de dinheiro (como a bolsa de valores) altamente especulativo, ou saíram simplesmente do país.

Com a crise e a política seguida vai ganhando força uma reorientação da estrutura produtiva perigosa para a soberania nacional, que ameaça converter o país num *maquilador*¹ cuja maior "vantagem comparativa" é a sua mão-de-obra barata. Uma maior abertura em relação ao capital estrangeiro está em marcha. Foram aprovados projectos superiores a 2,5 mil milhões de dólares nos últimos anos, embora até ao momento, nos últimos três anos tenham entrado apenas pouco mais de mil milhões. As novas condições permitem o controlo de 100% do investimento em áreas onde anteriormente havia restrições ao capital estrangeiro.

Hoje, a única condição para o investimento estrangeiro é que ele destine o grosso da sua produção

à exportação, tornando-se a possível entrada de divisas em mais uma ilusão. As *maquiladoras* crescem como cogumelos por todo o norte do México. Em três anos instalaram mais de 100 unidades, sendo no total já mais de 700 com cerca de 220 mil trabalhadores. A renegociação da dívida privada conduziu a uma maior participação directa do capital estrangeiro, devido à capitalização de passivos. A recente decisão de entrar no GATT, que na prática estava a ser levada a cabo com a liberalização do comércio externo, foi objecto de múltiplas críticas, inclusive da parte de alguns industriais, e ao debilitar o mercado interno conduzirá sem dúvida ao aceleramento do processo de recomposição do capital.

A actividade estatal também sofre mudanças. Até ao momento não foi alterada a sua participação nas áreas estratégicas, mas foram liquidadas cerca de 250 empresas. A administração pública tem sido reestruturada e acelera-se a descentralização regional. Este processo levou à perda do emprego de milhares de trabalhadores.

O terramoto de Setembro mostrou a gravidade da crise e pôs em causa a política seguida perante o endividamento externo — precisamente num momento em que o país necessita de cerca de 5 mil milhões de dólares para a reconstrução física —, quando o pagamento implacável da dívida destina os seus recursos à usura internacional.

O povo mexicano quer uma nova estratégia de desenvolvimento que responda genuinamente aos interesses nacionais e alivie as precárias condições de vida impostas pela crise e que em termos reais equivalem a apenas 50% dos salários de há três anos. Nela avançam diferentes organizações sindicais, políticas e sociais. (Ignacio Hernández, economista na Universidade Nacional do México — UNAM)

É preciso melhorar o nível de vida dos trabalhadores



David Méndez H.

¹ Filial de uma empresa estrangeira que desenvolve dentro do país uma parte do processo produtivo.

O impacto do terramoto na produção

As pequenas e médias indústrias concentradas na zona metropolitana foram seriamente afectadas pela catástrofe do ano passado e os danos que sofreram comprometem os empregos de milhares de trabalhadores

As consequências dos abalos sísmicos de 19 e 20 de Setembro de 1985 não se limitam exclusivamente à Cidade do México; o seu alcance foi nacional, uma vez que a maior parte dessas actividades concentra-se na zona metropolitana da capital.

O impacto não teve o mesmo efeito nos diversos sectores económicos. Alguns foram mais pre-

Os edifícios do centro da Cidade do México foram os mais atingidos pelo terramoto que assolou a metrópole

judicados no que respeita a perdas materiais e custos de reconstrução; outros, no que se refere à perda de empregos; e, finalmente, outros ainda sofreram os maiores danos no que respeita às possibilidades de recuperação da economia nacional. Em todos os casos, os prejuízos — directos ou indiretos — sofridos pelos trabalhadores nas suas condições de trabalho estão amplamente relacionados com os prejuízos dos respectivos sectores económicos.

O centro da Cidade do México foi, como se sabe, a região mais atingida pelos terremotos. Ali estão localizadas mais de oito mil pequenas indústrias (de confecção têxtil, gráficas, encadernadoras e de cosméticos), além de 40 mil lojas — na sua maioria, de pequeno porte.

Por isso, os pequenos e médios empresários foram, depois dos trabalhadores, os mais afectados pelos terremotos. A pequena indústria sofreu prejuízos em 1.326 instalações, sendo que 800 delas foram totalmente perdidas; e o pequeno comércio sofreu danos em 800 estabelecimentos (metade deles totalmente destruídos), aos quais se somam mais duas mil lojas, segundo dados da CEPAL. Atente-se, contudo, que uma parte considerável destes empresários, sobretudo os médios, tem ligações mais ou menos directas com as grandes empresas.

* Este texto foi reproduzido do livro "El terremoto del 19 de Setiembre y los trabajadores mexicanos", elaborado pelo Centro de Estudios del Trabajo (capítulo 4: Prejuízos nas condições de trabalho), editado no México em Novembro de 1985.



A indústria de confecção

Um caso bem demonstrativo é o da indústria de vestuário, que, localizada precisamente no centro da cidade, é composta sobretudo de empresas ou oficinas que trabalham para grandes consórcios e casas comerciais, várias delas de capital estrangeiro (Topeka, Levi's, Paco Rabane, Parigi, El Puerto de Liverpool, Palacio de Hierro e Sears, entre outras).

Quanto ao impacto da catástrofe na indústria de confecção, os dados são os mais variados. Segundo Gabriel Carrasco, presidente da Câmara Nacional da Indústria de Vestuário, das 2.800 indústrias registadas na Câmara, 1.026 situavam-se no centro da cidade, e, destas, pouco mais de 500 sofreram danos totais ou parciais (200 ruíram, 150 sofreram danos parciais e 150 encerraram por se encontrarem em zona perigosa). "Outras fontes assinalaram que numa reunião entre empresários da indústria de confecção, realizada em 2 de Outubro, foram levantadas 1.326 oficinas paradas e 800 totalmente destruídas".

Se considerarmos que a maior parte da indústria de confecção concentra-se nas três maiores áreas metropolitanas do país — Cidade do México, Guadalajara e Monterrey —, não é difícil concluir que a queda de produção desta indústria será sem precedentes. Queda que vai ter, provavelmente, graves repercussões em outros sectores, sobretudo na indústria têxtil, já que uma grande parte da sua produção é absorvida pela indústria de vestuário. Serão os trabalhadores deste ramo que conseguirem manter os empregos quem sofrerá o maior impacto. Porque se há alguma indústria que se caracterize por condições de trabalho anacrónicas — e esta constatação é uma consequência positiva do terremoto — é, precisamente, a da indústria de vestuário.

As condições de trabalho das costureiras eram deploráveis antes da catástrofe: iluminação precária, insalubridade nos banheiros, falta de água, suspensões arbitrárias — por atrasos de 3 e 5 minutos, ou por erros míniros na produção —, longas jornadas de trabalho por salários muitas vezes inferiores ao mínimo, trabalhando durante anos por empreitada, sem direito a qualquer benefício social, contratadas mediante acordo verbal e — a maioria — sem estar sindicalizada.

Calcula-se que uma grande parte das trabalhadoras de confecção industrial são mães solteiras que não contavam com qualquer espécie de poupança ou de ajuda sindical, já que temiam organizar-se e, em represália, perder o emprego.

David Méndez H.



O sector das trabalhadoras de confecção foi um dos que mais sofreu com os despedimentos em massa

Prejuízos na indústria do turismo

O turismo, essa indústria sem chaminés que contribui com 3% do Produto Interno Bruto do país e com 6% das entradas de divisas, composta principalmente por unidades hoteleiras e de restaurantes, foi outra das actividades mais prejudicadas pelo terremoto, o qual veio agravar a já difícil situação anterior.

De acordo com o presidente da Associação Mexicana de Hotéis e Motéis, Rafael Suárez Vázquez, dos 280 hotéis existentes na capital, 140 (50%) sofreram danos consideráveis e 100 deles ficaram com metade dos seus quartos inutilizados. Entre os grandes hotéis totalmente destruídos figuram o Regis, Principado, De Carlo, Romano Centro, Versalhes, Finisterre e o Montreal. Outros, como o Del Prado, Presidente Zona Rosa, Reforma, Emporio, Del Paseo, Century Zona Rosa e o Krystal Zona Rosa, ficaram tão danificados que foram interditados.

Estes números contrastam com os da Comissão Metropolitana de Emergência, que em 30 de Setembro indicava que 85 hotéis tinham sido afectados, 5 destruídos, 5 semidestruídos, 36 com danos menores e 35 com danos no acabamento, tendo sido atingidos um total de 12.500 quartos. Por causa dos efeitos dos terremotos na infra-estrutura hoteleira, o México vai perder cerca de mil milhões de dólares com o turismo.

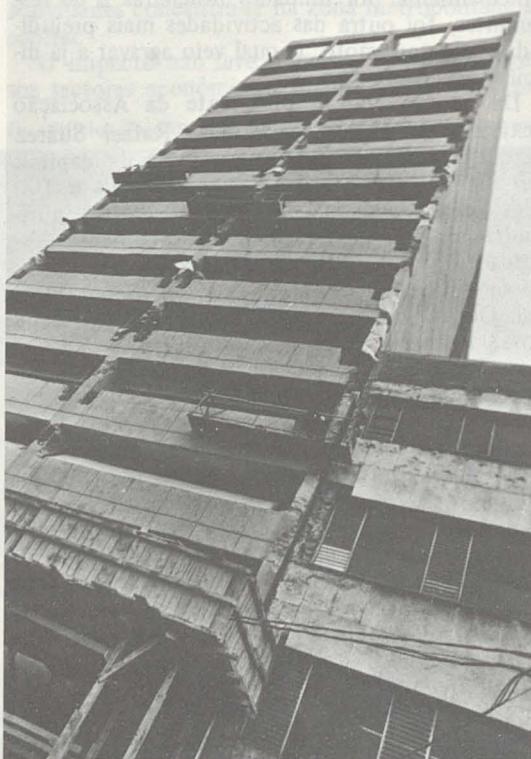
O líder do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Gastronómica, Salvador Martínez, calcula, por sua vez, que apenas nas semanas posteriores ao terramoto as perdas no sector foram de cerca de 80 milhões de dólares, pois apenas 5 a 8% da capacidade hoteleira estava ocupada. Com efeito, mesmo em regiões não afectadas pelo sismo, a afluência turística diminuiu consideravelmente.

O secretário de Turismo informou que serão necessários 15 mil milhões de pesos, em condições excepcionais, para a reabilitação dos hotéis: as taxas de juro, que já se situam 40% abaixo das taxas comerciais, serão reduzidas em mais 10% e os prazos de pagamento serão de 15 anos.

As perdas do Estado

O Estado, no seu conjunto — repartições públicas, bancos e indústria estatal e semi-estatal — sofreu também perdas consideráveis. A principal delas foi a morte de 2.778 funcionários, de acordo com os cálculos da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores ao Serviço do Estado (FSTSE). Além do desabamento total ou parcial de numerosos edifícios públicos (123), 10% dos arquivos do governo federal foram atingidos.

Indústria hoteleira: défice de mil milhões de dólares



Foi dito que as empresas produtivas do país não sofreram danos graves. Gilberto Ortiz, Director de Estudos Económicos da Câmara Nacional da Indústria de Transformação (CANACINTRA), calculou inicialmente que apenas 120 indústrias tinham sido afectadas, sendo as que pertencem ao Estado de grande importância, embora poucas.

O balanço feito pelo titular da Secretaria de Energia, Minas e Indústria Para-estatal (SEMIP), Francisco Labastida Ochoa, apresenta o seguinte saldo: a própria SEMIP perdeu 3 edifícios administrativos; o sector mineiro perdeu 4 ou 5 instalações; as instalações da Azúcar S.A. e as da Papelera Atenquique foram destruídas e os imóveis da Altos Hornos de México (AHMSA) e da Fertimex sofreram danos parciais. A estes prejuízos somam-se os verificados no sector siderúrgico — especialmente na SICARTSA, em Lázaro Cárdenas, Michoacán —, na indústria eléctrica e nas telecomunicações. Estas últimas foram rapidamente reparadas, graças ao empenho dos trabalhadores do sector.

Em consequência dos movimentos sísmicos foram perdidos — por alguns dias — 365 alimentadores de alta tensão, 100 postes caíram e 300 transformadores ficaram queimados, deixando temporariamente sem electricidade 38 mil usuários.

Outro efeito material que de imediato se fez sentir foi a interrupção ou defeito nas comunicações telefónicas. O equipamento da Teléfonos de México (empresa de capital misto, única no ramo) centralizado no centro da Cidade do México, foi danificado em 90%; na central de San Juan a torre de micro-ondas e todo o sistema automático interurbano foi atingido; 60% do equipamento electrónico foram destruídos e, de um total de 60 edifícios pertencentes à Teléfonos de México, 26 foram danificados e cerca de metade deles não pode ser ocupada. A perda, em termos económicos, da Telmex está calculada, em princípio, em 38 mil milhões de pesos.

Outros sectores que sofreram danos consideráveis foram os da área da educação e saúde. Finalmente, foram verificados danos em 71 das 902 sucursais bancárias que operam na Zona Metropolitana da Cidade do México. O banco mais atingido foi o Comermex, com 22 sucursais afectadas, o Serfin, com 17, o Banamex, com 16 e o Atlântico, com 10. Foram também atingidas as novas instalações centrais do Banco do México, que estavam em construção. Das 44 empresas de seguros do país apenas 4 ou 5 foram afectadas. O secretário-geral da Federação Nacional dos Sindicatos Bancá-

David Méndez H.

rios (FENASIB), deputado Rafael López Zepeda, informou que várias sedes sindicais ficaram praticamente inaproveitáveis, entre as quais a da própria FENASIB, a da Banobras, Serfin, Comermex, Banca Cremi, Banpro e Nafinsa.

As consequências no emprego

O efeito mais sensível e directo do terramoto sobre as condições de trabalho está ligado ao emprego. A sua análise não é fácil pelo menos por duas razões: primeiro porque em muitos casos não está claro se as recentes perdas de emprego são devidas ao terramoto ou aos cortes de pessoal que já vinham sendo praticados há alguma tempo. De facto, são numerosas as denúncias de que o cataclismo está a servir de pretexto para a demissão de pessoal. No início de Outubro o número de demissões injustificadas estava calculado em 100 mil.

A segunda razão é porque, em muitos casos, não se esclarece se o desemprego é definitivo ou temporário. Além disso, tende a haver uma confusão com o "reordenamento de pessoal", do qual não se sabe se modificará ou não as condições de trabalho, sobretudo no que se refere ao salário, à jornada de trabalho e à carga horária.

Apesar das limitações, o exame rigoroso da questão é urgente, porque o desemprego vem sendo, há alguns anos, a principal consequência da crise económica dos trabalhadores.

As cifras sobre a quantidade de pessoas que ficaram temporária ou definitivamente sem trabalho são muito variáveis: os cálculos oscilam de 150 mil a 500 mil, sem mencionar os exageros que elevam o número a um milhão (número referente à zona central da cidade: 300 mil pessoas que trabalhavam em hotéis, restaurantes e comércio, e 700 mil em 7 mil mini-indústrias de roupa, calçado e joalharia, entre outras).

Fontes autorizadas do movimento operário coincidem em indicar que o grave desemprego resultante do terremoto deu-se principalmente nas pequenas e médias empresas e atingiu sobretudo os sectores da confecção, gastronómico e hoteleiro. No primeiro caso ficaram sem trabalho cerca de 40 mil pessoas, na sua maioria costureiras, mas calcula-se entre 200 e 400 mil o número de trabalhadores (principalmente mulheres) que correm o risco de ficar sem emprego.

No caso da indústria gastronómica e hoteleira, os números sobre desemprego com origem no terremoto variam entre 3 e 5 mil pessoas. A actividade turística em geral, dentro e fora da Cidade do México, deixa um saldo de 25 mil pessoas



Acampamento de familiares de cidadãos desaparecidos

ligadas directa ou indirectamente a ela, que perderam as suas fontes de trabalho. Por exemplo, de um total de 4 mil trabalhadores filiados no Sindicato de Guias de Turismo, apenas 500 estão actualmente em actividade. Cerca de mil perderam o emprego e os demais estão dedicados a outras actividades, como motoristas de táxi ou de autocarros, segundo informação de Manuel Romero Rendón, secretário-geral do sindicato.

Os funcionários públicos

Os trabalhadores do Estado foram dos mais afectados. Destacam-se os da Secretaria do Trabalho e Previdência Social (STPS), do Comércio e Fomento Industrial (SECOFI), do Planeamento e Orçamento (SPP), das Obras Públicas, bem como os funcionários da Procuradoria-Geral e do Distrito Federal.

A estes devem somar-se os trabalhadores do Instituto Mexicano do Seguro Social (IMSS), dos quais 50 mil (médicos, enfermeiras, radiologistas, anestesiistas, auxiliares de enfermagem e pessoal administrativo), que trabalhavam na condição de temporários, serão substituídos pelos trabalhadores do Centro Médico Nacional e de outras instituições atingidas pelos terremotos. Da Secretaria da Reforma Agrária (SRA) foram despedidos, ao que parece, cerca de 15 mil funcionários.

Este problema está também em evidência nas empresas estatais com participação de capital privado. O director da Telefones de México (TELME) resumiu assim a questão: "não é possível que, sendo a indústria das telecomunicações uma das mais afectadas (pelo terramoto), permaneçam quatro mil trabalhadores sem fazer nada". Por outro lado, três mil bancários ficaram

sem espaço físico para trabalhar e até ao momento ainda não foram transferidos para outras agências.

Os trabalhadores do comércio, inclusive os que trabalham por conta própria, sofreram também bastante em consequência do terramoto. É o caso dos milhares de mulheres que trabalhavam como caixas ou vendedoras nas lojas desmoronadas da zona central da cidade e dos vendedores à comissão que perderam a pista de muitos clientes cujos escritórios foram transferidos para locais pouco conhecidos.

A relação poderia estender-se até incluir os 400 trabalhadores de cinemas que ficaram temporariamente sem emprego ou os 2.200 professores primários redistribuídos (700 com carácter definitivo), mas em muitos casos não há sequer números aproximados.

O mais grave, como indica Fidel Velázquez, dirigente da CTM, é que será muito difícil que os empresários empreguem de imediato os novos desempregados, já que não existe a necessária infraestrutura. Não menos grave é o facto de uma grande parte dos atingidos — principalmente na indústria de confecção — serem trabalhadores não-sindicados, razão porque os abusos de que são vítimas estão na ordem do dia. Da mesma forma, é importante indicar que a CTM, a CROC e a FTEM calculam entre 20 e 30% as pessoas em idade produtiva que se encontram sem emprego nos municípios da periferia do Distrito Federal. Perante esta situação, Humberto Enríquez Carrasquedo, dirigente do SME, pediu ao governo que ponha em prática um programa de emprego.

Compreende-se assim que em 15 de Outubro, quando foi constituída a Coordenação de Empre-

“Muitos dos trabalhadores afectados não estavam sindicalizados, o que permitiu múltiplos abusos”

go do Comité de Auxílio Social, dependente da Comissão Nacional de Reconstrução, o presidente Miguel de la Madrid tenha declarado que os trabalhadores que perderam o emprego terão prioridade nas actividades que se restabeleçam e nas que sejam geradas pela reconstrução. O sector empresarial, por sua vez, adoptou medidas para absorver uma parte dos desempregados. Em algumas empresas a jornada de trabalho foi aumentada de forma a compreender três ou quatro turnos, dos quais os primeiros são cobertos pelos trabalhadores e técnicos da casa e os restantes por trabalhadores contratados.

Efeitos no poder de compra

Aqueles que depois do terramoto, puderam conservar o emprego estão, certamente, em melhores condições que os desempregados, mas também eles sofreram importantes adversidades. A mais importante delas, refere-se à redução directa ou indirecta do salário e do poder aquisitivo em geral.

A forma mais visível deste facto foi a diminuição do salário nominal, sob o pretexto das dificuldades das empresas, derivadas dos terramotos (principalmente o encerramento temporário ou a diminuição da produção por causa da perda de clientes ou da queda da procura).

Caso bem demonstrativo é o da indústria hoteleira. De acordo com Salvador Ramos, secretário-geral do Sindicato Nacional do sector, mais de dez mil trabalhadores tiveram os seus salários reduzidos em 50%. Em outros casos os salários simplesmente deixaram de ser pagos aos trabalhadores que estão à espera de recolocação, e foram suspensas as indemnizações aos despedidos.

Os trabalhadores em geral, e sobretudo aqueles que não têm sindicato, verão provavelmente reduzido o seu poder negociador em matéria de salários e prestação de serviços. O perigo ou a ameaça de encerramento de empresas aumentou e, nessa medida, reforça-se a pressão da procura. A tudo isto junta-se uma forma indirecta ou menos visível de redução salarial: o aumento dos preços (ou inflação), em virtude do qual o salário real (ou poder aquisitivo) cai, ainda que o salário nominal seja mantido ou até aumente.

Especular com a fome e com o mal-estar da população trabalhadora será sempre reprovável, mas fazê-lo numa situação particularmente crítica e mesmo trágica, como a gerada pelo terremoto, é criminoso. Foi exactamente assim que o titular da Procuradoria Federal do Consumidor, Salvador Pliego Montes, classificou a subida em flecha dos preços de alguns produtos básicos.

David Méndez H.



Estamos cá
como se estivéssemos lá.

Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflete
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Av. João Crisóstomo, 16, 3.^o
1000 LISBOA • Portugal
telefs. 54 60 00 (8 linhas)
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

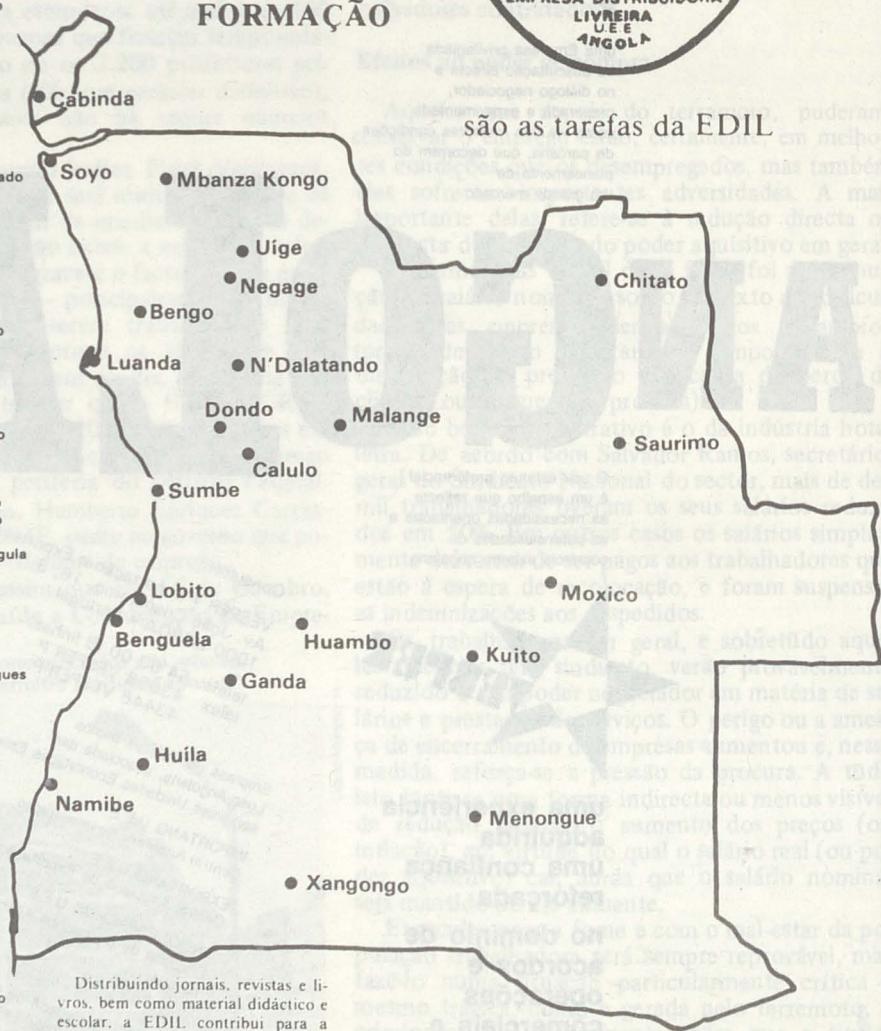
EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

- BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro
- BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livraria Linda
Quiosque Maiombe
- CALULO
Livraria 17 de Setembro
- DONGO
Livraria 2 de Março
- GANDA
Livraria 1.º de Maio
- HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA
Livraria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livraria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livraria Aníbal de Melo
- LOBITO
Livraria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Posto de Venda
- LUNDA-SUL
Livraria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOIXICO
Livraria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livraria Lutuíma
- NEGAGE
Livraria Saidy Mingas
- SOYO
Livraria Lundogi
- UIGE
Livraria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança

LEVAR: INFORMAÇÃO CULTURA CIÊNCIA FORMAÇÃO



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de *cadernos do terceiro mundo* para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Cultura, crise e soberania nacional

A realidade social mexicana encontra-se influenciada por valores que fomentam o individualismo, o racismo e a degradação social. Mas o povo resiste

Al igual como outros povos da América Latina, Ásia, África e Caraíbas, o povo mexicano formou os seus principais valores culturais ao longo de demoradas lutas contra o colonialismo e a opressão nacional. Por isso, a sua cultura, resultante de um complexo processo histórico, encontra-se estreita e indissoluvelmente ligada à constante busca de afirmação e fortalecimento da sua autodeterminação, independência e soberania nacionais.

Em 1985, o povo mexicano comemorou o 175º aniversário da luta pela independência em relação à metrópole espanhola e o 75º do início da revolução de 1910-17, o mais importante movimento popular ocorrido no país neste século. Antes e principalmente depois da guerra de independência, protagonizada por milhares de indígenas, negros e mestiços, surgiram e consolidaram-se as expressões propriamente nacionais da cultura mexicana, nascidas da semente indígena e de repetidas fusões adoptadas e impostas durante os 300 anos de colonialismo. Estes elementos adquiriram a dimensão de uma consciência nacional quando o país esteve ameaçado de desaparecer diante das agressões estrangeiras no século XIX, que tentaram impedir a consolidação do México como país independente.

A revolução mexicana, além de transformar a estrutura económica, social e política da nação, libertando-a dos entraves que impediam o desenvolvimento do capitalismo, teve uma forte marca nacionalista e democrática, discutindo profundamente a identidade e permitindo avanços importantes na ainda inacabada integração nacional.

Com a sua enérgica participação na luta, o povo mexicano ganhou um novo espaço nas artes plásticas, na música, na dança, na literatura e outros campos, que recolheram nas suas páginas, linhas, cores e movimentos, o sentimento popular, sobretudo durante a etapa do cardenismo, na qual com a participação de operários e camponeses algumas das reivindicações da revolução puderam tornar-se realidade.

Um mural de Diego Rivera: a antiga Tenochtitlán, uma das mais bem acabadas expressões da cultura mexicana



O próprio povo transformou-se, fazendo florescer múltiplas manifestações da sua cultura, tanto indígena como mestiça, rural e urbana, tendo conquistado direitos sociais importantes, como a distribuição de terras e a legislação laboral incorporados à Constituição de 1917, a qual deu forma ao novo Estado surgido da revolução.

Identidade nacional e diversidade cultural

Entre vitórias e fracassos, o povo mexicano construiu uma enorme riqueza cultural, patente em diversas tradições, costumes, hábitos, técnicas, formas de ver o mundo e a vida, que, dentro do seu carácter histórico e mutante, vão formando uma memória colectiva, um património comum que os faz sentir donos de uma cultura nacional.

A existência de uma identidade nacional não significa, porém, que a nação e a sua cultura sejam homogéneas. Ambas estão condicionadas pela complexa estrutura social na qual operários, campesinos, artesãos, professores, estudantes e pequenos produtores geram práticas e concepções diferentes e por vezes opostas com as das classes dominantes. O México conserva ainda uma diversidade étnica muito importante: as culturas populares estão enriquecidas com a presença de 56 grupos indígenas que, apesar de inseridos na dinâmica económica e social do país, conseguiram preservar uma identidade própria.

A diversidade cultural do México tem também expressões regionais. As diferenças culturais entre o sudeste, o noroeste, o centro e o norte são por vezes marcantes.

Apesar de estar enraizada, a cultura do povo mexicano indígena e mestiço subsiste resistindo à deformação, influência e submissão impostas pela permanente penetração estrangeira. Sofre também a expropriação de valores praticada pelas classes dominantes, que ilegitimamente se autopropõem herdeiras das melhores tradições históricas e culturais do povo.

Por outro lado, a criação cultural das camadas populares vê-se afectada pelas cada vez mais penosas condições de vida e de trabalho acarretadas pela crise, impedindo que esses segmentos desfrutem plenamente dos direitos pelos quais lutaram em outros tempos.

Crise e desnacionalização

Três quartos de século já se passaram desde o início da revolução mexicana, mas a realidade

actual — determinada pela existência de uma crise que repercute nos planos económico, político, ideológico e cultural e dura há mais de uma década — conduz o povo por um caminho de crescente inflação, desvalorização permanente da moeda, desemprego, falta de habitação, de serviços e de assistência médica.

Apesar do grande esforço de milhares de operários e campesinos, dos muitos artistas e intelectuais que ao longo da história colocaram o seu conhecimento ao serviço dos interesses nacionais, o México defronta-se, assim como outros povos do Terceiro Mundo, com uma grave ameaça à sua soberania e autodeterminação. O país sofre as consequências da sua crescente subordinação, já não a uma metrópole colonial, mas ao sistema de dominação dos países desenvolvidos, particularmente dos Estados Unidos.

Esta subordinação, evidenciada nos sectores mais importantes da economia e na constante interferência norte-americana, aprofundou-se nos últimos anos. O México ressentiu-se dos efeitos de uma crise que propicia a entrega dos seus recursos naturais — e cada vez mais dos humanos — às grandes empresas transnacionais. Talvez a expressão mais grave desta dependência e o principal obstáculo ao exercício da autodeterminação seja hoje a onerosa dívida externa.

A realidade cultural do México encontra-se influenciada, em grande parte, pelos valores internos e externos que estimulam o individualismo, a violência, o racismo e a degradação social. Para isso contribuem sistematicamente os meios de comunicação privados cujos conteúdos são determinados pelas exorbitantes somas que as grandes empresas nacionais e transnacionais destinam à publicidade, deformando os padrões estéticos e de consumo de determinadas camadas da população.

A presença norte-americana na vida cultural do México manifesta-se também na imposição de padrões de pesquisa, no uso de tecnologias que não só não correspondem às necessidades nacionais, como ainda implicam um uso irracional de importantes recursos naturais que fazem parte do património do país. Fundações como a Rockefeller, a Ford, o BIRF e outras empresas transnacionais participam activamente na promoção de projectos de pesquisa científica e tecnológica e em programas de desenvolvimento educativo e cultural cujo objectivo é atrair núcleos de profissionais, intelectuais e artistas.

O mesmo acontece com organismos como o Instituto Linguístico de Verão e outros grupos

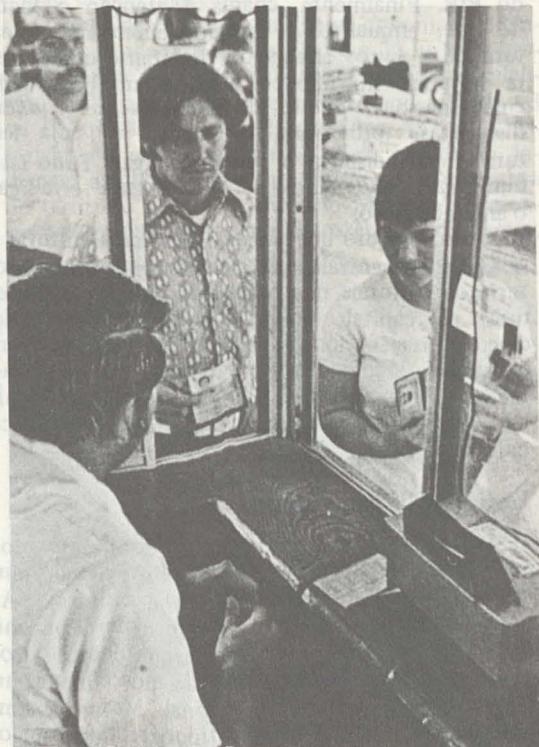


A vasta fronteira mexicano-norte-americana cria sérios problemas ao desenvolvimento independente do país, ao facilitar uma crescente integração do mercado latino-americano

religiosos cuja presença entre as comunidades indígenas e nas colônias urbano-populares significa uma constante deformação e substituição de valores e tradições.

Outro problema fundamental para o exercício da soberania nacional e que se expressa num forte e quotidiano conflito cultural é a crescente integração da economia fronteiriça no mercado norte-americano, através da proliferação de empresas subsidiárias das transnacionais, que introduzem mudanças nos costumes e formas de vida de milhares de mulheres e jovens, aos quais a estratégia de desenvolvimento vigente não oferece outra alternativa.

Ao mesmo tempo, a contenção de despesas imóveis, nos últimos dois anos, grandes limitações à actividade cultural e levou a sucessivos cortes orçamentais às instituições oficiais, à suspensão de novos projectos, demissões em massa e, inclusive, ao encerramento de organismos como a Distribuidora do Fundo de Cultura Económica, o Fonágora, o Conescal, o Fundo Nacional para o Estímulo à Dança Popular. Além disso, 22 empresas de cinema, rádio e televisão foram encerradas,



gerando com isso maior desemprego entre os trabalhadores da cultura.

Conflitos laborais, redução e limitação de projectos editoriais, escassos recursos para o apoio às culturas populares, étnicas e regionais marcam a difícil situação que atravessam muitas das instituições culturais que agora se vêem obrigadas a desenvolver os maiores esforços para manter uma vida cultural regular.

Condições adversas

Alguns dados ilustram as condições adversas que exigem atenção urgente: o orçamento destinado hoje à educação corresponde apenas a 50% do recomendado pela Unesco – 8% do PIB; em 1985 as actividades artísticas do Instituto Nacional de Belas Artes foram reduzidas em 27%; as autoridades do Distrito Federal destinaram menos de 1% do seu orçamento à difusão cultural numa cidade com mais de 17 milhões de habitantes; a SEP, organismo fundamental na política cultural do país, sofreu no ano passado quatro reajustamentos orçamentais; o investimento destinado ao desenvolvimento de uma ciência e de uma tecnologia próprias é da ordem de 0,6% do PIB. Finalmente, chama à atenção o facto de que, enquanto a Unesco recomenda a leitura de 4 livros anuais por habitante como meta mínima, no México edita-se um para cada cinco pessoas, diante de milhares de *comics*, historietas, fotonovelas e outros, em cuja leitura o país disputa o primeiro lugar. Tudo isto num país que ainda não conseguiu erradicar o analfabetismo.

Outro aspecto que afecta a dinâmica cultural é a excessiva centralização da infra-estrutura e dos serviços culturais nas principais cidades e sobre tudo na capital, apesar dos novos planos de descentralização do governo federal, que diminui o estímulo e limita a recriação de valores, tradições e costumes num país cuja diversidade étnica e regional exige uma reestruturação da política cultural.

Uma tragédia para o povo

Os dramáticos acontecimentos decorrentes dos terramotos de 19 e 20 de Setembro agudizaram determinados problemas sociais e culturais. As consequências mais graves foram a perda de milhares de vidas numa catástrofe que despertou os sentimentos de solidariedade do povo mexicano e um amplo apoio internacional. Mesmo assim, um grande número de construções onde funcio-

navam, principalmente, escritórios governamentais, escolas, centros de saúde, residências, comércio e pequenas empresas caíram ou ficaram totalmente sem condições.

O património arquitectónico da Cidade do México sofreu pequenos danos em alguns monumentos pré-hispânicos como o Templo Mayor e a pirâmide da estação de metropolitano Pino Suárez. Segundo a Direcção de Monumentos Históricos do INAH, 14 construções do Centro Histórico apresentaram afundamentos, frestas e desabamentos. Cerca de 40 igrejas e templos sofreram danos de varia ordem.

Na infra-estrutura cultural, 13 teatros, 22 cinemas e 5 museus foram obrigados a encerrar. Alguns cinemas e teatros não terão recuperação possível.

O património artístico foi afectado na sua obra mural de pintores como Juan O'Gorman, José Chávez Morado, Carlos Mérida e Luis Nishizahua integrada na arquitectura de edifícios como o Multi-familiar Juárez, o Centro Médico Nacional e o edifício da Secretaria de Comunicação e Transporte.

Entretanto, as áreas que mais danos sofreram foram a educação e a saúde, já que 650 mil alunos de diferentes níveis ficaram sem aulas em consequência dos desmoronamentos e da deterioração sofrida pelos prédios. O governo mexicano iniciou um programa para recolocar os estudantes em outros centros. Para isso foi preciso recorrer a um sistema de turnos a dobrar, instalação de salas de aula temporárias e de ensino por televisão, o que implicou novos gastos não previstos. Até 18 de Novembro passado, ainda faltava recolocar cerca de 66 mil alunos, não tendo sido possível recuperar a qualidade educativa anterior aos terramotos. A possibilidade de solução do problema educativo parece agora mais difícil.

A perda do Centro Médico Nacional – a maior instituição de saúde da América Latina, existente há 22 anos – e do Hospital Juárez significa um sério golpe para a medicina mexicana. Neles era praticada a mais avançada medicina, acompanhada de um alto nível de pesquisa e docência. Milhares de médicos, enfermeiros, técnicos e empregados, muitos deles com anos de experiência e especialização, morreram no terramoto.

Rumo a um novo projecto nacional

O terramoto, as suas consequências e a ampla mobilização popular, reveladora da existência de valores fundamentais entre os mexicanos das classes mais modestas, mostraram muitas das contradições sociais predominantes antes do desastre, provocando a reflexão de um bom número de jor-

nalistas, intelectuais e de organizações populares quanto ao facto do México não poder regressar à "normalidade" da crise. E apontaram que a reconstrução deve partir de um novo projecto nacional.

Diante da evidência de que com a actual estratégia de desenvolvimento e de ataque à crise, não é possível oferecer ao povo uma alternativa digna, começou a despertar a consciência de que é necessário ir ao fundo do problema e questionar os alicerces da actual organização do Estado.

Na verdade, mesmo antes do sismo, o México já necessitava de um projecto que resgatasse as aspirações do povo e desenvolvesse o fortalecimento da independência e da soberania nacionais, dando um lugar de destaque ao processo cultural, porque apenas com base na experiência histórica e nas melhores tradições será possível dar continuidade às causas levantadas pelo povo e que hoje os sectores dominantes estão empenhados em deter.

Para avançar na criação deste novo projecto é preciso reconhecer, estimular e equacionar as mais valiosas propostas culturais presentes em diversas instituições, grupos culturais, organizações e associações independentes onde participam um grande número de mexicanos nacionalistas e latino-americanistas que, diante da crise e das agressões à identidade do país, trabalham na defesa das manifestações nacionais e populares.

Diante das falsas interpretações que têm sido feitas da história mexicana com o objectivo de legitimar o actual estado de coisas, impõe-se um sistemático trabalho de reinterpretar que penetrando na análise da sua dinâmica consiga destacar a acção popular como o principal protagonista e forneça elementos para construir o futuro.

A história tem demonstrado que quando os povos conseguem preservar a sua identidade e enriquecê-la, são capazes de ultrapassar os obstáculos que se opõem ao seu desenvolvimento e contribuir para o engrandecimento do património cultural de toda a humanidade. Embora sob condições adversas, o povo mexicano defende a sua cultura e resiste ao choque contra a sua memória colectiva. No seu trabalho diário, nos seus melhores cantos, festas, danças e lutas, ao recriar valores democráticos e solidários que em outros tempos soube utilizar, o povo demonstra ser depositário do potencial que terá de desenvolver para prosseguir na sua caminhada em direcção a um futuro melhor. (Lucina Jiménez)*

A população indígena

Com mais de 50 grupos étnicos, os índios mexicanos representam 15% da população do país.

A influência do mundo indígena na vida moderna do México é evidente e pode ser constatada, a qualquer momento, na arquitectura, na música, na dança e na pintura. A cultura do índio não só permanece, como também se desenvolve e cresce, apesar do brutal impacto da conquista e de mais de quatro séculos de genocídio e de dominação. O Instituto Nacional Indígena (INI), órgão oficial do governo do México, calcula que existam hoje no país 56 línguas ou grupos étnicos e mais de 100 dialectos.

O total da população indígena com mais de cinco anos de idade é de 5 milhões e 181 mil, segundo o censo de 1980. Muitos antropólogos calculam, no entanto, que esse número pode chegar a 8 ou 10 milhões, ou até ultrapassá-los. As fontes históricas de maior confiança sobre população indígena assinalam que, ao iniciar-se a conquista do território hoje ocupado pelo México, havia entre 149 e 168 línguas ou grupos étnicos diferentes.

A cultura indígena sobrevive, apesar da conquista genocida



David Méndez H.

* A autora pertence ao Foro da Cultura Mexicana.

De acordo com esses números, hoje normalmente aceites pelos antropólogos, desapareceram entre 93 e 112 grupos étnicos. Apesar disso, a população indígena continua a crescer. No censo de 1930, quando o México tinha 16 milhões e 552 mil habitantes, a população indígena era de 2 milhões e 251 mil, o que, comparado com o censo de 1980, que é de 5 milhões e 181 mil, indica que existe um crescimento em números absolutos de 2 milhões e 930 mil, nos últimos 50 anos.

A tendência é que a população indígena continue a crescer em vez de diminuir, contrariamente ao que se imaginava nos anos 20 e mesmo depois. É provável que o México tenha hoje a maior população indígena do mundo e também uma das maiores composições étnicas de todos os países. Por isso, é importante aguardar os resultados do próximo censo geral, que será efectuado em 1990.

Mas, se a população indígena tem aumentado em números absolutos, o mesmo não acontece em termos comparativos. Nas décadas de 30 e 40, os indígenas representavam 15% do total da população; em 1950, 12%; em 1960, 8%; e, em 1970, 6,4%.

Quase 100 grupos étnicos desapareceram



De acordo com o censo de 1980, dos 5 milhões e 181 mil indígenas maiores de 5 anos, 1 milhão e 174 mil pertencem à mesma língua.

Os estados de maior concentração indígena, segundo ainda o censo de 1980, são: Oaxaca (891 mil), Veracruz (634 mil), Yucatán (489 mil), Puebla (488 mil) e Chiapas (492 mil). Segundo informações do INI em 1985, esses estados continuam a ser os que concentram as maiores populações de índios.

No Distrito Federal, sede dos poderes federais e da maior cidade do mundo, vivem cerca de 208 mil indígenas de língua *nahuatl*, concentrados nas delegações — unidades administrativas nas quais está dividido o Distrito Federal — de Xochimilco, Milpa Alta e Tlalhuac.

Os estudos e os pesquisadores do indigenismo

Poucos países contam, sem dúvida, com um número tão grande de estudos sobre cultura indígena como o México. O levantamento da vida desses grupos foi iniciado com os trabalhos dos "soldados-cronistas" que participaram na conquista, como Bernal Díaz de Castillo e inclusive o próprio conquistador Hernán Cortéz, que escreveu as *Cartas de Relação* para o imperador Carlos V. No entanto, os mais notáveis trabalhos dessa época foram os elaborados por alguns frades, como Bemardino de Sagún, que há 400 anos continuam a ser uma fonte obrigatória para a compreensão do mundo indígena.

A partir do término da revolução (1910-1920), os estudos aumentaram. Em 1917, ainda na fase da luta armada do movimento revolucionário, foi criada a Direcção de Antropologia e fundada a revista *Ethnos*, dirigida por Manuel Gamio, pioneiro do indigenismo na era moderna mexicana. Em 1942, surgiu a Escola Nacional de Antropologia, que forma não apenas profissionais mexicanos, mas também de outros países, principalmente da América Latina.

Mas, apesar dos louváveis esforços do governo mexicano para formar antropólogos e propiciar as pesquisas, até à década de 70 uma boa parte dos trabalhos nesse campo aconteceu nas universidades norte-americanas, como Harvard, Stanford, Columbia, Pensylvannia ou em instituições como o Carnegie ou o Smithsonian.

Entre os antropólogos, merecem especial referência alguns refugiados espanhóis, como Manuel Gamio, Alfonso Caso, Ricardo Pozas, Pedro Carrasco, Raúl Benítez, Pedro Armillas, Gonzalo Aguirre Beltrán, Angel Palerm e Julio de la Fuente. (R. Aguilar)

As relações com os Estados Unidos

A deterioração das relações México-Estados Unidos tem vários motivos, entre eles, a crise centro-americana

As relações México-Estados Unidos estão marcadas, ao longo da história — cerca de um século e meio — por confrontos e conflitos. Actualmente, considera-se que a situação dessas relações é a pior dos últimos tempos.

Cerca de três mil quilómetros de fronteira; duas economias marcadas por uma grande desigualdade — o rendimento *per capita* nos Estados Unidos é oito vezes maior que no México — uma relação de dependência da economia mexicana perante a norte-americana — os Estados Unidos são o principal

crédor do México, dois terços das exportações mexicanas vão para os Estados Unidos, ao mesmo tempo que igual proporção se dá no sentido inverso — representam factores que não se podem deixar de citar quando se fala sobre as relações entre os dois países.

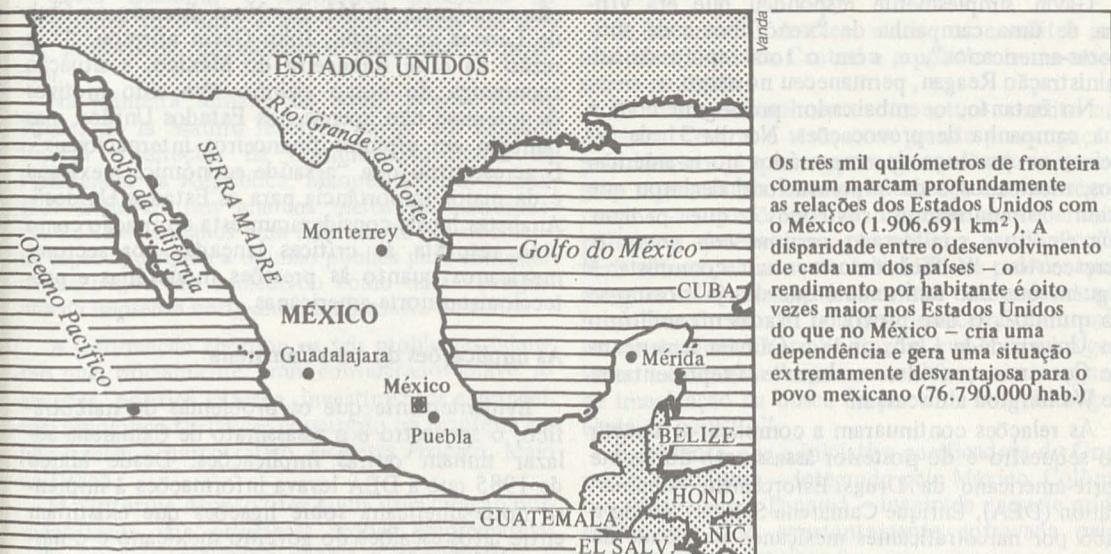
Estas regras de ordem económica e geopolítica têm evoluído, na maioria das vezes, com situações desvantajosas para o México. Um levantamento dos factos mais significativos envolvendo os dois países em 1985 demonstra a deterioração sofrida nas relações bilaterais.

A luta contra o narcotráfico, os investimentos norte-americanos no México, a segurança turística e a política externa mexicana foram, entre outros, temas de confronto durante o ano passado.

“Intromissão escandalosa”

Os primeiros acontecimentos do ano foram antecipados pelo que os círculos políticos e governamentais mexicanos consideram como uma “intromissão escandalosa” do embaixador norte-americano, John Gavin, nos assuntos internos do México.

Os factos: Gavin mantivera — até final de 1984 — uma série de reuniões públicas e privadas com funcionários e dirigentes políticos do direitista Partido de Acção Nacional (PAN), com sectores conservadores do clero e empresários do interior do país. Além do mais, Gavin fez declarações à imprensa que motivaram várias reacções de descontentamento.



Os três mil quilómetros de fronteira comum marcam profundamente as relações dos Estados Unidos com o México ($1.906.691 \text{ km}^2$). A disparidade entre o desenvolvimento de cada um dos países — o rendimento por habitante é oito vezes maior nos Estados Unidos do que no México — cria uma dependência e gera uma situação extremamente desvantajosa para o povo mexicano (76.790.000 hab.).



John Gavin: campanha de provocações

O Ministério dos Negócios Estrangeiros mexicano, por intermédio do seu subsecretário Ricardo Valero, solicitou um parecer dos legisladores para, então, "enviar recomendações" ao presidente da República sobre o caso Gavin. Diversos sectores sociais e políticos chegaram a pedir ao governo de Miguel de la Madrid "a aplicação das leis mexicanas contra o embaixador norte-americano e exigir do governo dos Estados Unidos a retirada do diplomata".

Gavin simplesmente respondeu que era vítima de uma campanha de "xenófobos e de anti-norte-americanos", e, com o total apoio da administração Reagan, permaneceu no cargo.

No entanto, o embaixador prosseguiu com a sua campanha de provocações. No dia 31 de Janeiro, na presença de empresários norte-americanos, mexicanos e da imprensa local declarou que eram "simpatizantes soviéticos" que pediam que ele fosse considerado *persona non grata*. E acrescentou: "é fácil descrever um comunista: é alguém que não tem nada e que deseja mostrar-se ao mundo", o que provocou risadas no auditório da Universidade Club, onde a Câmara Americana de Comércio convida anualmente o representante de Washington a discursar.

As relações continuaram a complicar-se a partir do sequestro e do posterior assassinato do agente norte-americano da Drugs Enforcement Administration (DEA), Enrique Camarena Salazar, levado a cabo por narcotraficantes mexicanos na cidade de Guadalajara, a terceira em importância no país.

Quando da sua morte, Camarena Salazar participava de uma importante operação antinarcóticos. A primeira reacção norte-americana consistiu num estreito controlo das fronteiras entre os dois países, o que, segundo o México, foi feito "sem prévio aviso diplomático".

Através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardo Sepúlveda Amor, o governo mexicano afirmou que a acção norte-americana "não se justificava nem como medida para dificultar o narcotráfico nem para apressar as investigações sobre o caso Camarena". O ministro acrescentou que "o comércio e o turismo estão afectados e a situação pode ser grave".

Em 18 de Fevereiro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou instruções ao seu embaixador em Washington, Jorge Espinoza de los Reyes, para que formasse uma "representação diplomática para conhecer o motivo de uma acção dessa natureza".

Gavin voltou à cena. As suas declarações em relação à medida norte-americana e sobre o narcotráfico não poderiam ter sido mais irritantes. O embaixador disse: "o México é o terceiro país produtor de marijuana no mundo e poderá transformar-se no primeiro". Sustentou também que o México era "a primeira nação abastecedora de drogas proibidas e perigosas (como barbitúricos, anfetaminas e antidepressivos) no mercado norte-americano". Uma evidente recriminação aos seus "amigos mexicanos".

O embaixador norte-americano deu peso ainda às suas declarações com avaliações sobre a situação económica do México. Num discurso no Club de Leões na capital, John Gavin afirmou: "... a razão da crise financeira do México, a situação económica do nosso vizinho têm sido motivos de interesse não apenas nos Estados Unidos, mas também em círculos financeiros internacionais". E acrescentou que "a saúde económica mexicana é da maior importância para os Estados Unidos". Analistas locais consideraram esta afirmação como uma resposta às críticas lançadas por sectores mexicanos quanto às pressões monetárias e protecionistas norte-americanas.

As implicações do caso Camarena

Evidentemente que os problemas do narcotráfico, o sequestro e o assassinato de Camarena Salazar tinham outras implicações. Desde Março de 1985 que a DEA levava informações à imprensa norte-americana sobre ligações que existiriam entre altos escalões do governo mexicano e o narcotráfico.

Segundo o semanário mexicano *Proceso*, a rede de televisão *NBC* dos Estados Unidos foi o primeiro meio de comunicação a retomar esses "rumores". O enviado especial da *NBC*, Brian Ross, afirmou que "altos funcionários estavam envolvidos no caso da droga".

Muito mais grave, porém, foi o editorial do *New York Times* de 22 de Março intitulado "Onde está o orgulho do México?", onde assinalava, entre outros pontos, que "agora, talvez, o presidente De la Madrid não queira agir contra aliados políticos com possíveis ligações com o negócio (da droga) ilícito".

A resposta mexicana não se fez esperar. No mesmo 22 de Março, o ministro dos Negócios Estrangeiros Sepúlveda declarava, em Guadalajara, que "não se pode aceitar que comportamentos delituosos isolados desqualifiquem uma comunidade de sólidas tradições". Numa clara alusão ao caso Camarena, o ministro dos Negócios Estrangeiros denunciou que "recentes acontecimentos ocorridos nesta área do país suscitaram reacções no México e no exterior, iniciando-se uma lamentável e injusta campanha de desprestígio, ofensa e calúnia".

A campanha antimexicana, além da "desmedida" atenção que a imprensa e a televisão norte-americana davam ao México, era também acompanhada por advertências de diversas autoridades dos Estados Unidos sobre a "periculosidade" das estradas mexicanas para os turistas norte-americanos.

Desta maneira, o hipotético problema da "segurança turística" acabava por afectar um sector importante da economia mexicana: o turismo.

Na primeira semana de Abril, o governo de Miguel de la Madrid resolveu enviar aos Estados Unidos o director da Comunicação Social da Presidência da República, Manuel Alonso. A missão? Difundir nos grandes meios de comunicação norte-americanos uma informação governamental especial dirigida à opinião pública para contestar o que o governo considerou como uma "campanha da imprensa norte-americana contra o México".

A informação abordou os seis problemas bilaterais que, oficialmente, eram considerados chave: as eleições, política externa, investimentos estrangeiros, segurança turística, corrupção na fronteira e a luta contra o narcotráfico. (Revista *Proceso*, Maio de 1985).

O "Informe Alonso" fez ainda uma citação por menorizada das principais acções empreendidas pelo governo mexicano contra o narcotráfico. E

Sipa Press



O narcotráfico: origem de uma campanha antimexicana

destacou: "trata-se de um problema de grande alcance (o narcotráfico), porém o México luta intensamente para combatê-lo, e, assim, proteger a vida de um grande número de seres humanos, a maioria deles cidadãos norte-americanos".

A estratégia mexicana considerou também oportunamente uma defesa da sua política externa. Novamente, foram postas a público as argumentações em torno de um dos temas que sempre geraram intranquilidade na potência vizinha.

A referida informação na parte dedicada à política externa, reivindica os seus princípios básicos: "a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a solução pacífica dos conflitos, a igualdade jurídica dos Estados e o repúdio pelo uso da força nas relações internacionais..."

A posição diante da crise da América Central

O documento destaca, ainda, os conflitos armados na América Central e a política norte-americana na região.

E afirma textualmente: "o actual conflito na América Central é visto com grande preocupação pelo México, já que a guerra generalizada nesta região representaria uma séria ameaça à nossa segurança e ao nosso legítimo interesse de soberania política e desenvolvimento social e económico". Mais adiante, acentua: "a instabilidade política que a região sofre ameaça afectar-nos e causar danos ao nosso comércio e às relações financeiras com países da América Central". Razões que levaram o governo mexicano a "um enorme esforço e uma grande imaginação na busca da paz e da solução negociada do conflito".

É evidente que a iniciativa pacificadora do Grupo de Contadora – integrado pelo México, Colômbia, Venezuela e Panamá – inspirada naquele princípio, tem sido constantemente entravada pelo governo norte-americano.

Meses depois, De la Madrid falou sobre o mesmo tema. Numa entrevista exclusiva à agência oficial espanhola *EFE*, em Junho, o presidente mexicano manifestou a sua "insatisfação" pela falta de resultados práticos no problema de Contadora. Contradiisse a versão dos Estados Unidos sobre a Nicarágua. E afirmou que "o governo nicaraguense tem mostrado e manifestado a sua vontade de se estruturar numa democracia pluripartidária que respeite as liberdades do homem.

"Além do mais — acrescentou — tem insistido no seu propósito de estabelecer uma economia mista e de ser um país não-alinhado". É claro que estas declarações representam uma carga muito pesada para a resistência norte-americana de reconhecer uma Nicarágua com essas dimensões.

De la Madrid discordou também dos Estados Unidos noutros pontos. Disse que "tem faltado (na América Central) uma autêntica vontade política das partes em conflito". Ainda que, dentro da especificação geral o peso específico da declaração caiba ao governo de Manágua, recaia sobre os Estados Unidos e os seus aliados.

De la Madrid deve ter irritado Washington ao afirmar que "Cuba tem demonstrado uma atitude positiva em relação ao trabalho de pacificação em que o México está comprometido". Ou seja, que o México não compartilha o ponto de vista norte-americano sobre o papel desempenhado por Cuba e Nicarágua na crise regional.

Existe ainda um outro ponto na política externa mexicana que não agrada a Washington: a von-

O sistema mexicano de satélites

Em 1985, o México iniciou o seu programa espacial de comunicações com a instalação do Sistema Mexicano de Satélites (SMS). Através de um contrato com a Administração Nacional de Aeronáutica e do Espaço (NASA) dos Estados Unidos, o México colocou no ano passado dois satélites em órbita: o Morelos I, que já está em operação, desde 12 de Julho de 1985 e, em Dezembro desse mesmo ano, o Morelos II, que entrará em funcionamento até 1990.

A construção dos dois satélites, o pagamento dos seguros e a sua colocação em órbita custaram à Secretaria de Comunicações e Transportes (SCT) do México 150 milhões de dólares.

Antes da saturação do sistema nacional de comunicações via micro-ondas, os técnicos da Secretaria de Comunicações e Transportes (SCT) recomendaram iniciar a sua renovação e propuseram dar início a um programa espacial que, apesar dos seus altos custos, seria mais barato e eficiente do que ampliar e reaproveitar o anterior sistema. Assim, o governo iniciou em 1982 o novo programa que culmina, nesta etapa, com o lançamento dos satélites Morelos.

No momento, existem 200 estações terrestres, com antenas parabólicas de 7 a 22 metros de diâmetro, em diferentes pontos do país. Esses equipamentos permitem captar o sinal do Morelos I.

O centro de controlo do Sistema encontra-se em Iztapalapa, no sul do Distrito Federal.

Nos próximos dois anos apenas 24,4% da capacidade do Sistema será utilizado: 19% em televisão, 5% em telefonia interurbana, 5% em telefonia rural.

Paralelamente foi dado início a um programa de construção de 500 novas estações terrestres em lugares estratégicos do país, o que permitirá aumentar a capacidade de uso do Sistema no final de 1988 para 67% (28% em televisão, 22% em telefonia interurbana, 2% em telefonia rural, 15% na transmissão de dados). Em 1990 o Sistema, com base no satélite Morelos I, operará com uma capacidade de 96% (31% em televisão, 40% em telefonia interurbana, 5,9% em telefonia rural, 20% na transmissão de dados). Nesse mesmo ano, o tráfico de comunicações cruzar-se-á com o satélite Morelos II, que na altura estará já na sua órbita definitiva.

Um grupo de cientistas e técnicos mexicanos propôs modificações ao plano original da NASA e de acordo com o novo projecto o Morelos II não será levado até à sua órbita definitiva, mas viajará por sua própria inércia durante os próximos três anos, até ao seu destino a 36 mil quilómetros da terra. Esta inovação dos cientistas mexicanos vai possibilitar uma economia considerável de combustível e prolongará a vida do satélite por mais quatro anos.

O funcionamento simultâneo dos dois satélites poderá cobrir as necessidades do México em matéria de comunicações até 1995, data em que está programado o lançamento de novos equipamentos.



O secretário de Estado norte-americano procurou, oficialmente, não atacar os seus anfitriões, mas declarou à imprensa que o seu país não pretende reatar as conversações de Manzanillo

tade para que as conversações Manágua-Washington, no porto mexicano de Manzanillo, das quais o México foi um diligente anfitrião — e abandona das unilateralmente pelos Estados Unidos — frutifiquem em prol de uma solução negociada. É preciso mencionar que estas conversações colocam com muita clareza a administração Reagan no papel que ela nega jogar.

No final de Julho, o secretário de Estado George Shultz visitou a cidade do México. Nessa oportunidade, Shultz declarou à imprensa que os Estados Unidos não pensam reatar as conversações de Manzanillo, com o argumento de que o governo nicaraguense usa essas conversações para "sabotar" o Grupo de Contadora. Oficialmente, Shultz teve o cuidado de não hostilizar os seus anfitriões.

A viagem do primeiro astronauta mexicano

Às 18h29min, hora do México, de 26 de Novembro de 1985, a nave espacial Atlantis foi lançada de Cabo Kennedy, Flórida. A bordo, encontravam-se sete tripulantes, entre eles o mexicano Rodolfo Neri Vela, que se tornava assim o primeiro astronauta da história do México.

O ministro das Comunicações e Transportes do México, Daniel Díaz D., havia declarado anteriormente que "enviar um mexicano ao espaço fazia parte de um grande projecto de expansão das comunicações do México".

A missão 61-B da NASA, que tinha entre outras tarefas pôr em órbita o satélite mexicano Morelos II, realizou-se de 26 de Novembro a 3 de Dezembro. No seu percurso, a nave Atlantis deu 108 voltas em torno da terra (4,5 milhões de quilómetros) a uma velocidade média de 10.000 km/hora.

No decurso dos sete dias (167 horas) que durou a missão, Neri Vela realizou uma série de experiências programadas por cientistas mexicanos, seleccionadas através de um concurso nacional no qual foram apresentados 154 projectos de investigação. Do total destas propostas, o Comité Científico de Seleção de Experiências do México e a NASA seleccionaram quatro.

Durante a sua viagem, o primeiro astronauta mexicano manteve um diálogo com o presidente Miguel de la Madrid e deu ainda uma conferê-

As declarações de Sepúlveda

Interrogado sobre as declarações do secretário de Estado norte-americano, o ministro dos Negó-

cia de imprensa, a 400km de altitude, a correspondentes mexicanos e estrangeiros, onde manifestou as suas impressões: "aqui no espaço, a 200 milhas de altura do nível do mar têm-se impressões novas, muito diferentes".

O Dr. Neri Vela nasceu no estado de Guerrer e tem 33 anos. Fez os seus estudos na Faculdade de Engenharia da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e posteriormente cursos de pós-graduação nas universidades de Essex e Birmingham, na Grã-Bretanha, e também na Universidade G. Washington, nos Estados Unidos. Especialista em Sistemas de Telecomunicações e Radiação Electromagnética e perito em Condutores de Ondas e Reflectores Parabólicos. Fez também estudos de comunicação por satélite.

A escolha do Dr. Neri Vela como primeiro astronauta mexicano fez-se através de um concurso nacional, convocado em Janeiro de 1985, onde foram recebidas mais de 1.500 inscrições.

A União Soviética, através do seu embaixador no México, Rostilav Sergeev, declarou em Dezembro que o seu país "desejaria realizar um programa espacial não apenas com um, mas com três ou quatro cosmonautas mexicanos". Em declarações à imprensa, o embaixador e o vice-ministro da Marinha Mercante Soviética, Boris P. Trunov, em visita ao México, disseram que "os cosmonautas mexicanos serão bem-vindos ao programa de pesquisa espacial que em breve realizaremos com a Índia". Ainda não é conhecida a posição mexicana perante o convite. (R. Aguilar).

cios Estrangeiros mexicano informou que o mesmo Shultz havia manifestado que "continuará a consultar frequentemente todas as partes envolvidas, com o objectivo de avaliar a possibilidade de um regresso às conversações bilaterais". Uma suspeita contradição de Shultz.

Um fantasma surgira na véspera da reunião Sepúlveda-Shultz. O embaixador John Gavin passara uma informação de que não poderia dar qualquer ajuda à criação de um clima favorável à negociação bilateral. O diplomata declarou ter podido "perceber, a nível do governo mexicano, sectores de altos funcionários que mostravam uma certa flexibilidade e até coincidiam com as posições dos Estados



A situação na Nicarágua: centro das divergências

Unidos sobre a América Central", porém identificou também um sector "duro" contrário à posição de Washington situado no Ministério dos Negócios Estrangeiros mexicano, que personificou no seu titular, Sepúlveda Amor.

Carlos Fazio, analista político do semanário *Proceso*, realçou: "Shultz mente a alguém, disse sim e não às juntas de Manzanillo".

Sepúlveda Amor manifestou-se, na presença de Shultz, ao dirigir-se à V Sessão da Comissão Nacional México-Estados Unidos: "com preocupação, observamos os riscos de uma acção ardilosa que distorce o nobre sentido de uma colaboração respeitosa e serena. Afungentemos os perigos próprios de uma desinformação que perverte a realidade e minimiza a frutífera experiência de uma cooperação entre as nossas duas nações". Sepúlveda declarara também que nas conversações com o secretário de Estado norte-americano tinham surgido "pontos sombrios" na relação bilateral com os Estados Unidos. É claro que a política externa mexicana para a América Central era um desses "pontos sombrios". (Victor Flores García) ●

A luta pela paz e o desarmamento

O México foi-se consolidando como nação independente através de uma luta firme, inicialmente contra o colonialismo espanhol e mais tarde contra as intervenções das potências estrangeiras que chegaram, inclusive, a usurpar-lhe mais de metade do seu território.

A contribuição do México para a convivência internacional baseia-se nos princípios da sua política externa: a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a solução pacífica dos conflitos internacionais, a igualdade jurídica dos Estados, a cooperação internacional para o desenvolvimento da paz mundial e a construção de uma Nova Ordem Económica Internacional.

Em face da política colonialista ou imperialista e da discriminação ou do racismo, o México defende o direito à vida e à liberdade de todos os homens e de todos os povos. Actualmente, uma grave ameaça se levanta não apenas contra a convivência pacífica das nações, mas também contra a própria existência da humanidade: a guerra nuclear. Bastam alguns poucos dados para se compreender a gravidade do problema. Em 1984, os gastos em armamentos foram de cerca de 800 mil milhões de dólares, ocupando 60 milhões de pessoas em actividades militares (entre elas meio milhão de cientistas). Entretanto, mil milhões de pessoas encontram-se em situação de miséria, atingidos pela fome, pelo desemprego e pelo analfabetismo!

O poder destruidor de todas as bombas usadas na Segunda Guerra Mundial, tanto as convencionais como as lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, foi de três milhões de toneladas de dinamite; o poder nuclear dos nossos dias é seis mil vezes maior, ou seja, de 18 mil milhões de toneladas de dinamite. A carga de um submarino "Tridente" é capaz de destruir todas as cidades do Ocidente e apenas um submarino "Polaris" carrega uma carga suficiente para arrasar as maiores cidades da União Soviética. Pode-se portanto afirmar que um conflito atómico seria, certamente, o fim da história da humanidade.

A corrida armamentista e a guerra são contrárias aos princípios que regem a política internacional do México. Por isso, os diversos governos mexicanos mantiveram uma luta permanente em

México

todos os foros internacionais pela distensão, desarmamento, criação de zonas desnuclearizadas e eliminação do comércio de armas convencionais. Um exemplo desse esforço é o trabalho realizado pelo embaixador mexicano Alfonso García Robles na organização e funcionamento do Comité de Desarmamento da Organização das Nações Unidas (ONU), trabalho pelo qual recebeu o Prémio Nobel da Paz, em 1982.

Uma das principais vitórias em termos de desarmamento resultante das iniciativas do México foi o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, conhecido como o Tratado de Tlatelolco, pelo qual se conseguiu a existência da única zona totalmente desnuclearizada. O governo

do México teve um papel importante e uma posição firme em todas as resoluções das Nações Unidas em favor da paz.

Iniciar um processo de desarmamento

O actual governo deu um maior impulso aos esforços visando o início de um processo de desarmamento a nível mundial. Deu todo o seu apoio à iniciativa do Grupo Internacional de Parlamentares por uma nova ordem mundial, tendo o presidente Miguel de la Madrid assinado em 22 de Maio de 1984 a Declaração dos Quatro Continentes, juntamente com os primeiros-ministros da Grécia, Índia, Suécia e o presidente da Tanzânia. Nesse documento, os cinco mandatários pedem às potências

Prémio internacional para os membros da conferência de Nova Deli

□ O prémio "Beyond War" (Além da Guerra) de 1985 foi entregue aos chefes de Estado Miguel de la Madrid, Raúl Alfonsín, Olof Palme, Andreas Papandreou, Rajiv Gandhi e ao ex-presidente Julius Nyerere que assinaram, em Janeiro de 1985, a Declaração de Nova Deli contra o armamentismo nuclear.

Os mandatários do México, Argentina, Suécia, Índia, Grécia e o ex-presidente da Tanzânia rece-

beram o prémio nos seus respectivos países numa cerimónia realizada simultaneamente em quatro continentes e transmitida directamente pela televisão.

Esta foi a terceira vez que o prémio foi entregue. Nos dois anos anteriores, ele foi atribuído à Conferência Nacional dos Bispos Católicos dos Estados Unidos e à União de Médicos Internacionais pela Prevenção da Guerra Nuclear. A fundação "Beyond War" é composta por três mil voluntários de todo o mundo.

Integram o comité de selecção do prémio, entre outros, Gro Harlem Brundtland (Noruega), Yeugeni Chazov (União Soviética), Carl Sagan (Estados Unidos), Rodrigo Carazo Odio (Costa Rica) e Andrew Young (Estados Unidos).



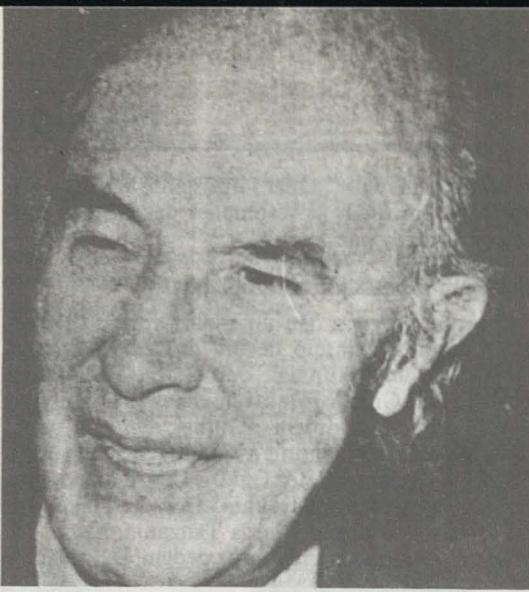
Olof Palme



Rajiv Gandhi



Raúl Alfonsín



Alfonso García Robles, prémio Nobel da Paz em 1982

atómicas o fim da corrida armamentista e apelam para o restabelecimento do diálogo e das negociações entre as superpotências a fim de se evitar a possibilidade de uma guerra nuclear.

Em Janeiro de 1985, o presidente mexicano participou, em Nova Deli, Índia, na reunião dos chefes de Estado da Argentina, Grécia, Índia, Suécia e Tanzânia visando reafirmar os compromissos na luta contra o armamentismo e a guerra. Na Declaração de Nova Deli, os chefes de Estado lançaram um novo apelo às potências nucleares para que suspendam as experiências com todos os tipos de armas nucleares e para que concluam, a curto prazo, um tratado que proíba as armas atómicas, o qual seria um passo significativo para deter a constante modernização e crescimento dos arsenais nucleares.

A política contra a guerra e a favor do desarmamento tem todo o apoio das forças políticas do México. A câmara de senadores e deputados e os partidos políticos de todas as tendências manifestaram o seu apoio ao governo federal nos seus compromissos de lutar pela paz, contra a proliferação das armas nucleares. (Ricardo Govela, deputado federal pelo Partido Socialista dos Trabalhadores)

V. MORENO & HELDER, LDA.

IMPORTAÇÃO—EXPORTAÇÃO

PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros nº 1 P 15-2º
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX
Telefs. 840961/847232/837124
Telex. 12209 Celeir P
Endereço Telegráfico - CELEIRO

A difícil busca da paz

Depois de quatro anos de complicadas negociações, foi assinado em meados de Dezembro um acordo de paz, mas o fim definitivo dos conflitos ainda é incerto

Desde meados de Agosto, logo depois do golpe militar contra o presidente Milton Apollo Obote, o general Tito Okello vinha tentando um acordo com o ex-ministro da Defesa, Yoweri Museveni, para pôr fim à guerra civil no Uganda, que já se arrastava há quase três anos. Mas os contornos de um entendimento só começaram a ganhar corpo com a intervenção directa do presidente do Quénia, Daniel Arap Moi, a partir de Setembro. Enquanto os encontros em Nairobi se sucediam, sem que surgisse qualquer luz ao fundo do túnel, no interior do Uganda a situação militar deteriorava-se e o massacre de civis ganhava proporções alarmantes.

Okello não conseguia dobrar a resistência de Museveni, com o qual conspirara contra Obote, mas que depois do golpe passou simplesmente a ignorar o novo regime militar ao considerá-lo apenas como representante de uma facção política do país. Museveni, líder do Movimento de Resistência Nacional (NRM) queria pura e simplesmente ser tratado em pé de igualdade com o presidente Tito Okello, o que implicava a divisão do poder. A resistência dos governantes militares acabou por ser derrotada quando os guerrilheiros do NRM chegaram às portas da capital, Kampala, e se preparavam para um assalto final ao poder, depois de controlarem virtualmente um terço do país.

O acordo assinado no dia 17 de Dezembro em Nairobi entre o Conselho Militar, chefiado por Okello, e o Movimento de Resistência Nacional, liderado por Museveni, acabou por ser a melhor solução para os militares no poder, já que se encontravam ameaçados de sofrer uma derrota humilhante. Foi também uma conquista importante para Museveni que tem agora uma presença real no Conselho e participará da reestruturação do exército nacional em pé de igualdade com os efectivos regulares. Mas o acordo não garante bases firmes para uma pacificação duradoura, pois

muito provavelmente o NRM não se contentará com uma fatia do poder, depois de estar a um passo da conquista completa do governo.

Para resistir ao crescente assédio do Exército de Resistência Nacional (NRA), braço armado do NRM, o general Tito Okello pediu a ajuda dos militares ligados ao ex-ditador Idi Amin, trazidos de avião directamente do norte para Kampala. O presidente do Conselho Militar apelou ainda para todos os grupos rebeldes para que o apoiassem, num momento em que os sete mil guerrilheiros do NRA se encon-



A reestruturação do exército será a questão mais difícil do acordo



Durante a guerra, a maioria dos presos, de ambos os lados, foi sumariamente executada.

travam a menos de dez quilómetros de Kampala, como aconteceu a partir de Outubro do ano passado. O recurso aos seguidores de Idi Amin pode ter evitado a derrota militar de Okello, mas criou um enorme clima de desconfiança na população, que ainda não esquece as atrocidades cometidas até 1979 pelos soldados de Amin.

A divisão do poder

Segundo os termos do acordo de Nairobi, o Conselho Militar do Uganda foi alargado para 20 lugares, sete dos quais entregues a representantes do NRM, e teve o seu nome alterado para Junta Militar. Museveni passou a ser o vice-presidente da Junta, o segundo posto em importância depois de Okello. Os termos do entendimento prevêem também a reestruturação do exército nacional, que passará a contar com um efectivo de quase oito mil homens, dos quais 3.700 vêm do actual Exército de Libertação Nacional (UNLA) formado logo após o derrube de Amin; 3.600 guerrilheiros do NRA e 400 homens dos três outros movimentos rebeldes que lutaram contra

Obote, entre eles os seguidores de Idi Amin Dada.

Politicamente o acordo representa uma solução de compromisso para uma crise que se arrasta praticamente desde a independência e que adquiriu características mais dramáticas desde 1982, quando ficou evidente que o médico Milton Apolo Obote não conseguiu unificar politicamente o país, mesmo depois de conquistar um segundo mandato presidencial através de eleições. Mas os termos do compromisso firmado em Nairobi, em Dezembro passado, ainda são muito frágeis para garantir uma estabilidade e um entendimento entre as várias facções políticas, econômicas e étnicas com interesses antagônicos e que mantêm uma luta pelo poder desde o fim do colonialismo britânico na década de 60.

Obote, actualmente no exílio, pertence à etnia Lango, que juntamente com os Acholis dominam a parte norte do Uganda e formam a maior parte dos 11 milhões de habitantes do país. Tanto os Lango como os Acholis pertencem ao grupo nilótico do norte, que inclui também as etnias karamoja, madi e lugbara.

Tradicionalmente são agricultores e pastores pobres que iniciaram a luta contra a dominação britânica. No sul, abaixo do lago Kyoga, dominam os povos de origem bantu, nomeadamente os Baganda, que formam a elite agrícola do país e que sempre estiveram aliados aos colonos britânicos de quem receberam as maiores atenções e favores. Quando Obote, líder do Congresso Popular do Uganda (UPC) chegou ao poder, logo após a independência, pôs em prática um programa de reformas, que desagradou aos fazendeiros baganda.

Os desentendimentos degeneraram em conflitos étnicos, mascarando a real natureza da crise que tinha mais a ver com interesses económicos do que com diferenças tribais. Obote não teve a necessária habilidade política nem a clareza estratégica para neutralizar a pesada herança de favoritismos deixada pelos britânicos, acabando envolvido nas questões étnicas. Hostilizado, Obote procurou cada vez mais o apoio incondicional dos lango, acreditando que com isso o seu poder sobreviveria.

Obote foi deposto pelo ex-campeão de boxe Idi Amin Dada que durante nove anos implantou um período de terror no Uganda, acreditando também que o uso da força era suficiente para resolver os atritos entre as várias facções étnicas. Amin caiu em 1979, quando as tropas da Tanzânia invadiram o país em resposta a uma provocação fronteiriça, apoiando os grupos contrários à ditadura militar do ex-sargento do exército colonial. Obote, Okello e Museveni estavam entre os políticos que apoiaram a invasão e o derrube de Amin.

Muwanga, a “Eminência Parda”

Depois de vários governos de curta duração, todos eles apoiados em compromissos efémeros entre políticos regionais, Obote

foi de novo eleito presidente em 1980, numas eleições rodeadas de muitas denúncias de corrupção. A partir dessa época o líder do UPC tinha já como "eminência parda" o advogado Paulo Muwanga, um baganda que fora embaixador em Paris e que é considerado como um dos mais hábeis e maquiavélicos políticos do Uganda. Muwanga é acusado por todas as fraudes supostamente praticadas a favor de Obote nas eleições de 1980. Os principais derrotados nessas eleições foram o Partido Democrático, liderado por Paul Semogerere, representante da elite conservadora dos bagandas, e Yoweri Museveni, que logo depois entrou para a clandestinidade formando o NRM. A estes dois grupos juntaram-se os saudosistas de Amin, agrupados no norte do país, perto da fronteira com o Sudão e com o Zaire, que passaram também a desenvolver actividades guerrilheiras.

O segundo mandato de Obote foi ainda mais difícil que o primeiro já que ele teve que enfrentar simultaneamente quatro movimentos guerrilheiros diferentes, mais a oposição da burguesia rural dos bagandas e o agravamento das tensões entre militares langos e acholis. Como consequência, o poder deteriorou-se rapidamente, quer a nível político quer económico. Obote ficou cada vez mais nas mãos de Muwanga, um político hábil mas sem escrúpulos que, quando percebeu a inviabilidade do regime, passou a conspirar com os opositores. Depois do golpe de Julho do ano passado, a luta pelo poder continuou.

Os militares acholis, liderados pelo general Tito Okello e pelo brigadeiro Basilio Okello (não há qualquer parentesco) suportaram durante os dois últimos anos de governo Obote o peso da luta contra os guerrilheiros do NRA, mas apesar da sua impor-

tância foram sistematicamente discriminados dos postos chave do exército nacional em favor de oficiais langos, supostamente fiéis ao governo. O conflito degenerou numa rebelião que precipitou o derrube de Obote. Com a ascensão dos Okello, os acholis acreditaram que poderiam manter o poder, em aliança com o omnipresente Paulo Muwanga, mas logo constataram que as forças de Museveni eram muito mais poderosas do que imaginavam. Desde Agosto de 1985, o NRA passou a controlar praticamente todo o chamado "triângulo de Luwero", uma região situada a cerca de 70 quilómetros a oeste de Kampala e bem no coração da área mais fértil e produtiva do país. O controlo do triângulo deu ao NRA o poder de isolar a capital do Uganda e impedir o tráfego dos camiões com café, produto responsável por quase 95% das exportações do país.

Quando o general Okello começou a negociar com Museveni, a primeira exigência do líder do NRM foi o afastamento de Paulo Muwanga do cargo de primeiro-ministro. Mas a sombra do ex-braço direito de Obote continua a tirar o sono aos no-

vos ocupantes do poder em Kampala. Há informações de que Muwanga apostou agora nos desentendimentos entre Okello, Museveni e Semogerere para tentar um regresso à primeira linha do governo.

É pouco provável que a "eminência parda" do regime deposto no ano passado consiga neutralizar as fortes resistências ao seu personalismo e oportunismo políctico, mas não há dúvida de que a nova aliança política resultante do acordo de Nairobi, em Dezembro passado, tem inúmeras vulnerabilidades. O general Tito Okello não tem uma base política própria e o seu principal apoio reside nos militares. Além disso, o presidente da Junta de Governo é conhecido pela sua falta de habilidade no tratamento das questões políticas e económicas, preferindo os hábitos da caserna. A sua permanência no poder dependerá portanto da evolução das relações entre Museveni e Semogerere.

A incógnita Museveni

A reorganização do exército nacional deve reduzir o poder militar de Okello porque a inclusão dos guerrilheiros do NRA e



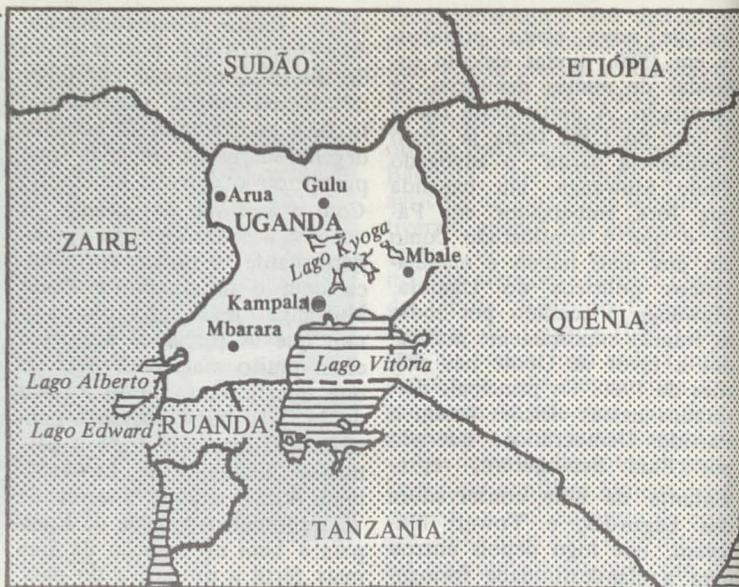
O general Tito Okello



Museveni: a sombra do poder

AS ETNIAS DE UGANDA

A etnia baganda é a mais numerosa e juntamente com outros grupos de origem bantu, forma aproximadamente 27% da população do Uganda. As demais etnias representam as seguintes percentagens, em ordem decrescente: nyankole e teso - 8% cada; kige - 7%; lango e bagisu - 6% cada; lugbara - 5%; e acholi - 4%. Apesar de serem o menor grupo, os acholi estavam em maioria no exército antes do acordo de Nairobi



dos antigos seguidores de Idi Amin vai diminuir a hegemonia dos acholis, adquirida depois do golpe contra Obote. Nestas circunstâncias as atenções políticas passam a concentrar-se no líder do NRM e no dirigente do Partido Democrático. Eles parecem ser, a médio prazo, os principais protagonistas do desenvolvimento da crise no Uganda.

Yoweri Museveni pertence à etnia Ankole, da região sudoeste do Uganda. Actualmente com 40 anos, era ainda um estudante quando Obote foi deposto pela primeira vez, em 1971. Viveu até 1979 no exílio, na Tanzânia, tendo mantido contactos com a FRELIMO durante esses oito anos. Em 1980, Museveni formou o Movimento Patriótico do Uganda, que concorreu às eleições que deram a vitória a Obote, tendo ganho apenas um mandato parlamentar. Em Fevereiro de 1981, juntamente com 26 adeptos, lançou o Exército de Resistência Nacional, cuja base principal sempre esteve no sul. O NRA cresceu à custa da repressão indiscriminada movida pelo governo Obote, passando a recrutar um grande número de membros da etnia baganda, em-

bora a direcção do movimento não pertencesse ao mesmo grupo. Isto porque o Partido Democrático decidiu continuar na legalidade, tendo muitos dos seus simpatizantes passado a engrossar as fileiras do movimento de Museveni como forma de se defenderem. Surgiu assim um acordo tácito entre os dois grupos políticos, que tinham o mesmo objectivo - derrubar Obote - e propunham a união nacional para eliminar os regionalismos e o tribalismo. Coincidiam também na reivindicação de uma reforma constitucional profunda e novas eleições, mas ideologicamente Museveni é considerado um pouco à esquerda de Ssemogerere.

Numa das poucas entrevistas que concedeu a jornalistas estrangeiros, o líder do NRM afirmou que "negociaria até com o diabo" na busca de uma solução para a crise do país, e chegou até a mencionar o presidente sul-africano, P.W. Botha, como um dos seus possíveis interlocutores. Na entrevista dada a dois jornalistas britânicos *free lancers* nas selvas do Triângulo de Luwero, antes do derrube de Obote, em Julho, Museveni afirmava que se

chegasse ao poder convocaria eleições gerais num prazo de dois anos. Museveni comparava o seu movimento guerrilheiro à resistência liderada por George Washington e à luta dos espanhóis contra a invasão napoleónica, mencionando apenas de passagem as lutas de libertação travadas em África em épocas muito mais recentes e por causas muito mais próximas da realidade do Uganda.

Agora que é vice-presidente da Junta de Governo, a realidade política do seu movimento sofreu mudanças. A reorganização do exército nacional pode ser muito importante para a sobrevivência do NRM porque sem uma base militar própria o movimento tende a perder influência diante do quase inevitável avanço das posições ideológicas mais conservadoras do Partido Democrático e do peso económico da burguesia rural baganda. É verdade que Museveni tem uma circulação mais fácil entre as várias facções políticas e étnicas do país devido à sua não-identificação com qualquer dos grupos tradicionalmente dominantes. Ssemogerere, ao contrário, é tido como um repre-

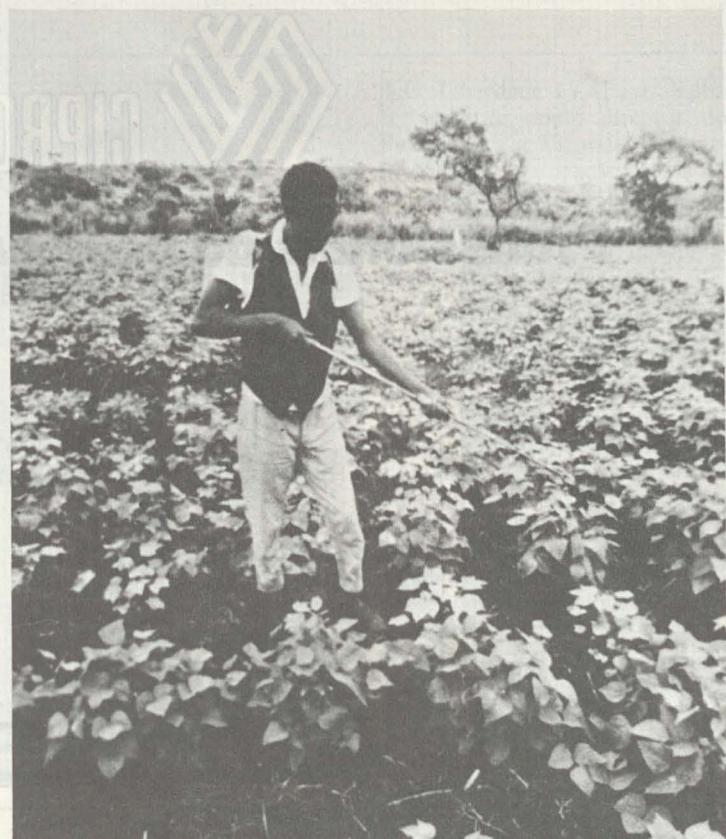
sentante dos baganda e visto com desconfiança pelos grupos do norte. Além disso, um fortalecimento do PD terá como consequência inevitável um avanço do poder económico da burguesia rural e dos sectores ligados ao capital estrangeiro, em prejuízo dos interesses dos agricultores do norte. Museveni tem também simpatias discretas no governo tanzaniano enquanto Semogerere é mais aceite por governos conservadores, como o do Quénia.

Jean Mohr

O factor económico

Depois do acordo de Nairobi é pouco provável que a Junta enfrente a curto prazo a resistência militar dos adeptos de Obote, que estão neutralizados pela derrota sofrida com o golpe. As questões dominantes passam a ser económicas e ideológicas. É provável que muitos baganda que apoiam a guerrilha do NRM voltem agora para o PD, da mesma forma que alguns grupos nortistas podem vir a apoiar Museveni caso este mantenha, na prática, as suas propostas não-regionalistas e antitribalistas. A definição da luta pela influência, entre o NRM e o PD, acontecerá no terreno económico.

Mesmo que a paz seja consolidada no país após quatro anos de guerrilha, algumas vezes caótica devido à multiplicidade de grupos envolvidos, é difícil que a produção agrícola volte ao normal até ao segundo semestre desse ano. O Uganda é o sexto produtor mundial de café, produto que fornece 95% das receitas do país. A guerra impediu que o país cumprisse a sua quota de 160 mil sacas concedidas pela Organização Internacional do Café para o período de Outubro de 1985 a Janeiro de 1986. Trinta por cento da produção vem do sudoeste do país e aparentemente foi perdida, seja por causa do contrabando para os países vizinhos, ou devido



As exportações de algodão (foto) e café foram drasticamente reduzidas

aos combates no Triângulo de Luwero. Na região central, de onde vem o resto da safra, as perdas foram igualmente grandes e dificilmente o país conseguirá atingir a média anual de 330 milhões de dólares de exportações alcançada no período 1980/83. Este facto aumenta as dificuldades do novo regime para pagar uma dívida externa fixada em 795 milhões de dólares, em 1983, e que hoje pode ter ultrapassado largamente os 1,2 mil milhões. É impossível calcular exactamente os débitos porque a burocracia estatal está quase paralisada desde meados do ano passado. O Banco Mundial revelou que 50% das exportações do Uganda estão comprometidas com o pagamento dos juros e do serviço da dívida, o que reduz drasticamente a capacidade

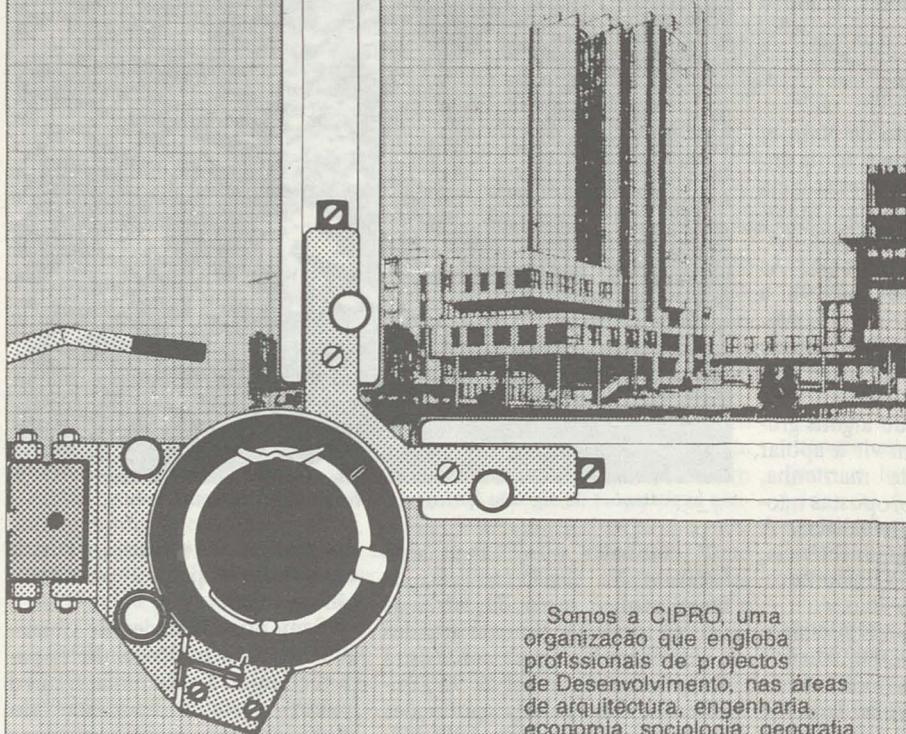
do governo de dedicar recursos consideráveis para a reconstrução nacional.

Sem possibilidades de conseguir internamente o dinheiro para recompor a economia, o novo regime passa a necessitar do apoio externo, o que o torna vulnerável às pressões dos interesses estrangeiros que seguramente tenderão a reforçar o papel do Partido Democrático, o seu principal aliado interno. A burguesia baganda e as transnacionais contam com o cansaço da população com a longa guerra civil e com o caos administrativo para tentarem impor o seu projecto neocolonial, mas a situação política do país ainda é muito instável para que esta proposta tenha possibilidades de ser posta em prática a curto prazo. (Carlos Castilho)



CIPRO

Profissionais do desenvolvimento



Somos a CIPRO, uma organização que engloba profissionais de projectos de Desenvolvimento, nas áreas de arquitetura, engenharia, economia, sociologia, geografia e outras.

Fundados em 1972, temos desde então executado como projectistas e colaborado como consultores, em centenas de projectos e estudos de planeamento territorial e urbano, obras públicas, infraestruturas e edificações diversas, em Portugal e outros países, sobretudo em África.

A CIPRO projecta-se no futuro, desenvolvendo o presente.

CIPRO-Consultores Internacionais em Projectos de Desenvolvimento S.A.R.L.

AV. CONSELHEIRO FERNANDO DE SOUSA, 19 9.º 1000 LISBOA PORTUGAL TEL. 657041/84/5 654674 TELEX 15038 P

O lobby do apartheid nos EUA

O regime sul-africano gasta 2,5 milhões de dólares para convencer a extrema-direita do Congresso norte-americano a impedir sanções contra o apartheid

Com a aproximação das eleições legislativas deste ano e com a reabertura dos trabalhos do Congresso norte-americano, o governo sul-africano decidiu intensificar as suas ligações com os grupos parlamentares de direita, especialmente do Partido Republicano, pagando cerca de um milhão de dólares a três agências de lobby político. O principal objectivo desta nova ofensiva é tentar neutralizar os esforços dos grupos anti-apartheid que lograram, no ano passado, várias vitórias ao conseguirem que estados e municípios decidessem retirar investimentos das empresas instaladas na África do Sul.

O lobby conservador pretende atacar os adeptos do não-investimento a todos os níveis. "Há um preço a pagar nos ataques contra a África do Sul", afirma Michael Hathaway, um membro veterano desse lobby no Congresso norte-americano que recentemente assinou um contrato de 780 mil dólares para trabalhar durante dois anos a favor do governo de P. W. Botha. "Existem eleitores que não apoiam os ataques contra a África do Sul", diz Hathaway.

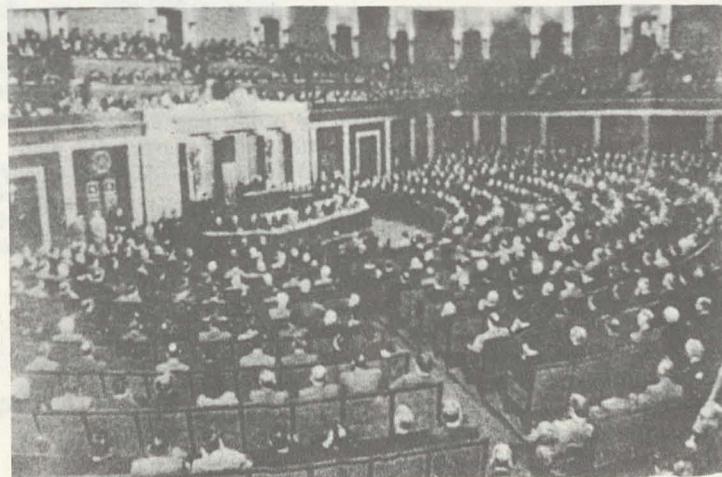
Dois outros novos membros do lobby em Pretória — William Keyes e Ronald Pearson — conservaram

os seus empregos como funcionários graduados junto a comités de acção que no passado deram ajuda a alguns ultradireitistas do Congresso norte-americano, como o senador Jesse Helms (republicano da Carolina do Norte) e o representante Jeremiah Denton (republicano do Alabama). Keyes fez campanha em 1984, juntamente com o astro de futebol norte-americano Roosevelt Grier, na Carolina do Norte, a favor de Jesse Helms. Pearson, um ex-dirigente do grupo Jovens

Pela Liberdade (YAF) trabalha actualmente como director do Fundo para a Vitória Conservadora, uma organização criada há 13 anos e que foi responsável pela base financeira da campanha dos republicanos conservadores nas eleições de 1984.

A terceira nova face do lobby sul-africano, Hathaway, trabalhou durante mais de uma década para o senador James McClure, republicano conservador de Idaho, que preside ao Comité de Energia e Recursos Naturais do Senado, com jurisdição sobre a estratégica política mineral dos Estados Unidos. Todos os três membros do lobby assinaram contratos com cifras em dólar de seis dígitos, desde Julho do ano passado.

Keyes dirige a recém-formada empresa *International Public Affairs Consultants Inc.* que recebe do governo sul-africano 360 mil dólares por ano e mais 30 mil para despesas. Pearson e o seu sócio, Richard Pipkin, assinaram um contrato de um ano no valor de 180 mil dólares com a embaixada sul-africana em Washington.



As próximas eleições podem fortalecer o grupo anti-apartheid



A campanha anti-apartheid é o principal alvo do *lobby* sul-africano

Hathaway é o único dono da recém-formada *United International Consultants*, que receberá 360 mil dólares por ano, também do governo de Pretória. Entre os assalariados de Hathaway está Joan Baldwin, uma antiga funcionária do Comitê Político do Partido Republicano no Senado e antiga auxiliar da administração Nixon, com mais de 20 anos de serviços prestados ao partido.

Um agente negro

Os três novos membros do *lobby* têm um longo passado direitista. Keyes ganhou fama nacional nos Estados Unidos em Novembro do ano passado quando um artigo do jornal *Washington Post* o apontou como o principal político negro norte-americano a fazer campanha a favor da minoria branca sul-africana. Keyes começou a adquirir a sua reputação de conservador nos anos 70 ao trabalhar como conselheiro de política social na União Conservadora Norte-Americana. Depois de um fracassado período de dois anos como assessor pouco

importante de Reagan para questões políticas, Keyes associou-se ao veterano conservador negro Jay Parker, que há mais de quatro anos recebe dinheiro da embaixada sul-africana. Parker ganha 36 mil dólares por ano para fazer campanha a favor do bantustão Venda, cuja independência declarada pela África do Sul não é reconhecida por qualquer país do mundo.

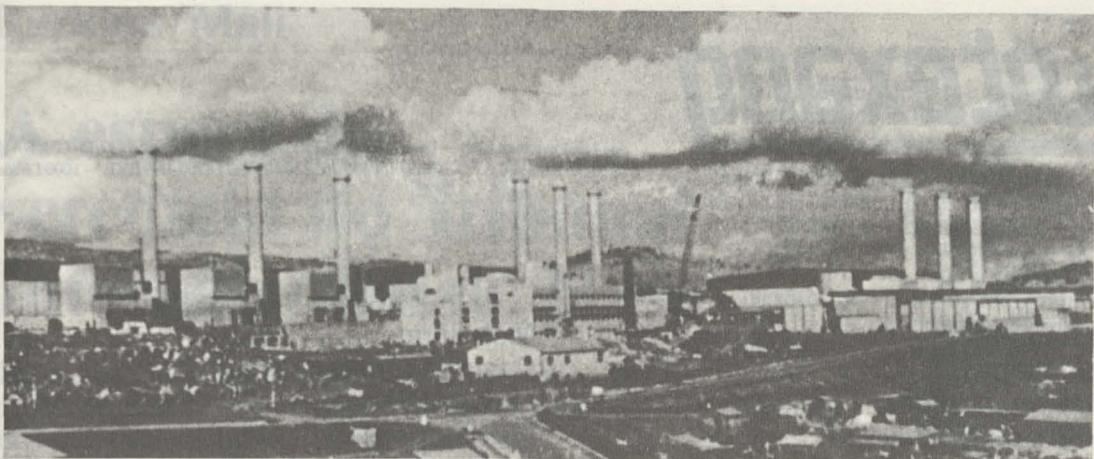
Keyes participou também da campanha de Helms, em 1984, e em Agosto do ano passado visitou Pretória a convite da Fundação Sul-Africana (grupo que reúne os principais empresários e políticos do *apartheid*), mantendo contactos de alto nível com os ministro e vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof Botha e Louis Nel, respectivamente. O contrato, no valor total de 390 mil dólares, transformou-o no principal elemento de ligação entre a África do Sul e os negros norte-americanos. As suas atribuições incluem a organização de empresas mistas de negros dos Estados Unidos e da África do Sul, a organização de viagens de jornalistas negros nor-

te-americanos a Pretória e o fornecimento de facilidades nos Estados Unidos aos negros sul-africanos com nível universitário.

De todos os novos membros do *lobby* constantes na folha de pagamento de Pretória, Pearson é o menos conhecido em Washington. Formou-se em 1971 na Universidade de Brown e foi nomeado representante da YAF na Nova Inglaterra. No ano seguinte, foi escolhido para secretário-executivo da Cruzada Mundial da Juventude pela Liberdade e em 1973 passou à direcção dos Jovens Pela Liberdade. Trabalhou durante cinco anos como assessor do ex-representante republicano John Ashbrook e para o californiano conservador William Dannemeyer. Em 1980 foi director de uma *newsletter* de extrema-direita chamada *Pink Sheet on the Left*.

Pearson e Pipkin receberam no mínimo 12 mil dólares por serviços de consultoria prestados em 1980 para o Fundo da Vitória Conservadora, do qual Pearson é actualmente director-executivo. Nas eleições de 1980, o Fundo contribuiu com aproximadamente dez mil dólares para a campanha de oito políticos conservadores, entre eles Jeremiah Denton, do Alabama. Quatro anos mais tarde, em 1984, o Fundo contribuiu com mais de 30 mil dólares para as campanhas de 77 republicanos conservadores.

Entre os novos membros do *lobby*, aquele que tem uma maior experiência em campanhas políticas dentro do Congresso norte-americano é Hathaway. Ele chegou à Capitol Hill em 1972 como assessor do republicano MacClure, e agora, juntamente com Joan Baldwin, vai defender os interesses sul-africanos no Senado norte-americano, enquanto Pearson ficará com a Câmara dos Representantes. "Vamos fazer campanha contra as sanções à África do Sul a todos os níveis



"A dependência dos Estados Unidos em relação às reservas minerais sul-africanas (na foto, a fábrica de enriquecimento de urânio de Pelindaba) deve garantir o apoio do governo norte-americano à África do Sul"

da política norte-americana", ganta que "os norte-americanos terão um preço a pagar se rompe-

rem com o apoio à África do Sul".

Hathaway defende intransigentemente o governo racista de P. W. Botha. Como assessor do senador MacClure, tem uma grande familiaridade com a política sul-africana, principalmente no que se refere ao fornecimento de minerais estratégicos para a indústria bélica norte-americana. Segundo Hathaway, a dependência norte-americana das reservas minerais sul-africanas e a política anti-soviética de Pretória "devem garantir o apoio incondicional do governo branco norte-americano à África do Sul". Hathaway acaba de regressar de uma viagem de duas semanas por várias cidades sul-africanas onde se encontrou com políticos escolhidos pelo governo Botha, entre eles, Gatsha Buthelezi, que o membro do *lobby* classifica como "o futuro presidente da África do Sul" (Buthelezi é um chefe tribal zulu, aceite pelo *apartheid* e criticado pelo seu "oportunismo" pela maioria dos negros sul-africanos).

Hathaway acredita que o Partido Democrata dos Estados Unidos vai transformar a questão sul-africana no principal tema de política externa durante a campanha eleitoral deste ano. (Anne Newman/Africa News)

AGENTES PAGOS PELO GOVERNO SUL-AFRICANO NOS EUA

Nome	Empregador	Salário (em US\$)
John P. Sears	Embaixada sul-africana	500.000 por ano + 30.000 para despesas
William Keyes	Embaixada sul-africana	360.000 por ano + 30.000 para despesas
Michael Hathaway	Embaixada sul-africana	360.000 por ano + 30.000 para despesas
Smathers, Hickey e Riley	Embaixada sul-africana	300.000 por ano + 30.000 para despesas
Pearson e Pipkin	Embaixada sul-africana	180.000 por ano + 15.000 para despesas
Public Service	Embaixada sul-africana	27.135 por ano
Audience Planners	Escritório de Turismo	61.000 por ano
William Hecht	Ministério dos Negócios Estrangeiros	192.465 por 6 meses
Michael Farrel, John Nugent e Raymond Waldmann	Bophuthastwana	112.000 por 6 meses
Donald Johnson	Ciskei	23.083 por 6 meses
Kenneth Towsey	Transkei	10.233 por 6 meses
Jay Parker	Venda	34.399 por 6 meses
Peter Teeley	Corporação de Ouro	165.000 por ano + despesas

Fonte: Departamento da Justiça do governo dos Estados Unidos.

intexano

PLANEAMENTO E REALIZAÇÃO DE OBRA
ENGENHARIA CIVIL - TOPOGRAFIA - ARQUITECTURA
PRÉ-FABRICADOS CONDAÇO

Av. 4 de Fevereiro, 52-B — Luanda - R.P.A. Tels: 70538 70548 - Telex: 3117-INTEXE AN
Av. Júlio Dinis, 10-3.º G-F Tels: 768439 763224 - Telex: 18300-INTEXE — 1000 Lisboa

Habitação
Escolas
Postos médicos
Edifícios metálicos

Mobiliário
Cozinhas industriais
Lavandarias
Frio industrial



Conferência Ministerial
Países Não-Alinhados
Luanda, Setembro 85

Ao serviço dos conferencistas



II Congresso do MPLA-PT
Luanda, Dezembro 85

Ao serviço dos congressistas



Complexo da Samba

Fornecido à Empresa Nacional de Pré-fabricação, Pré-fabricados, U.E.E.

Propriedade da Logística, U.E.E. — Secretaria de Estado da Cooperação

À espera do veredicto do Tribunal Internacional de Haia

Depois de cinco dias de combate na fronteira, aconteceu um cessar-fogo, mas a disputa deve reacender-se em Julho quando o Tribunal Internacional de Haia der o seu veredicto sobre o conflito

No dia de Natal, um velho conflito local ressurgia aos olhos da opinião pública mundial: o litígio fronteiriço entre o Burkina Faso e o Mali.

O confronto entre estes dois Estados dos mais pobres de África e do mundo tem já antecedentes históricos e por não ter encontrado solução adequada, reaparece agora dentro dum quadro político regional novo.

Ambos os países fizeram parte da antiga África Ocidental Francesa, do qual herdaram um legado político-administrativo semelhante. A potência colonial alterou por diversas vezes as fronteiras das suas duas colónias – o Alto Volta (actual Burkina Faso) e o Mali (ex-Sudão Francês). Na década de 30 o Alto Volta desaparece como entidade autónoma e o seu território é repartido pelas três colónias vizinhas: Mali, Níger e Costa do Marfim. Nos anos 40 a autonomia é restabelecida de novo mas com alguns pormenores de fronteira diferentes do traçado anterior. É nesta diferença que se baseia o actual diferendo.

Após a independência, Mali e Burkina Faso têm discutido a questão por diversas vezes, sem

ainda terem conseguido chegar a um acordo.

Em 1974-75, um conflito armado de alguns meses estalou entre os dois países, a partir de um diferendo entre aldeias fronteiriças. O território em questão consiste numa faixa de 200 km de comprimento por 15 km de largura, situada numa zona árida do noroeste do Burkina, povoado por populações de pastores transumantes. Para esses povos nómadas a fronteira não constitui obstáculo às

suas movimentações e os poucos pastos e poços ali existentes são um recurso vital à sua subsistência.

A própria OUA recomendou já um reajustamento bilateral das fronteiras com concessões recíprocas, mas em vão. O pomo da discordia são as jazidas de manganeso e de gás natural, que mesmo não sendo nada de extraordinário representam um capital nada desprezível para esses países de fracos recursos económicos.

No passado, ambas as nações (Mossi e Bambara) coexistiram lado a lado, estabelecendo entre si laços comerciais e culturais, que perduraram até hoje, traduzindo-se em famílias e costumes comuns aos dois países, e um reafirmar recíproco de fraternidade entre os dois Estados.

Antecedentes próximos do conflito

Em 1983, após o seu acesso ao poder, Thomas Sankara propôs ao presidente do Mali, Moussa Traoré, uma resolução amigável do contencioso. Em contrapartida ele levantaria o voto à



Em 1983 Thomas Sankara (esq.) propôs ao presidente Moussa Traoré (dir.) uma resolução amigável do contencioso



Tanto o Burkina como o Mali sofrem de males idênticos, entre eles a seca e a desertificação

entrada do Mali na zona franca. O Mali foi admitido, mas o acordo fronteiriço não foi alcançado.

O diferendo foi levado então ao Tribunal Internacional de Haia, continuando os contactos bilaterais ou a mediação de outros Estados africanos, sem grandes resultados. Ambos os países pertencem às mesmas organizações e acordos regionais (CEAO, CEDEAO)¹. Existe também um acordo de não-agressão, segurança e defesa comuns entre ambas as nações (ANAD), mas tudo isso não foi suficiente para evitar o conflito.

A presidência rotativa para o ano de 1985 da Comunidade Económica de África Ocidental coube ao Burkina, com mandato passado pelos outros Estados membros (esse cargo já foi chamado de "presente envenenado" ao jovem líder Thomas Sankara) para levantar o processo das fraudes do ex-secretário-geral da Organização, o maliano Diawara. Sankara garantiu que os resultados das investigações seriam apresentados antes do fim de 1985, mas ainda não concluiu o processo. Sankara afirma mesmo

que Diawara, maliano que representa o seu governo, não é mais do que um agente nos desvios de fundos em favor de outros... O Mali envia um novo secretário-geral, Keita, que é considerado como *persona non grata* pelo governo de Ouagadougou após uma entrevista dada à revista *Jeune Afrique*. Por detrás destas razões imediatas e aparentes, estaria uma divergência entre o novo secretário-geral e o presidente em exercício, sobre as reformas a introduzir na Organização. Keita regressa a Bamako sem que o Mali nomeie novo secretário-geral para a sede da Organização em Ouagadougou.

Na cimeira de Setembro de 1985 em Yamoussoukro (Costa do Marfim), entre os chefes de Estado da região, o capitão Sankara demarca-se dos restantes participantes sobre as questões de segurança tratadas. No seu regresso a Ouagadougou, proclama, num comício popular, o princípio da segurança dos povos antes da segurança dos Estados, da solidariedade entre todos os povos da região, e da necessidade do povo do Mali efectuar a sua própria revolução podendo contar com o apoio do povo burkinês.

Os encontros da comissão mista também não têm chegado

a resultados significativos sobre o diferendo. As soluções para o assunto não estão, pois, à vista.

As situações internas respectivas

Ambos os países sofrem dos mesmos males: seca e desertificação, subdesenvolvimento e escassos recursos naturais. Ambos baseiam o seu esforço de desenvolvimento e grande parte do seu funcionamento interno na ajuda internacional. Ambos os Estados dispõem duma administração pública herdada do colonialismo e tradicionalmente gigantesca, burocratizada e ineficaz, tendo no caso burkinês sido encetado desde 1983 um processo de reforma e saneamento lançado pelo novo regime.

As situações sócio-económicas são assaz frágeis para poderem permitir um esforço de guerra, mormente o relativo desafogo que uma colheita boa permitiu após vários anos ingratos. No Mali o exército e o funcionalismo público têm vencimentos em atraso e só recebem um salário em cada três meses. No caso burkinês as reduções e cortes nos vencimentos e subsídios de militares e assalariados em geral não ajudam a uma simpatia da classe média e da burguesia, pelo novo regime. Só as classes mais pobres

¹ CEAO (Comunidade Económica da África Ocidental); CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

das cidades e o campesinato em geral têm encontrado algum desafogo nas eliminações de impostos e na suspensão das rendas de casa decretados pelas autoridades de Ouagadougou. Com efeito, a política do Conselho Nacional da Revolução (CNR) burkinês procura conter as despesas públicas e transferir os encargos com os equipamentos e serviços sociais para as províncias e comunidades locais. Este esforço de descentralização regional e desenvolvimento económico na base, em tantos sectores como a saúde, a alfabetização, o abastecimento de água, a produção agrícola, a construção, não deixando de ser popular e de um inegável alcance social, exige, no entanto, uma austeridade nos consumos imediatos e uma participação directa em trabalho e meios por parte das aldeias e bairros nas suas próprias realizações.

E este é talvez o maior contraste entre os dois países: um Mali, com um regime estabelecido desde há duas décadas, com um vasto sector nacionalizado inoperante, um marasmo generalizado e uma economia afundada; um Burkina numa acção contínua e generalizada desde há dois anos para fazer frente à desertificação e construir os meios de conservar a água escassa e as



O desenvolvimento económico exige estabilidade política, razão porque nenhum dos países tem interesse em prolongar o conflito

infra-estruturas de base, apoiado fundamentalmente na iniciativa popular e muito pouco no sector estatal.

Militarmente a diferença é igualmente assinalável. Desde há muito que as despesas militares ocupam um lugar importante no orçamento maliano. Ao contrário, o reforço em material do exército burkinês é recente e não atinge os níveis do vizinho

maliano em blindados e caças. Se ambos os países dispõem de uma ajuda militar francesa em treino e enquadramento, as outras cooperações ou acordos militares variam: soviético e argelino para o Mali, norte-coreano e ganense para o Burkina.

Nenhum dos dois Estados tem meios e interesse para prolongar um conflito armado. Es-





Resta saber agora a margem de apoio social alcançada pelo governo

te, embora só tivesse durado cinco dias, teve uma grande violência e provocou numerosos estragos e dezenas de vítimas de ambos os lados. Um cessar-fogo foi logo procurado por ambas as partes desde o início dos confrontos. No caso burkinês, as suas forças armadas encontraram-se desfalcadas de efectivos por razões políticas ou económicas. Os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), organizações populares armadas que apoiam o CNR, não dispõem de treino militar suficiente, e têm mais o papel de vigilância a fim de impedir um golpe de Estado interno. Muitos dos oficiais superiores de Burkina ou se exilaram ou foram afastados, vendendo-se os quatro capitães membros do CNR na contingência de apelar a alguns deles para a urgência da mobilização. Indícios de preparativos de golpes tinham sido denunciados pelas autoridades de Ouagadougou ao longo do Verão de 1985, assim como o acolhimento dado pela Costa do Marfim e Mali a oficiais opositores exilados.

O enquadramento regional

E é neste aspecto que este conflito de fronteiras — reacen-

dido a pretexto de um recenseamento de população nas zonas em litígio — degenera rapidamente num confronto de regimes com opções políticas e ideológicas opostas, e acaba num “confronto entre a revolução e a reacção” e de “guerra popular generalizada contra as forças mobilizadas pelo imperialismo internacional”, como declarou o secretário-geral nacional dos CDR.

Os riscos de internacionalização do conflito, não a nível mundial e de blocos, mas a nível regional, foram grandes e desde logo diversos Estados tentaram mediar o diferendo. Desde a Líbia (o coronel Kadafi acabava de efectuar uma visita a várias capitais oeste-africanas, entre as quais Bamako e Ouagadougou) e a Nigéria, que conjuntamente conseguiram o cessar-fogo, até à ANAD, no quadro da qual foram acordadas as condições de retirada de tropas para posições iniciais e o estabelecimento de comissões mistas de observação. Também a Argélia e o presidente em exercício da OUA, Abou Diouf, se mostraram activos como mediadores, para além de outros presidentes africanos.

Pode afirmar-se que um certo

espírito de comunidade regional e cultural (consolidados nos acordos e organizações atrás referidos) contrabalançou uma divergência política dos regimes ou conflitos de personalidades ou gerações entre dirigentes, para tentar resolver dificuldades de boa vizinhança, dentro da tradicional convivência africana.

Com efeito, um agrupar de regimes — Mali, Costa do Marfim, Togo, Níger por um lado, e Burkina, Gana e Benin por outro — não impedem a interdependência económica existente nem os laços fraternos reafirmados.

Um certo bom senso prevaleceu sempre dos dois lados, tendo o Burkina acabado por concluir que não era um conflito com o Estado vizinho, mas com a sua própria oposição no exterior; e o Mali declarado não querer continuar a guerra que favoreceria uma desestabilização interna no Burkina. Um balancear comedido entre conflitos de regime e razões de Estado...

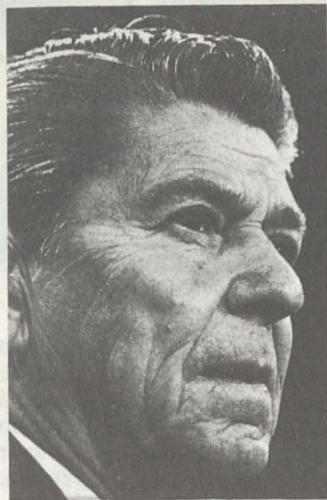
Estes diferendos entre “irmãos” e vizinhos não parecem em vias de se solucionar tão cedo. A única expectativa é o pronunciamento do Tribunal Internacional de Haia no próximo mês de Junho, tendo Ouagadougou pedido já a aplicação de medidas provisórias que viabilizem a adopção do veredito final.

Embora as armas se tenham calado, é provável que as declarações contra os dirigentes do Estado vizinho continuem dum lado e doutro. E embora ambos proclamem vitória e glória próprias, é ainda difícil de dizer se alguém ganhou e quem perdeu mais.

Para o CNR do Burkina, trata-se mais de saber até que ponto a margem de apoio social alcançada ou mantida após esta “guerra” lhe permite levar a cabo as medidas revolucionárias que se esperavam para o início do novo ano: maior austeridade para a continuação do esforço de desenvolvimento. (Mota Lopes) •

Estados Unidos voltam a treinar forças policiais

Com a aprovação de modificações à Lei de Ajuda Externa norte-americana está aberto caminho para o reinício do assessoramento, treino e apoio financeiro aos corpos repressivos de países estrangeiros



Lei de Ajuda Externa: aprovada por Kennedy e revitalizada por Reagan

No final da primeira semana de Dezembro de 1985, a Comissão de Relações Externas do Senado dos Estados Unidos aprovou, apenas com a oposição do democrata John Kerry, um fundo de 22 milhões de dólares destinados à chamada "luta anti-terrorista" na América Central.

Originalmente, o pedido do presidente Ronald Reagan ao Congresso fixou-se em 54 milhões de dólares e tinha por beneficiários os governos do Panamá, Costa Rica, Honduras, El Salvador e Guatemala. Ficavam, portanto, excluídos do programa a Nicarágua e o Belize. Desse total, um milhão será destinado a pessoas ou agências que for-

neçam informação útil ao cumprimento do programa e, além disso, para protegê-los de possíveis consequências futuras derivadas da sua colaboração.

Uma conhecida instituição humanitária da capital norte-americana, o *Washington Office on Latin America* (WOLA), explicou em análise ao plano que, de facto, trata-se de proteger o trabalho dos denominados *orejas* (orelhas), ou seja, informadores e delatores. Os 21 milhões de dólares restantes serão empregues num programa de treino em táticas antiguerilha de forças militares, paramilitares e de segurança.

O projecto nasceu formal-

mente em Julho de 1985, na forma de uma modificação à alínea 660 da *Foreign Assistance Act* (Lei de Ajuda Externa) de 1961 — emendada em 1975 — que até agora proibia taxativamente que se proporcionasse assessoramento, treino, equipamentos ou apoio financeiro a forças políticas de países estrangeiros.

Esta colaboração vinha sendo fornecida desde que a lei foi aprovada na época do presidente John F. Kennedy, mas foi suspensa em Julho de 1975 como resultado de denúncias e protestos generalizados contra a actuação das forças policiais em numerosos países do Terceiro Mundo. No caso da América Latina, a aplicação das técnicas e métodos da polícia norte-americana — ou dos seus discípulos nativos — caracterizaram o que se conhece como "guerras sujas", ou seja, as táticas repressivas das ditaduras militares contra a população civil. Ou seja, o terrorismo de Estado. O presidente Gerald Ford teve que promulgar a proibição que agora o presidente Ronald Reagan deseja anular, depois de prolongadas investigações legislativas originadas pelo escândalo da actuação de um chefe de polícia norte-americano, Dan Mitrione, no Uruguai.

A actual mudança de atitude acontece sob a justificativa de que as forças policiais do istmo centro-americano não estão suficientemente preparadas para en-



A morte de seis cidadãos norte-americanos em El Salvador foi utilizada para justificar a ajuda ao governo militar desse país

frentar ou impedir as lutas de grupos guerrilheiros na Guatemala e em El Salvador. Na terminologia da administração Reagan — adoptada pelas outras agências governamentais e pelo Congresso — essas lutas revolucionárias comparáveis a guerras civis não são senão “terrorismo”, ao qual se deve responder com o “contraterrorismo” para caracterizar as ações de luta armada como “actos diabólicos”. O pretexto, através do uso arbitrário da semântica, foi o ataque de um grupo guerrilheiro salvadorenho — a 19 de Junho de 1985 — a um café de San Salvador, em resultado do qual morreram seis cidadãos norte-americanos, quatro deles militares.

Discussão legislativa

Foi o republicano Bill McCollum quem, a título de ratificação da indignada reacção de Reagan provocada por essa ação, propôs

a emenda à Lei de Assistência Externa para 1986, pela qual se revogava a proibição vigente há uma década: “se a 19 de Junho tivéssemos tido em San Salvador uma força policial bem treinada, talvez esses seis cidadãos ainda estivessem vivos” — alegou o parlamentar na sessão de 10 de Julho, durante a qual a Câmara de Representantes afastou o primeiro obstáculo ao anular, em princípio, o voto de 1975. Argumento pueril mas de qualquer forma ilustrativo da mentalidade favorável ao presidente Reagan imperante no Congresso.

O representante democrata californiano George Miller fez restrições a essa carta branca que ia ser dada às polícias de El Salvador e das Honduras. Miller lembrou que as forças policiais de El Salvador haviam estado ligadas, segundo as investigações do próprio Congresso, às torturas, assassinatos e desaparecimentos de dezenas de milhares de civis, não precisamente em

consequência de actos de guerra civil, mas depois do seu aprisionamento pacífico e reconhecido pelo governo.

Para contrabalançar a proposta de McCollum, a democrata Barbara Boxer acrescentou uma cláusula referente à eventual ajuda policial à Guatemala, que expressava “o sentimento do Congresso” de que o governo deveria permitir a existência e a actuação do Grupo de Apoio Mútuo (GAM), única organização defensora dos direitos humanos na Guatemala, integrada por familiares de desaparecidos, cujos próprios dirigentes, entretanto, estavam também a ser vítimas da repressão.

Um FBI salvadorenho

De qualquer forma, o projeto havia sido precedido por uma violação expressa por parte da administração Reagan ao voto de 1975. Para isso Reagan utilizou um dos seus procedimentos favoritos, a via indirecta clandestina: “o presidente ordenou à *Law Enforcement Agency* (organismos policiais) para fornecer ‘qualquer ajuda que seja necessária’ para capturar os criminosos responsáveis pelo assassinato colectivo de San Salvador. Fontes do Departamento de Estado dizem que é provável que tal ajuda seja prestada sob a forma de cooperação técnica.

“À cabeça da investigação figura uma única unidade especial de investigações, treinada com o patrocínio do Departamento de Estado e autorizada, sob uma licença especial do Congresso, que especificamente proíbe a ajuda directa norte-americana a organismos estrangeiros policiais. Trata-se de uma espécie de FBI salvadorenho. Inicialmente criada para fazer frente aos direitistas esquadrões da morte, a nova unidade — *Special Investigations Unit* — treinada no ano passado num estabelecimento do FBI em Porto Rico, dirige agora os seus

esforços contra o terrorismo de esquerda"¹.

Parece por demais surpreendente que as forças armadas e policiais que actuam em El Salvador e que de acordo com fundamentadas denúncias internacionais levaram à morte e/ou ao desaparecimento de mais de 50 mil pessoas durante um período de cinco anos, peçam o apoio de unidades especializadas estrangeiras para investigar um entre tantos episódios bélicos ocorridos no interior do país.

O projecto Reagan

Quando o Departamento de Estado enviou ao Congresso o documento formal, de 21 páginas, solicitando 54 milhões de dólares "de ajuda contra o terrorismo" na América Central, utilizou o argumento de que os frágeis governos do istmo têm "uma limitada capacidade anti-terrorista" diante da actuação dos "grupos de extrema-esquerda", de Cuba e da Nicarágua.

O projecto apresentava três itens sobre a aplicação dos fundos: 1) a soma de 26 milhões de dólares para o *Law Enforcement Counterterrorism Assistance Program* — LECTAP (Programa de Assistência Policial Antiterrorista); 2) a soma de 27 milhões de dólares para o *Regionally Enhanced Counterterrorism Assistance Program* — RECAP (Programa de Assistência Antiterrorista Regionalmente Reforçado); 3) um milhão de dólares para o *Counterterrorism Witness Protection Fund* (Fundo Antiterrorista para a Protecção de Testemunhas).

Na divisão inicial, o governo de El Salvador beneficiava de 12 milhões de dólares para o item LECTAP e 10 milhões para o item RECAP; Honduras, 6 e 5 milhões de dólares, respectiva-

mente; Costa Rica, 3 e 6 milhões; Panamá, 3 e 4 milhões; Guatemala, 3 e 2 milhões de dólares. O milhão de dólares restante para a "protecção de testemunhas" não especificava os países. O pedido ficou registado na Câmara de Representantes com o número 3463.

A agência *Associated Press*, comentou a este respeito: "o documento não menciona as acusações lançadas contra as forças de segurança de El Salvador e da Guatemala de terem participado nas actividades dos esquadrões da morte direitistas que causaram milhares de mortos nos últimos anos. O governo disse que há uma grande redução de violações dos direitos humanos em ambos os países, mas grupos privados defensores desses direitos não concordam e denunciam que as forças de segurança continuam a ser responsáveis por um grande número de assassinatos políticos".

Entre esses grupos encontrava-se a já mencionada WOLA, a conhecida instituição ecuménica humanitária norte-americana que já no início da década de 70 tinha fornecido ao Congresso uma abundante e precisa documenta-

ção sobre as características e a natureza do "assessoramento e educação policiais" financiados pelos governos de John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson e Richard Nixon. Foi graças a este tipo de esclarecimentos que foi possível a emenda à alínea 660 da Lei de Assistência Externa.

Nesta nova oportunidade, a WOLA voltava a afirmar que violentos abusos contra a pessoa humana, individual ou colectivamente, continuavam a ser perpetrados na América Central pelas forças policiais e de segurança. E especificava: "dadas as semelhanças de objectivos entre o proposto programa 'antiterrorista' e o do Gabinete de Segurança Pública (OPS) com o qual se trabalhou de 1962 até 1975, os efeitos do programa OPS deveriam ser estudados e analisados na avaliação da presente proposta (...). O Congresso estava consciente da iminência deste projecto desde a primavera de 1985, quando funcionários do governo começaram a disseminar a ideia de senadores e representantes, bem como de influentes assessores legislativos. Na altura, o Pentágono falava numa concessão experimental no valor de 481,7



Depósitos de combustíveis destruídos pela CIA no porto de Corinto

¹George D. Moffet, "U. S. Funnel Aid to Salvador to Fight Terrorism", *The Christian Science Monitor*, Boston, 2 de Julho de 1985, p. 2.

milhões de dólares.

"Quando o governo apresentou a sua proposta ao Congresso, considerava aquele como o momento mais oportuno para obter uma rápida aprovação legislativa, num dos mais controversos debates sobre a política norte-americana na América Central. Membros do Congresso apresentaram provas do envolvimento de assessores norte-americanos na instrução de um 'esquadrão antiterrista' em El Salvador, dirigido pela tristemente célebre *Policía de Hacienda*, numa clara violação da proibição da lei referente a polícias no exterior.

"Membros do grupo *SWAT*, treinado pelos Estados Unidos, reprimiram uma greve de trabalhadores da saúde em hospitais e clínicas governamentais em 2 de Junho de 1985, assassinando um paciente e quatro agentes da própria polícia, obrigando ainda centenas de pacientes e pessoal médico e paramédico a permanecer deitados no chão durante a 'operação'".

Quem são os "agentes do terror"?

Quando, a 24 de Outubro, Michael Armacost, subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, defendeu na Comissão de Assuntos Exteriores da Câmara dos Representantes, o pedido do Departamento de Estado, os legisladores democratas impugnaram a alegada urgência do projeto. O representante Gerry Studds assinalou que os principais "agentes do terror" na América Latina, nos últimos anos, não haviam sido os "guerrilheiros esquerdistas mas as forças militares treinadas pelos Estados Unidos". Citou como exemplos os militares do Chile e da Argentina, a Guarda Nacional somozista e o batalhão de elite "Leopardos" da Bolívia, que em 1984 tentara derrubar o governo Siles Suazo.

Studds acrescentou: "nenhum país do mundo tem uma respon-

sabilidade maior do que os Estados Unidos pelos excessos — uma maneira amável de dizer atrocidades — cometidos pelos *contras* nicaraguenses na sua própria pátria".

Armacost respondeu que "agora o contexto é muito diferente pois aprendemos algumas lições sobre direitos humanos". Mencionou ainda o sequestro da filha do presidente salvadorenho, José Napoleón Duarte, como um "convite à imitação" por parte de outros grupos em todo o mundo. O representante Michael Barnes referiu-se então às forças de segurança da Guatemala, que acusou de "cometerem incríveis abusos" e de "brutalidade patológica", acentuando que não havia nada que demonstrasse que a situação tivesse melhorado.

O seu colega Ted Weiss, citando organizações de defesa dos direitos humanos, alegou que as forças de segurança guatemaltecas eram responsáveis por cerca de 100 assassinatos por mês, sem contar com os chamados "desaparecimentos" de pessoas: "não constituem essas forças de segurança uma ameaça equivalente ou maior ainda do que qualquer grupo esquerdistas?" — perguntou.

O secretário de Estado adjunto interino, James Michel, respondeu que "certamente houve sérios abusos" na Guatemala por parte das forças de segurança, mas que, ainda assim, "a ajuda a esse país é urgente para deter a presente e séria ameaça ao seu governo". Este último argumento contradizia, inclusive, afirmações do ex-presidente general Oscar Mejía Víctores, para quem os grupos rebeldes haviam sido derrotados e não ofereciam qualquer perigo.

Mudanças de nome

Crises como a dos reféns norte-americanos no Irão, a do Líbano em Outubro de 1983 e a emotividade produzida na popu-

lação norte-americana pelos sequestros de aviões e de outras ações de natureza semelhante cometidas em países estrangeiros, propiciaram uma mudança na opinião pública e no Congresso no sentido desejado por Reagan. No início de 1984 começou a generalizar-se dentro do governo uma modificação táctica na caracterização das expressões "violência" e "movimentos de contestação no Terceiro Mundo".

Em lugar de apelar para as conhecidas expressões ("comunismo", "subversão", "violência", "extremismo", "revolta"), os peritos em guerra psicológica da CIA e do Pentágono recomendaram uniformizar os conceitos mais usados resumindo-os na palavra "terrorismo". As implicações deste termo tocam muito mais fundo o cidadão médio norte-americano que as anteriores.

Não se trata de uma nova expressão. A novidade consiste em dar-lhe uma maior hierarquização e uma teimosa e insistente repetição, de forma a que penetrasse mais profundamente na opinião pública. A partir de Reagan e do secretário de Estado George Shultz a ordem foi a reiterada menção do termo em todos os discursos e documentos públicos. Gradualmente, o "terrorismo" foi associado a qualquer ação revolucionária, rebelde, movimentos de massas e movimentações políticas e sociais. Resumiram-se as conotações e evocações ideológicas das outras definições semânticas, transformando-as numa só palavra, e por enquanto insubstituível, abominada pela sua simples menção.

Na retórica oficial de Washington passou a ser "terrorismo" a revolta do povo guatemalteco, a guerra civil em El Salvador e a experiência revolucionária da Nicarágua, com o mesmo valor pejorativo do sequestro de aviões, da matança de reféns ou o assassinato à bomba ou com armas de fogo de um diplomata. A simplificação impede subtilezas e mati-

zes. Procura, em termos de guerra, a objectivação do "inimigo". Em última instância, "terrorista" é igual a "inimigo", isto é, uma ameaça para o norte-americano e, — porque não? — para a própria humanidade, de forma a que qualquer disposição visando o seu aniquilamento e extermínio seja plausível e válida. Como é lógico, a retórica produz uma palavra de sentido oposto, "antiterrorismo", que acrescenta o símbolo da retaliação justiceira, retumbante e definitiva.

A utilização da ajuda

Na relação remetida ao Congresso pelo Departamento de Estado, as concessões de ajuda a cada um dos países beneficiários estavam perfeitamente justificadas, com a fria enumeração dos relatórios militares, de forma a que não ficasse qualquer dúvida acerca da pertinência e legitimidade do pedido de fundos. País por país, com palavras em código, as siglas LECTAP e RECAP ganhavam sentido e congruência, além de uma respeitabilidade definitiva.

São relacionados em seguida o diagnóstico e o receituário enviados pelo poder executivo ao legislativo, quanto à crise no istmo centro-americano:

Uma atribuição de 26 milhões de dólares para o "Programa de Assistência Policial Antiterrorista". Outra de 27 milhões de dólares para o "Programa de Assistência Antiterrorista Regionalmente Reforçado". E um "Fundo de Protecção Antiterrorista para Testemunhas" no valor de um milhão de dólares. Neste último caso, concordam os observadores, não seria senão um fundo de suborno para aumentar a remuneração e ampliar a cadeia de informadores (*orejas*) utilizados pelos agentes de espionagem norte-americana e salvadorenha na repressão interna.

Dessa nova chuva milionária de dólares ficam de fora, agora,



Nixon (esq.) e Johnson (dir.): assessoramento e treino policial

a Nicarágua e o Belize. A distribuição dos 54 milhões de dólares tem por destinatários os governos de El Salvador, Honduras, Guatemala e Costa Rica. A maior fatia — em equipamentos, munição e treino — tem por destino El Salvador. O Departamento de Estado foi designado como "agência guia", embora em coordenação com os departamentos da Defesa e da Justiça.

Chamam à atenção os nove milhões atribuídos à Costa Rica, um país cujas forças policiais não têm fama de repressoras, assumindo a forma de Guarda Civil e Guarda Rural, e onde desde 1949 vigora uma Constituição cujo artigo 12º proíbe especificamente a existência e o funcionamento de um exército profissional. Acentua-se com este tipo de contribuição ao país que se gaba de ter "mais professores do que soldados", a intenção não-dissimulada dos Estados Unidos de alinhá-lo ao jugo político-estratégico de Washington, um destino que não desagrada aos sectores dominantes costa-riquenhos.

Os 22 milhões de dólares atribuídos neste programa a El Salvador foram juntar-se a outros 13 milhões concedidos no âmbito do Programa de Ajuda Militar (*Military Assistance Program* — MAP), dirigidos também ao alargamento do treino militar. Durante a discussão legislativa so-

bre estes orçamentos, disfarçados de "fundos de emergência", congressistas democratas objectaram precisamente a alegação oficial sobre a sua urgência, defendendo que o pacote de ajuda militar à região já está incluído na Lei de Ajuda Externa, que para o ano fiscal de 1986 é de 12,9 mil milhões de dólares.

O Congresso dá menos do que o pedido por Reagan

Entre Setembro e Dezembro, o debate nas comissões específicas do Congresso tornou-se cada vez mais duro, principalmente devido à resistência dos democratas em endossar, sem críticas, dentro da modalidade desejada por Reagan, o montante e o destino dos fundos.

Os legisladores, opondo-se a passar qualquer cheque em branco, insistiram em exigir mudanças nos "modelos repressivos reinantes em El Salvador e na Guatemala" e em pedir, em cada caso, o controlo de que tais mudanças se efetuavam, como condição para o envio dos fundos e da ajuda.

De qualquer forma, os funcionários do Departamento de Estado continuaram com a sua antiga tática de aceitar parcialmente a existência de crimes e aberrações militares e policiais contra a população civil, tanto em El Salvador como na Guatemala, bem

como dos *contras* nicaraguenses, ao mesmo tempo que lhes tiravam importância ou argumentavam que isso era "antes", que "agora a situação é melhor" e que "os Estados Unidos continuam vigilantes, pressionando a favor do fim total desses abusos".

Finalmente, a questão definitiva era a de diminuir a importância global dos "excessos" dos militares e realçar que de qualquer forma eram preferíveis — argumentação favorita de Jeane J. Kirkpatrick e do subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos, Elliot Abrams — a uma eventual tomada do poder pelos "comunistas".

A 4 de Dezembro, Richard Lugar, presidente da Comissão de Relações Externas do Senado, recomendou uma redução de 50% dos fundos solicitados pela Casa Branca e pediu restrições à ajuda à Guatemala por causa dos denunciados e reiterados "abusos" das suas forças armadas e policiais contra a população civil. No dia seguinte, a Comissão reduziu o montante inicial solicitado de 54 milhões de dólares para apenas 24 milhões, embora tenha autorizado o milhão de dólares para "protecção de testemunhas".

Catorze senadores, seis deles democratas, apenas com o voto contra do democrata John Kerry, votaram a favor da lei "antiterro-



A maior parte da ajuda destina-se ao governo de El Salvador

rista" defendida por Reagan. Kerry objectou: "estaremos a dar assistência às mesmas pessoas que perpetram o terrorismo, em vez de combatê-lo".

Fracos condicionamentos

A comissão senatorial interpõe pequenos condicionamentos, já anteriormente comprovados como ilusórios e inúteis. Assim, o programa será suspenso se se comprovarem a prática de torturas — permanentemente desmentidas pelos regimes das Honduras, de El Salvador e da Guatemala — e a Casa Branca terá a obrigação de informar o Congresso quanto aos progressos no fortalecimento do Poder Judicial salvadorenho — notória e declaradamente inexistente, além de

corrupto nas suas raras manifestações de presença — e dos outros países. Fixou ainda em apenas 2,1 milhões de dólares o montante destinado ao fornecimento de peças e munições, ao que parece porque os países beneficiários já têm de sobra com o arsenal anteriormente proporcionado pelos Estados Unidos nos sucessivos programas em curso. A comissão suprimiu do programa o Panamá.

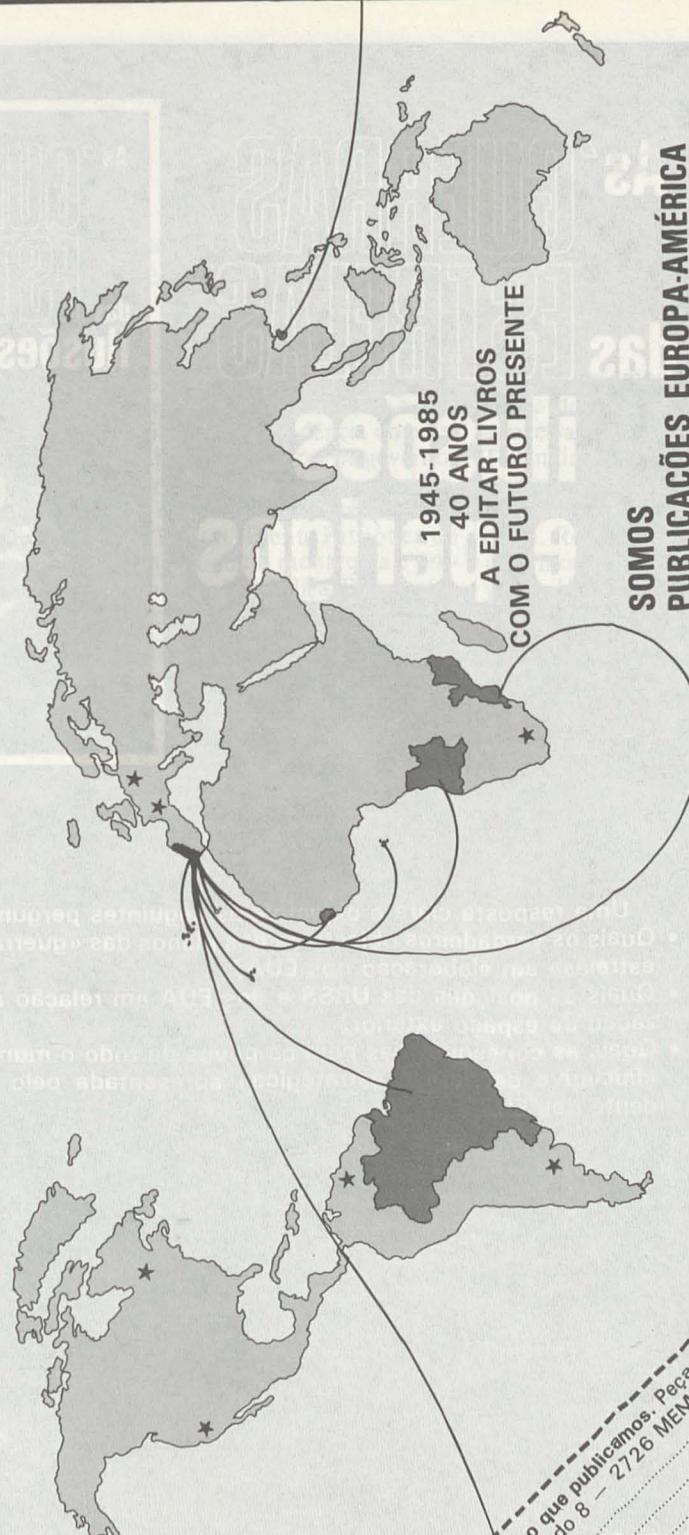
Revoga também a proibição de treinar agentes da polícia fora dos Estados Unidos, embora ele deva ser praticado no país "dentro dos limites máximos possíveis". Incluída ainda a expressa proibição da CIA "ter um papel activo na utilização dos fundos designados", autorizando-a, no entanto, a "partilhar informações de segurança com os governos beneficiados".

Numa carta enviada a todos os membros da comissão, o senador Lugar, republicano de Indiana, assinalou que "os Estados Unidos não devem subestimar os riscos inerentes a qualquer programa de profissionalização de forças policiais estrangeiras". Contudo, para esse senador, sem a "assistência antiterrorista corre-se o risco de não se fornecer às democracias emergentes do istmo as ferramentas necessárias para enfrentar o novo e agressivo desafio terrorista". (Gregorio Selser)



A Nicarágua não receberá ajuda. O apoio de Washington é para os "contras"

LIVRO-TRAÇO DE UNIÃO ENTRE QUEM FALA PORTUGUÊS



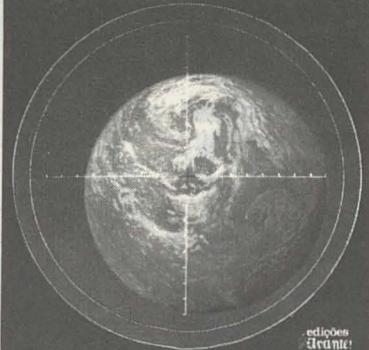
Saiba o que publicamos. Peça informações para
Avenida 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX
Nome:
Morada:
Profissão:
País:
341885

SOMOS
PUBICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

ESTAMOS ONDE VOCÊ ESTÁ • CONTACTE-NOS!

As "GUERRAS ESTRELAS" das ilusões e perigos

As "GUERRAS
ESTRELAS"
das ilusões e perigos



edições
Avante!

Uma resposta clara e objectiva às seguintes perguntas:

- Quais os verdadeiros objectivos dos planos das «guerras das estrelas» em elaboração nos EUA?
- Quais as posições das URSS e dos EUA em relação à utilização do espaço exterior?
- Quais as consequências para os povos de todo o mundo da «iniciativa de defesa estratégica» apresentada pelo presidente dos EUA?

edições
Avante!

Uma década de regime socialista

Com índices económicos dos mais baixos do planeta, o antigo "reino do milhão de elefantes" inicia a segunda década do seu regime socialista com perspectivas animadoras

Em Dezembro último, quando se festejou em Vienciana a primeira década da República Democrática Popular Lao, os seus dirigentes traçaram um balanço dos resultados alcançados impregnado de um optimismo moderado e acentuaram a sua confiança num progresso futuro sem grandes sobressaltos.

Para lá das inevitáveis manifestações de fé desses discursos de ocasião, os governantes e os dirigentes do Partido Popular Revolucionário Lao (PPRL) não têm, de facto, grandes motivos de apreensão, podendo sem demagogia reivindicar para a revolução laociana alguns sucessos notáveis.

Não tendo tido uma vida fácil nos dez anos da sua existência, o regime socialista vigente no antigo "reino do milhão de elefantes" implantou-se com a pesada herança da guerra que incendiou a Indochina durante 30 anos. As suas sequelas estão ainda presentes nas paisagens lunares causadas por três milhões de toneladas de bombas largadas pela aviação norte-americana, pelas perdas humanas, animais e materiais não totalmente recuperadas.

A consolidação do regime é o primeiro troféu que pode alardear a liderança do primeiro-ministro e secretário-geral do PPRL, Kaysone Phomvihane, e do presidente Tiao Suphanuvong, o "príncipe vermelho", fundador da Neo Lao Issara (Frente Unida Nacional do Laos). Essa frente combateu os franceses após a

II Guerra Mundial, integrou o Governo do Pathet Lao que proclamou a independência do país, combateu nas selvas os governos pró-norte-americanos nas décadas de 60 e 70 através da Neo Lao Haksat (Frente Patriótica do Laos), aboliu a monarquia e proclamou a República Democrática Popular em 3 de Dezembro de 1975.

Um vizinho incómodo

As poucas centenas de guerrilheiros antigovernamentais que

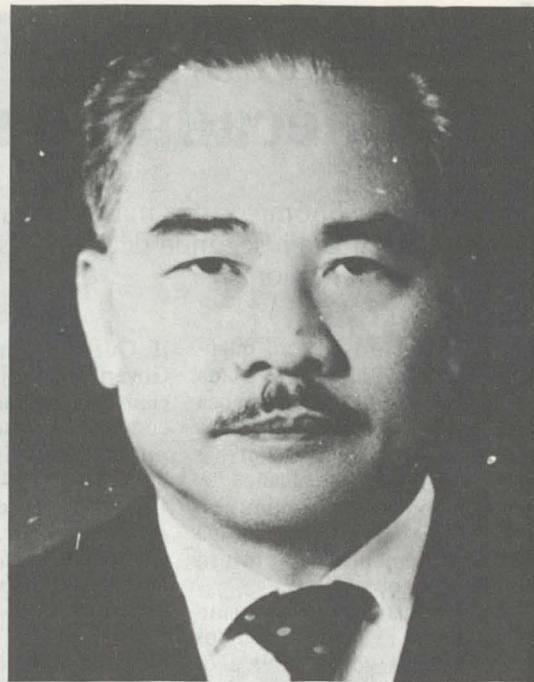
operam nas montanhas da província de Namtha que o Mekong atravessa, junto à fronteira da Tailândia (em cujo território se situam as suas bases) não inquietam seriamente o poder de Vienciana. Recrutados entre as minorias montanhosas dos hmongs, yaos, khmous, museus, grupos étnicos historicamente marginalizados pelo poder central e hoje alvos de um processo de reintegração pelo governo de Kaysone Phomvihane. A eles se juntam os restos da Frente Unida de Libertação do Laos, organização cria-



A consolidação do regime é uma vitória de que se pode orgulhar o primeiro-ministro Kaysone Phomvihane



Primeiro-ministro Kaysone Phomvihane



Presidente Tiao Suphanuvong

da em Setembro de 1980 pelas forças de direita que ocuparam o poder sob a protecção dos EUA e financiada pela CIA.

Mas a contra-revolução laociana está fragmentada em dezenas de pequenos grupos cuja área de influência se reduz a meia-dúzia de aldeias num país que conta com mais de dez mil. A China, tida como protectora destes grupos, segundo a imprensa ocidental, teria comunicado aos seus chefes nos primeiros meses de 1985 que o apoio prioritário de Pequim estava destinado à oposição armada do vizinho Kampuchea e que eles deveriam procurar simpatias e sustento noutras paragens.

A sul de Namtha, na província de Sayaboury, o clima de tensão com a Tailândia manteve-se no seguimento da ocupação pelo exército de Banguecoque de três aldeias laocianas em 6 de Junho de 1984. As negociações sem condições prévias, várias vezes propostas pelo governo de Kaysone Phomvihane, têm sido

recusadas por Banguecoque que apesar de se ter retirado das três aldeias permanece ainda com tropas em solo lao e insiste em reivindicar para si essa pequena faixa de terreno pobre e montanhoso, sem qualquer valor económico e irrelevante importância militar, reconhecida desde o início do século como pertencente ao Laos por dois tratados de delimitação de fronteiras.

A Tailândia, aliás, foi sempre um vizinho incômodo no sudeste asiático. As suas ambições territoriais remontam ao século XIII, época do surgimento da primeira dinastia tailandesa quando o reino de Sião começou a expansão da sua soberania à custa de territórios anexados ao Laos, Cambodja, Birmânia e Mâisia.

A ocupação tailandesa e a concentração de tropas de Pequim junto da fronteira norte são eventuais ameaças à soberania da República Popular e Democrática Lao. Elas justificam para Vienciana e Hanói a presen-

ça de um contingente militar vietnamita em território lao que fontes ocidentais avaliam entre 50 e 60 mil homens. Essa presença prolongar-se-ia, segundo consenso das duas capitais aliadas, até à reestruturação do exército do Laos, que tem por objectivo final a formação de um corpo militar de 70 mil efectivos.

Objectivo prioritário: auto-suficiência alimentar

Com uma superfície próxima à da Alemanha Federal ou da Roménia, o Laos tem pouco mais de 4,5 milhões de habitantes e um mosaico étnico de 60 nacionalidades.

A RDPL — cujo PIB *per capita* era em 1982, de apenas 79 dólares — registou progressos consideráveis nalguns sectores fundamentais, atingindo nos últimos anos uma taxa média anual de 9% no crescimento do PIB. A agricultura e a silvicultura — as florestas cobrem 19 dos 23 mi-

Com uma superfície de 236.800km² e uma população de 3.902.000 habitantes, segundo estimativa da ONU em 1982, a República Popular Democrática Lao é o único país da península indochinesa sem saída para o mar. Após a derrota dos Estados Unidos no Vietname, um processo pacífico pôs fim à monarquia, tendo sido proclamada a 1 de Dezembro de 1975 a formação da RDPL sob a presidência de Suphanuvong e a direcção política do Partido Popular Revolucionário Lao



lhões de hectares do país — absorvem cerca de 80% da população activa e contribuem em 70% para o produto nacional.

A auto-suficiência alimentar, o objectivo prioritário do governo perseguido desde 1980, deverá ter sido concretizada nas últimas colheitas.

A produção de arroz, mesmo com condições atmosféricas desfavoráveis, alcançou 1,3 milhão de toneladas em 1984, o que representa cerca do dobro das colheitas de 1976 (700 mil toneladas). Enquanto isso, a área agrícola tem mantido um alargamento regular, designadamente no que diz respeito às culturas de exportação: algodão, café, tabaco, chá e amendoim.

Outra rubrica de peso na pauta das exportações é a indústria das madeiras (o Laos é rico em madeiras preciosas) e do mobiliário, cujo desenvolvimento tem recebido contributos de realce da cooperação internacional, particularmente dos países escandinavos, destacando-se entre estes a Suécia que concedeu em 1984 ao governo de Vienciana uma ajuda de 15 milhões de dólares para esse sector.

Com um sistema de assistência hospitalar a chegar já às al-

deias perdidas nos recônditos montanhosos, a RPDL pode exhibir também os sucessos alcançados no campo do ensino, testemunhados, aliás, pelo reconhecimento de organizações internacionais, nomeadamente da Unesco.

Com o analfabetismo praticamente eliminado desde 1984, o esforço das autoridades nos últimos anos dirige-se preferencialmente para a formação técnica e profissional acelerada, à escala nacional e provincial. Em comparação com 1976, o número de alunos quase duplicou, enquanto o número de estudantes das escolas secundárias e superiores cresceu 7,5 vezes.

O emblema desse esforço no sector do ensino, comum aos três regimes socialistas indochineses, é, no caso do Laos, a Escola de Formação Profissional de Pakpassak, em Vienciana. Fundada pelos franceses em 1936, foi ampliada e equipada após 1975 com o contributo internacional, particularmente com a cooperação da República Democrática Alemã, tendo entre 1975 e 1982 formado mais de dois mil quadros de gestão e operários especializados. A partir de 1983, a

Escola de Pakpassak forma anualmente cerca de mil técnicos o que significa o triplo em relação aos anos anteriores.

O clima de tensão com a Tailândia continua: Banguecoque encerrou várias vezes as fronteiras e levantou dificuldades à circulação entre os dois países. Mas é precisamente por aí que se faz historicamente o acesso do Laos ao mar. Apesar das tensões, o governo lao iniciou a construção da estrada nacional nº 9 ligando Savannakhet, cidade localizada sobre a fronteira tailandesa, ao porto vietnamita de Danang. Projectada para entrar em funcionamento em 1985, esta estrada, vital para a economia do Laos, está ainda em fase de acabamento e a ela se juntará uma linha férrea para escoamento das exportações e um oleoduto já concluído.

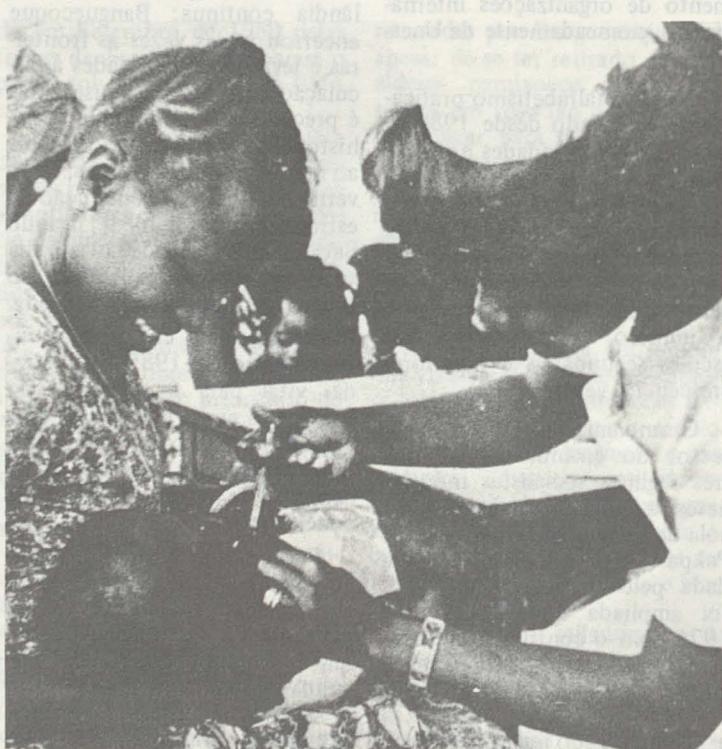
Foi, em linhas gerais, o balanço aqui abordado que os dirigentes laocianos descreveram nas comemorações da sua revolução e que lhes permite iniciarem a segunda década do regime socialista com perspectivas bem mais animadoras do que quando assumiram o poder. (Carlos Pinto Santos)

Um combate pela sobrevivência

Impõe-se como meta a imunização mundial até ao ano de 1990, a UNICEF tem envidado todos os esforços para que não sejam as crianças do Terceiro Mundo as principais vítimas da crise

“A crise em África é tanto da responsabilidade nacional quanto mundial”, refere o relatório anual da UNICEF, recentemente difundido e subordinado ao tema “Situação Mundial da Infância – 1986”. Considerando imperativa uma ajuda internacional mais volumosa do

que a verificada até aqui, para desse modo as medidas de austeridade atingirem mais os ricos do que os pobres, o relatório baseia a sua tese no facto de os juros mais altos, o petróleo mais caro e a baixa remuneração das exportações fugirem ao controlo dos governos africanos.



Das 40 mil crianças que morrem por dia no Terceiro Mundo, 3.500 são vítimas de doenças evitáveis com a vacinação

Entretanto, a crise tem atingido particularmente as crianças, que morrem numa média de 40 mil por dia nos países do Terceiro Mundo, vítimas da miséria, subnutrição e doenças. Destas, 3.500 morrem anualmente devido a doenças que se podem prevenir através de vacinação. Por essa razão, a UNICEF lançou uma campanha de imunização que procura evitar a morte de quase um milhão de crianças por ano, ao mesmo tempo que envida esforços no sentido de evitar a morte de meio milhão de crianças por desidratação, através da Terapia de Reidratação Oral (TRO).

Os esforços conjugados da UNICEF, de governos e de voluntários, tem permitido considerar como viável a meta das Nações Unidas visando a imunização universal até 1990. Esta luta, que se iniciou nos princípios da década de 80 com redobrado vigor, torna-se agora mais fácil, graças ao avanço das novas tecnologias no campo da vacinação e da difusão da informação dos métodos.

No sentido de sensibilizar os líderes mundiais, o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, enviou uma carta aos presidentes e primeiros-ministros dos 159 países membros, relatando os progressos tecnológicos da vacinação. Atualmente, 40 países encontram-se já profundamente engajados na realização de programas de vacinação. No Brasil, por exemplo, 400 mil voluntários participaram nas campanhas de imunização que atingiram 20 milhões de crianças. Enquanto isso, no Egito, oito mil médicos foram treinados em TRO, vários programas informativos divulgam na televisão a nova mensagem e as taxas de mortalidade por diarreia reduziram-se, praticamente a metade.

Apesar de muitos países desenvolvidos verificarem igualmente mortalidade infantil como consequência da falta de imunização e por subnutrição, os índices são particularmente preocupantes em África e outros países do Terceiro Mundo.

Em Angola, um ano após a independência, a UNICEF, em conjunto com o governo central e estruturas regionais, tem levado a cabo programas de desenvolvimento, sobretudo nos sectores da saúde, nutrição, educação, água e saneamento. Entre as actividades da UNICEF no campo da saúde, figuram a assistência em equipamento nas diversas instituições médico-sanitárias, centros de saúde, hospitais, medicamentos base, sobretudo para o combate às doenças diarréicas, através da reidratação oral.

Em Burkina Faso, um dos países com mais elevada taxa de mortalidade infantil — uma média de 150 mortes em cada mil nascimentos — num período de três semanas foram vacinadas mais de um milhão de crianças contra o sarampo, febre amarela e meningite. Esta campanha foi tanto mais importante quanto o número de crianças até aos quatro anos mortas por meningite, ultrapassa os 11% e, por sarampo, os 50%.

Para combater este flagelo, o governo de Burkina Faso decidiu criar o "Comando de Vacinação", tendo sido escolhidas para a campanha vacinas de fácil aplicação e que, com uma única dose, possibilitam a imunização total. Diversos organismos governamentais em colaboração com a Cruz Vermelha e a UNICEF começaram por desenvolver uma intensa campanha de esclarecimento através de porta-a-porta, cartazes, etc., informando sobre as vantagens da vacinação.

Quando os postos de aten-



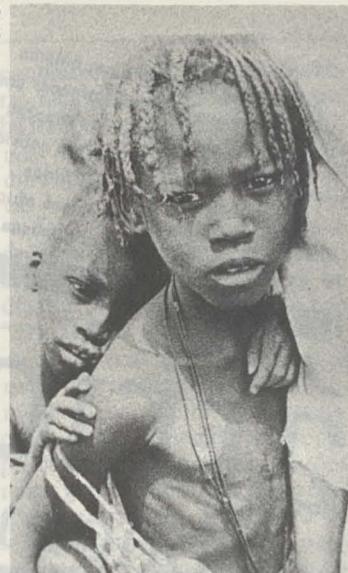
É essencial proteger o crescimento físico e mental das crianças contra os piores efeitos da pobreza para romper o ciclo que perpetua a própria pobreza

dimento abriram as portas, longas multidões se encontravam já à espera, aguardando pacientemente a sua vez. O resultado foi eloquente: numa população com cerca de 7 milhões de habitantes, imunizaram-se contra a febre amarela 62% das crianças com menos de 15 anos e 64% contra a meningite. Além disso, a percentagem de menores de seis anos protegidos contra o sarampo, passou de 7% para 60%.

Na Nicarágua, aproveitando a experiência nacional de combate ao analfabetismo (1980), foi lançada, no ano seguinte, uma campanha de sanidade designada "Jornadas Populares de Salud". Coordenadas pelos Conselhos de Saúde Popular, estas jornadas foram fundamentais no combate à malária, febre dengue, pólio e sarampo. As campanhas contra a malária e o dengue envolveram 70% da população entre os quais 70 mil agentes de saúde, designados "brigadistas".

Anualmente, durante três fins-de-semana entre Janeiro e Junho, cerca de 20 mil "brigadistas" são mobilizados para as campanhas antipólio e anti-sa-

lmo



rampo. Entretanto, as mortes por desidratação foram contidas graças à instalação de 356 unidades de reidratação oral nos postos de saúde. Em 1984, e segundo dados da UNICEF, 97% dos bebés encontravam-se protegidos contra a tuberculose, 60% contra o sarampo e 76% contra o pólio. Nos anos compreendidos entre 1978 e 1983 a taxa de mortalidade infantil diminuiu um terço, ou seja, passou de 121 para 80 óbitos em cada mil nascimentos.

Ao terminar o seu relatório a UNICEF afirma: "se esta oportunidade for aproveitada, os próximos anos testemunharão a realização de uma das maiores metas da humanidade: a protecção básica para a vida e o desenvolvimento sadio de todas as crianças do planeta. Se não o for, as décadas de 80 e 90 ficarão certamente estigmatizadas como as de uma geração que coexistiu com uma inestimável capacidade técnica e financeira, mas que permitiu que persistissem a desnutrição, o raquitismo e a morte de milhões dos seus cidadãos mais vulneráveis". (Guimaraes Belo Marques)

AFRICA ECONÓMICA é um boletim informativo que pretende fornecer um panorama sintético de informações relevantes sobre o desenrolar da actividade económica e social em África, nomeadamente nos novos países africanos de expressão oficial portuguesa.

áfrica económica

O conhecimento oportuno dos principais factos económicos e sociais que ocorrem no continente africano, com especial relevância para os novos estados, é indispensável para todas as entidades interessadas no desenvolvimento das relações de cooperação com aqueles países ou entre eles.

A evolução da conjuntura económica, decisões relativas a projectos de investimento, acordos de cooperação, dados sobre fontes de financiamento, execução de planos de desenvolvimento, relações comerciais, legislação económica, estudos de organismos internacionais, designadamente das Nações Unidas, são alguns dos temas sobre os quais ÁFRICA ECONÓMICA, procurará informação actualizada.

Esta nova iniciativa do Centro de Estudos Economia e Sociedade CESO, interessará a todos que procuram activamente o desenvolvimento das relações Portugal-África, para benefício mútuo.

AFRICA ECONÓMICA não é uma revista de ensaio e análise mas sim um boletim informativo periódico trimestral onde em cada número se poderá encontrar um noticiário geral desenvolvendo os grandes acontecimentos do período em análise e um noticiário específico para cada um dos cinco países africanos lusófonos.

áfrica económica

O Centro de Estudos Economia e Sociedade CESO, criado em 1982, tem desenvolvido numerosos projectos de cooperação técnica em África, alguns financiados por organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), a CEE, o Banco Mundial e a SIDA (Suécia).

Esses projectos cobrem áreas muito variadas, como formação de quadros médios em planificação, assistência técnica à organização de sistemas nacionais de planificação, programas de desenvolvimento regionais, elaboração de planos de desenvolvimento de recursos humanos, formação no domínio da direcção de empresas, assistência técnica à organização das finanças públicas, elaboração de programas de política económica de curto prazo, etc.

CESO tem também organizado em Portugal seminários sobre a cooperação económica e comercial entre Portugal e a África de expressão oficial portuguesa.

CESO – CENTRO DE ESTUDOS ECONOMIA E SOCIEDADE, CRL.

Av. Elias Garcia, 123-3.º D. 1000 LISBOA Telefs. 77 10 51 / 11 33 Telex 64462

Meio ambiente

O lado “sujo” da indústria “limpa”

A indústria microelectrónica, tida como “limpa” pelos técnicos ocidentais, tem na verdade o seu lado altamente poluidor, só que este dificilmente aparece a público*

No dia 12 de Janeiro de 1985, sete operárias foram internadas no Hospital Geral de Penang, na Malásia, tidas como vítimas de uma suposta fuga de gás numa firma de electrónica na Zona Franca de Bayan Lepas. Queixavam-se de tonturas e desmaios, sintomas que foram mais tarde diagnosticados como resultantes da inalação de tricloroetíleno (TCE), um agente anestésico usado também como solvente. Porém, segundo um portavoz da companhia, não passava tudo de um caso de histeria colectiva, não merecendo pois maior atenção.

Acidentes industriais desta natureza vêm-se tornando cada vez mais comuns na Malásia. No entanto, embora Penang seja considerada um centro mundial da indústria electrónica e de semicondutores, fornecendo emprego a milhares de operários, pouca atenção se tem dado aos enormes riscos e perigos a que se expõem os trabalhadores do ramo electrónico.

Em 1983, existiam na Malásia 120 empresas funcionando em oito Zonas Francas, com investimentos superiores a 400 milhões de dólares, empregando mais de 67 mil operários. Em 1981, a indústria electrónica do país exportou cerca de 1.500 milhões de dólares em produtos para o mercado mundial. Quanto

aos fabricantes de semicondutores, o valor das suas exportações foi de cerca de 1.600 milhões de dólares, desempenho notável sob todos os pontos de vista.

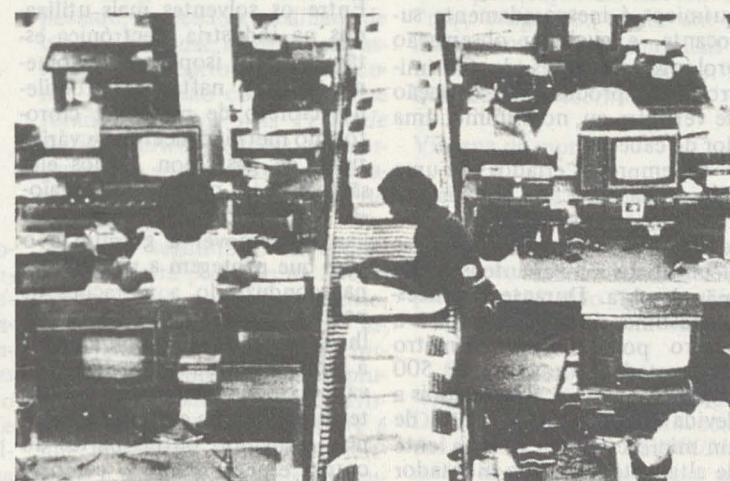
Todas essas empresas estabeleceram-se na Malásia devido à disponibilidade de mão-de-obra feminina, dócil e barata, a ser usada no processo internacional de produção que exige emprego intensivo de mão-de-obra. O governo da Malásia oferece diversas vantagens a essas empresas sob a forma de incentivos locais (como o uso das instalações das Zonas Francas), acompanhados de leis laborais muito pouco exigentes. Estas últimas, juntamente com a

condescendência da justiça laboral, facilitam a exploração dos trabalhadores e permitem que as empresas perpetuem as condições duras e insalubres das suas fábricas.

Segundo o Instituto Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (NIOSH), dos EUA, as indústrias do ramo electrónico “são as que mais utilizam substâncias tóxicas apresentando altos riscos para a saúde”. Nos EUA, numa época em que os riscos ocupacionais têm merecido crescente preocupação e amplos estudos num grande número de indústrias tradicionais, a indústria de semicondutores — uma das poucas que têm registado crescimento no país — tem permanecido virtualmente isenta de críticas.

O triste caso de Elfreda Castellano é um exemplo do que pode acontecer com uma operária do ramo electrónico. Em 1979, Elfreda conseguiu emprego na *Dynetics Inc.*, fabricante de semicondutores nas Filipinas. Elfreda lidava com soldas e áci-

* Trabalho elaborado pela APPEN (Asia-Pacific Peoples's Environment Network) da Malásia.



A indústria de componentes electrónicos utiliza substâncias químicas de alto risco para a saúde dos seus trabalhadores

dos. Após um ano de serviço, foi internada num hospital com febre alta e manchas escuras nas pernas. Mais tarde, os médicos descobriram que ela tinha um cancro nos nódulos linfáticos com sintomas de leucemia. Devido à natureza do seu trabalho, ela corria risco de vida.

Em 1975, apenas três anos após a inauguração da primeira fábrica de produtos electrónicos em Penang, quase metade dos seus operários queixavam-se de problemas de visão e de frequentes dores de cabeça em consequência do trabalho com instrumentos microscópicos.

A indústria electrónica é tida como "limpa" e "leve", mas muitos operários estão sujeitos a condições de trabalho extremamente duras e expostos a centenas de produtos químicos tóxicos.

Quem vê uma fotografia do interior de uma fábrica de produtos electrónicos geralmente fica impressionado com a aparência de ordem e de limpeza imaculada. Numa sala espaçosa e bem-iluminada, filas de mulheres com aventais brancos curvam-se sobre microscópios polidos e reluzentes. Mas, para o visitante que realmente percorra a fábrica, o forte cheiro de produtos químicos é inesperadamente sufocante, e qualquer observação prolongada através de um microscópio produz uma sensação de vertigem ou, no mínimo, uma dor de cabeça.

Os empregos criados por uma fábrica da MNC na Malásia envolvem nas fases de montagem e testes finais dos componentes electrónicos o uso intensivo de mão-de-obra. Durante o processo, pastilhas de silicone de duas a quatro polegadas de diâmetro são cortadas em cerca de 500 *chips*, os quais recebem depois a devida fiação. Com a ajuda de um microscópio ou de uma lente de alta potência, cada montador prende uma série de fios minúsculos, todos tão finos como fios

de cabelo, a cada *chip* mediante equipamento de soldadura extremamente pequeno. Em seguida, os *chips* são mergulhados numa solução de revestimento protector e cozidos em fornos, a temperaturas que variam entre 300 e 500 graus centígrados, para completa vedação. Terminado o processo de produção, cada *chip* é submetido a testes de qualidade. Os operários da linha de montagem têm de mergulhá-los em tanques contendo diversos produtos químicos e, depois, submetê-los a ensaios com a ajuda de equipamentos complicados e caros.

Além da exposição a produtos químicos, as duras condições de trabalho são as principais causas dos males físicos e psicológicos a que estão submetidos os operários da indústria electrónica. Não raro os trabalhadores ressentem-se de problemas de visão após longas horas de uso do microscópio, além de outros problemas de saúde provocados pelo uso de fortes solventes químicos em operações de limpeza, os quais irritam ou causam queimaduras de pele. Referimos em seguida alguns dos riscos a que estão expostos os trabalhadores da indústria electrónica:

Produtos químicos tóxicos. Entre os solventes mais utilizados na indústria electrónica estão o álcool isopropílico, tolueno, xileno, nafta, tricloroetileno, cloreto de metileno, clorofórmio metílico, acetona e vários tipos de gás freon. Todos eles são solventes orgânicos. A maioria deste tipo de solventes é capaz de remover a gordura e o óleo que protegem a pele humana, conduzindo a irritações de pele, manchas vermelhas e bolhas, deixando a pele vulnerável a infecções. Quando inalados, os vapores emanados desses solventes penetram na corrente sanguínea, atingindo outras partes do corpo, especialmente o cérebro. Os efeitos da intensa exposição a solventes incluem dores de ca-

beça e sensação de tontura ou embriaguez. Além disso, podem ocorrer fadiga, fraqueza, náusea e vômitos.

O tricloroetileno (TCE) é usado como produto de limpeza e solvente de óleos, ceras e graxas na indústria electrónica. Embora o TCE seja bastante utilizado na Malásia, as autoridades públicas praticamente não exercem qualquer controlo sobre esse produto químico. E, embora o TCE seja volátil, até hoje não foram estabelecidos padrões quanto ao nível admissível de vapores de TCE na atmosfera ambiente nos locais de trabalho.

A depressão do sistema nervoso central (SNC) é a manifestação mais comum de intoxicação provocada por uma baixa inalação de vapores de TCE. Outros sintomas de depressão do SNC são a tontura, falta de agilidade mental, fadiga, vertigens, dores de cabeça, náuseas, vômitos e coma.

Radiação. Na indústria electrónica, os operadores de controlo de qualidade ficam expostos a riscos de radiação. Qualquer exposição excessiva à radiação pode provocar leucemia e mutações no feto humano, decorrente de danos causados aos cromossomas.

Fadiga ocular. A produtividade dos operários da indústria electrónica declina rapidamente após alguns anos de trabalho com o microscópio, quando a visão começa a ser prejudicada.

Condições árduas de trabalho e stress. A obrigatoriedade de fazer horas extraordinárias, o trabalho nocturno e os sistemas de produtividade mínima são os grandes responsáveis pelo "stress".

Cerca de 75% dos trabalhadores da indústria electrónica são mulheres, para as quais a obrigação de fazer horas extraordinárias ou trabalho nocturno traz grande transtorno à vida familiar. Se já não é fácil assimilar o duplo papel de dona-de-casa e operária, as mulheres que tra-



A fadiga ocular é um dos males mais comuns

lham na indústria electrónica enfrentam riscos adicionais. Quando submetidas ao contacto com solventes orgânicos ou outros tipos de produtos químicos, as operárias grávidas têm problemas de parto, sendo comum entre elas a ocorrência de abortos. O contacto com o xilénio provoca períodos menstruais mais longos e abundantes, ao passo que o antímónio pode provocar aborto e o arsénico pode causar cancro de seio e urogenital.

Portanto, embora a indústria electrónica seja um sector de produção moderno e de alta tecnologia, os trabalhadores continuam tão expostos a riscos como os de outros sectores industriais. Mesmo num ramo industrial tão sofisticado, a "miopia" dos directores impede que se perceba que a saúde dos operários é um factor de produtividade. Em tal situação, é necessária a intervenção do governo. A actual legislação da Malásia precisa de ser revista e, o que é mais importante, deve ser aplicada com rigor.

Uruguai: denunciado o uso de pesticidas proibidos

O uso indiscriminado de produtos como o DDT e o Lindane, proibidos em diversos países industrializados, foi denunciado no Uruguai, pela publicação *Servicio de Comunicaciones (SERCOM)*, editado pelo Centro de Investigação, Informação e Documentação do Uruguai (CIDIU), em colaboração com uma rede de 25 organizações não-governamentais.

No seu número de Dezembro passado, dedicado à qualidade de vida no Uruguai, a publicação assinala que "tanto o Lindane como o DDT são compostos que foram proibidos pela *Pesticide Action Network (PAN)*, uma organização mundial não-governamental que actua em defesa do meio ambiente.

Ainda segundo o *SERCOM*, "o DDT está proibido na Suécia desde 1970 e, posteriormente, em grande número de países industrializados. E aqui, no Uruguai, ele é utilizado com imprudente irresponsabilidade". Afirma, em seguida, que "o DDT é um importante agente cancerígeno e provoca, por efeito acumulativo, fraqueza muscular, hepatite e retardamento mental".

A publicação diz também que "nós, uruguaios, temos um dos mais altos índices mundiais de resíduos de DDT no sangue. E é bom não esquecermos isso".

Vintena da morte

Outro dos produtos usados correntemente no Uruguai, segundo denuncia o *SERCOM* é o Diazinon, recentemente incluído pela Organização Internacional dos Consumidores na chamada "vintena da morte".

Os produtos químicos que integram essa lista, que inclui o DDT e o Lindane, provocam, de acordo com o *SERCOM*, a morte de 40 mil pessoas por ano, 75% das quais no Terceiro Mundo.

Guatemala: as mulheres vão à luta

A participação feminina na guerrilha cria, de facto, uma situação de igualdade entre os sexos, mesmo numa sociedade de hábitos conservadores



A mulher incorporou-se na luta

Tomas Rodriguez Poj foi uma das primeiras mulheres guerrilheiras na Guatemala. Depois de ter militado durante vários anos no Partido Guatemalteco do Trabalho, decidiu, nos princípios da década de sessenta, partir para a montanha. Actualmente é membro do Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP) e diz com orgulho que os seus três filhos (um rapaz e duas raparigas todos na casa dos vinte anos) são também guerrilheiros e a tratam por "Companheira Mamã".

"Na Guatemala as mulheres ganham menos em qualquer uma das áreas profissionais", disse-nos Tomasa Poj. Por isso as reivindicações de melhoria das condições de vida das mulheres se inserem nas reivindicações mais gerais do povo guatemalteco.

"No campo, por exemplo, a situação da mulher é particularmente degradante: os homens são os contratados mas, ao serem-no, levam consigo a mulher com quem trabalham lado a lado. No entanto, quando chega a hora dos pagamentos só ele é que recebe". Ou seja, os homens trabalham para os patrões e as mulheres para os maridos.

As empregadas de serviço doméstico, na sua esmagadora maioria indígenas, apenas têm direito a receber comida, como pagamento do seu trabalho. Nada mais. Por outro lado, a maio-

ria das mulheres só consegue contratos de trabalho por apenas três meses. Quando ficam grávidas são imediatamente despedidas. Esta situação tanto se verifica em fábricas como no sector de serviços. As mulheres que seguem cursos superiores são muito poucas e tomam-se quase na totalidade professoras.

"Conseguir trabalho equivale a vender-se totalmente. Além disso, o ideal de mulher é ser boa esposa, dona-de-casa, mãe de filhos". Depois, o hipotético poder económico da mulher na família, como elemento administrante do rendimento familiar, não tem expressão na Guatemala. "Que significado tem o controlo económico na família, se o que se tem para comprar é tão pouco? Que poder é este?"

Novos ventos sopram da guerrilha

Quando se iniciou a luta guerrilheira, apenas os homens pegaram em armas. Mulheres como Tomasa Poj não eram muitas. Mas o alheamento feminino aos acontecimentos que as rodeavam era-lhes impossível. No entanto, apesar de tudo, a incorporação da mulher foi-se dando progressivamente. Os maridos, mesmo os que eram combatentes não viram com muito bons olhos a incorporação feminina na luta nas montanhas, mas o trabalho desenvolvido pelas organizações acabou por dar frutos.

"Passámos a considerar — conta-nos Tomasa — que uma aldeia estava ou não ganha para a nossa causa, segundo a participação das mulheres. E, aconteceu muitas vezes serem elas a convencer os homens a participarem. No princípio perguntavam se podiam falar nas reuniões, se os guerrilheiros não as violavam, etc". E depois dos medos,

nasceu a confiança. A igualdade entre homens e mulheres é, na Guatemala, uma experiência nova e revolucionária.

Inicialmente atribuíram-lhes as tarefas que correspondiam, no essencial, àquilo que a sua condição de mulheres, afinal de contas, lhes ensinara: tratavam da comida, da saúde, das roupas dos guerrilheiros. No entanto, a pouco e pouco a própria necessidade acabou por criar as condições necessárias para que elas ingressassem no exército.

A desejada igualdade

"Conseguiu-se uma consciência política, mas também entre homens e mulheres. Elas começam, finalmente, a vislumbrar a sua possibilidade de serem iguais. É como um despertar para a vida. Tudo cresce ao apresentar-se-lhes a expectativa de um mundo que ultrapassa o da sua casa. As mulheres guatemaltecas começam agora a sentir-se sujeito de transformação histórica". A par desta situação nova, as próprias tarefas marcadamente femininas são actualmente desempenhadas pelas mulheres, não já numa perspectiva da sua condição feminina, mas sim de uma função revolucionária.

"A revolução rompe com os tabus tradicionais. Actualmente, nos acampamentos, as tarefas são partilhadas entre homens e mulheres".

As organizações femininas são quase inexistentes

Apesar de as reivindicações femininas se integrarem no contexto das reivindicações mais gerais do povo guatemalteco, são elas que lutam, por exemplo, pela colocação de fontanários nos bairros onde não existe água corrente, pois são elas, também, que mais particularmente sentem a ausência da água e que carregam com os depósitos desde muito longe até suas casas.



"A revolução rompe os tabus tradicionais. Actualmente, nos acampamentos, as tarefas são partilhadas entre homens e mulheres"

Devido às condições em que vive a Guatemala, as poucas organizações existentes de mulheres têm funções muito específicas. É o caso do Grupo de Apoio Mútuo, criado em 1984 e que é composto por familiares de desaparecidos, mas, destes, os mais activos membros são as mães e mulheres dos desaparecidos. Semelhante às MÃes da Praça de Maio argentinas, esta organização tem uma existência aberta e reivindica informações sobre os 50 mil mortos/desaparecidos guatemaltecos.

A par desta actividade, uma outra tem sido desempenhada pelas mulheres dos campos e consiste na educação dos órfãos de desaparecidos. "Uma outra tarefa muito importante e igual-



mente revolucionária, conta-nos Tomasa Poj, consiste na participação produtiva das mulheres, nas povoações em que apenas ficaram os velhos e as crianças, porque os homens ou morreram ou foram para a guerrilha". (G. B. M.)

O índio latino-americano no cinema

Vários filmes recentes de produtores e realizadores da América Latina resgatam as culturas autoctones e mostram a falta de interesse oficial sobre o futuro dessas populações

Cineastas de toda a América Latina vêm, há já algum tempo, através da realização de filmes e vídeos, manifestando especial interesse pelo levantamento da vida das populações indígenas dos seus países praticamente dizimadas, ao longo dos séculos, pelos conquistadores. Essa tomada de posição não tem qualquer caráter de procura do exótico, de folcló-

rismo, nem de exposição de "espécies em extinção". Procura sim mostrar que a cultura e os costumes desses povos têm um propósito político e que constituem uma experiência de vida, uma forma de pensar e sentir que permanecem ignoradas no pensamento oficial da população das grandes cidades.

Entre esses filmes, "Conversas do Maranhão", da brasileira An-

drea Tonacci, coloca o índio narrando a sua experiência perante o discutível trabalho da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Ministério do Interior, e dos seus funcionários, durante os governos da ditadura militar.

Em "Mayo ya 84", os *miskitos* falam sobre as suas perspectivas na nova Nicarágua, desmentindo uma boa parte das conjecturas feitas pela estratégia norte-americana no seu afã de justificar uma política de agressão àquele país nas mais diversas frentes.

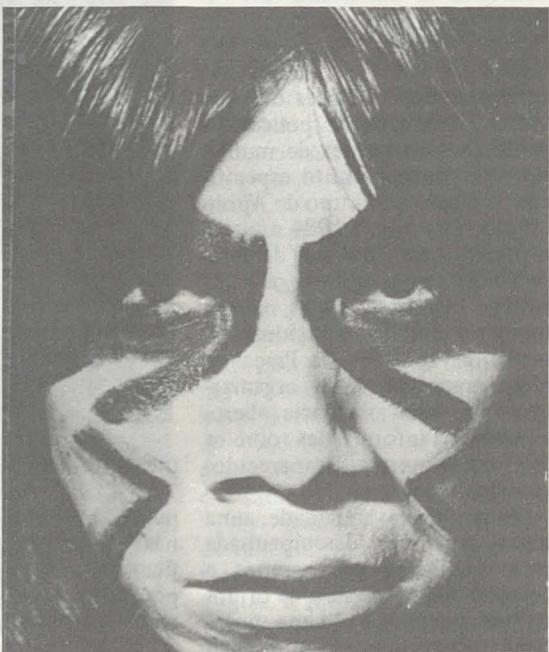
"Quando Invadieron Nuestras Tierras" foi realizado pelos próprios indígenas, os *ayoreodes* do oriente boliviano. No filme, o seu cacique acusa missionários, colonos e funcionários do governo de responsáveis directos pelo actual estado de miséria do seu povo, que mora agora em verdadeiros tugúrios humanos ao redor da cidade boliviana de Santa Cruz. Igualmente dramático é o testemunho do cacique Yekuana em "Yo Hablo a Caracas" (Carlos Azpurúa), exigindo respeito pelas suas terras e cultura, atingidas pela penetração colonizadora na Venezuela.

O fim de um povo

O brasileiro "Avaeté, Semente da Violência", de Zelito Viana, narra o caso real de uma tribo de Goiás extermínada a tiros, depois de ver a sua aldeia bombardeada. O relato foi feito pelo cozinheiro da expedição, que conseguiu salvar uma criança da tribo da matança generalizada. Esse cozinheiro chegou inclusive a ser preso, tendo depois enlouquecido.

"El Pueblo Ona: Vida y Muerte en Tierra del Fuego", de Anne Chapman e A. Montés de González, é composto de duas partes. Na primeira, intitulada "Vida",

O filme "Avaeté, Semente da Violência" conta a história real de uma tribo brasileira criminosa e extermínada





A grande preocupação dos cineastas latino-americanos é mostrar as civilizações indígenas em toda a sua autenticidade

os autores fazem uma reconstituição da cultura selk'Nam (aniquilada a partir de 1880, quando foi iniciada a colonização da Ilha Grande, agora compartilhada entre a Argentina e o Chile). A segunda, "Muerte" é o testemunho dos últimos indígenas sobre o fim do seu próprio povo. A realização deste filme levou cerca de quatro anos.

De Gustavo Guayasamin, o equatoriano "Los Hieleros del Chimborazo" é um documentário que narra como vivem as famílias indígenas junto ao vulcão Chimborazo e que dependem da exploração do gelo que extraem dos cumes dos morros para poder sobreviver. "Velhos, jovens, mulheres e crianças sobem os montes cobertos de neve com esfarrapados *ponchos* que pouco protegem do frio. Esta forma de ganhar a vida vem desde o tempo da colónia". Este filme, narrado em espanhol e em língua indígena quíchua, foi premiado em importantes festivais, como o do Novo Cinema Latino-Americano, em Cuba, e o Ibero-Americano, na Espanha.

O condor no cinema

O colombiano "Nuestra Voz de Tierra, Memoria y Futuro", de Martha Rodríguez e Jorge Silva, descreve a luta de uma comunidade étnica para manter a sua terra e cultura. A vigência do condor como deus tutelar dos Andes sul-americanos surge claro na versão cinematográfica do conto do conhecido escritor peruano José María Arguedas "La Agonia de Rasu Niti", uma premiada produção do Peru.

Produzidos pelo Arquivo Etnográfico Audiovisual do Instituto Nacional Indigenista do México, "El Eterno Retorno", de Rafael Montero, e "Mara Acame (Cantador y Curandero)", de Juan Francisco Urrusti, são dois bons exemplos do cinema mexicano. A televisão brasileira, por sua vez, apresentou, no ano passado, duas séries relatando a vida de tribos indígenas — "Xingu" e "Amazônia" —, o que demonstra que o actual interesse pelas culturas autóctones latino-americanas não se limita apenas às salas de cinema.

Toda esta obra comporta uma nova perspectiva dentro das actuais tendências do cinema-documentário da América Latina. A imagem filmada converte-se em veículo de uma realidade que se apresenta em toda a sua variedade e riqueza. A literatura antropológica — quase sempre restrita aos meios académicos — encontra, assim, na sétima arte um eficaz meio para despertar a consciência do mundo sobre as mais variadas dimensões da cultura indígena do continente americano.

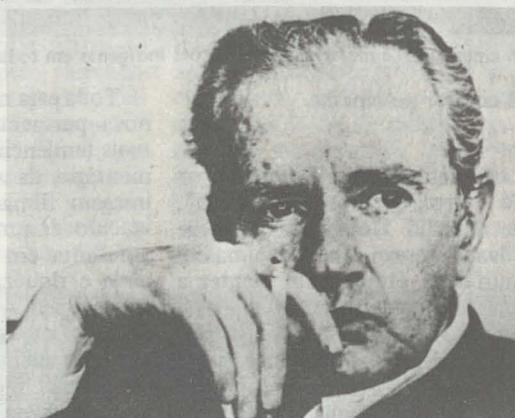
Alguns críticos já falam do cinema do "quarto mundo", um registo e um testemunho que transcendem a cultura académica e que chegam ao grande público de uma forma crua, real. O grande interesse que estes filmes têm encontrado nos espectadores latino-americanos e de outras regiões onde foram exibidos mostra que a vida e a cultura dos índios são temas que ainda podem continuar a ser explorados pelo cinema. O que deve ser feito, sem as deformações e o artificalismo tão comuns às produções norte-americanas. •

Notas de Cultura

JUAN RULFO: UMA OBRA ETERNA

Juan Rulfo escreveu apenas dois livros. No entanto era considerado, por Gabriel García Márquez e por muitos dos melhores escritores e críticos contemporâneos, o maior escritor latino-americano. Morreu a 7 de Janeiro, no México, aos 67 anos de idade, de paragem cardíaca, após três meses gravemente doente de enfisema pulmonar. Há 30 anos que Rulfo não escrevia, mas os seus dois livros, "Planície em Chamas", de 1953, e "Pedro Páramo", 1955 — a sua obra-prí-

A obra de Juan Rulfo (foto) é considerada em todo o mundo um paradigma do povo mexicano



ma —, foram traduzidos em numerosos idiomas.

Sobre Rulfo, o escritor argentino Ernesto Sábato, disse: "um par de pequenos livros asseguraram-lhe a permanência na história da literatura universal". Para o uruguai Juan Carlos Onetti, o escritor mexicano era um exemplo para a intelectualidade do mundo que "fingindo muito dizer, seguem fatigando as máquinas impressoras".

A obra de Rulfo é lida em todo o mundo como um paradigma do drama do povo mexicano. Como ele dizia: "temos vivido na violência total. Este país, desde a independência, teve não apenas

guerras, mas invasões e traições. Em termos gerais, toda a nação participa disso. O caciquismo subsiste, de forma privada, de forma local, de forma regional e estatal, e até de forma presidencial".

Um dos temas de "Pedro Páramo" é precisamente o caciquismo. Rulfo preferia definir o livro como a história de uma aldeia: "uma aldeia morta, onde todos estão mortos, inclusive o narrador. As suas ruas e os seus campos são percorridos unicamente pelas almas e pelos ecos capazes de fluir sem limites no tempo e no espaço".

templando, imóveis, dia após dia, o nascer e o pôr-do-sol.

'NUNCA MAIS': BEST SELLER NA ARGENTINA

O livro mais vendido na Argentina, durante o ano passado, foi "Nunca Mais", da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), presidida pelo escritor Ernesto Sábato. A publicação vendeu 190 mil exemplares em nove edições da Editorial Universitária de Buenos Aires (EUDEBA) e a receita será destinada a entidades de direitos humanos, segundo decisão do directório dessa empresa estatal, dirigida pelo crítico literário Luis Gregorich.

"Nunca Mais" é uma compilação de milhares de denúncias e informações sobre violações aos direitos humanos, cometidas durante o regime militar (1976/83). Outro livro documentário, "Malvinas, a Trama Secreta", foi o segundo mais vendido, com 170 mil exemplares e dez edições, e deu aos seus autores — três jornalistas do matutino *Clarín* de Buenos Aires — um prémio literário em Espanha.

O livro aborda a ocupação militar por tropas argentinas das Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul, e a guerra com a Grã-Bretanha (Abril-Junho/82), através da compilação de dados recolhidos pelo jornal e que não puderam ser publicados na altura por causa da censura oficial.

Outro livro de grande sucesso, que combina a ficção com dados reais, é "A Novela de Perón", do argentino Tomás Eloy Martínez, escrita nos Estados Unidos, aproveitando uma bolsa de estudo.

Igualmente o livro do brasileiro Frei Beto, "Fidel e a Religião" tem despertado a atenção dos leitores argentinos.

ORIGENS AFRICANAS NA ARTE POPULAR MEXICANA

A coordenadora de Programação e Produção do Departamento de Dança da Universidade Nacional Autônoma do México afirmou reconhecer alguns pontos comuns entre a arte popular e tradicional do seu país e certos aspectos do folclore africano que sofreram influências em Cuba.

Rosario Manzanes disse que essa constatação pode ser observada em estados como Oaxaca e Guerrero, onde a influência de origem Yoruba aparece no canto e na dança. "Como se sabe — declarou a antropóloga — a população negra que chegou ao México veio de Cuba e esse facto explica a presença de determinados traços comuns nas culturas das regiões citadas."

Ela explicou que essa emigração foi pequena e a sua influência no México não foi muito significativa já que o país era "o centro de uma das civilizações indígenas mais desenvolvidas e ricas do continente".

Rosario Manzanes revelou, ainda, que no México o folclore é preservado pelo povo. "Felizmente — disse — ainda existem alguns lugares onde a população indígena não permite o acesso a gente de fora". Como exemplo, citou San Juan de Chamula, no estado de Chiapas, onde existe uma igreja onde os santos estão colocados a um canto como de castigo "por terem deixado queimar a antiga sede do templo". "Por sorte, preservámos as nossas tradições, apesar de toda a infiltração cultural imposta pelos Estados Unidos", afirmou a antropóloga.

PERU: ALTOS ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR

As crianças peruanas das cidades mais pobres da popula-

ção repetem muitas vezes o ano escolar, chegando mesmo a abandonar os estudos por volta do terceiro ou quarto ano, quando começam a trabalhar para ajudar os pais. É comum ver-se em Lima crianças com uniformes escolares lavando carros, engraxando sapatos ou vendendo doces.

A constatação é do professor Dagoberto Perez, do Colégio Nacional "Labarthe", da capital, assinalando que "muitas dessas crianças trabalham durante meio dia e depois assistem às aulas cansadas, com fome e sob grande tensão emocional, porque se não ganharam o necessário podem receber repreensões dos pais".

normal. Cerca de 2,6 milhões abandonaram as aulas e 4,2 milhões foram reprovados.

Para os especialistas em educação, estas percentagens representam um grave problema, além de criarem um excesso nos gastos educacionais, porque os alunos não completam os seus estudos dentro dos períodos mínimos estabelecidos (para o primário, entre os seis e os 11 anos de idade, e para o secundário, dos 12 aos 16 anos).

De acordo ainda com o mesmo estudo do Ministério da Educação, este problema é determinado, em grande parte, pelo baixo poder aquisitivo do povo e, também, pelas migrações de fa-



Mais de 22% das crianças peruanas em idade escolar abandonam os estudos

Segundo dados estatísticos do Ministério da Educação do Peru, a repetição do ano escolar e o abandono dos estudos atingiram mais de 22% dos alunos matriculados durante os dez últimos anos. Dos quase 31 milhões de estudantes inscritos a nível nacional no período acima mencionado, cerca de 7 milhões não terminaram o ciclo educacional

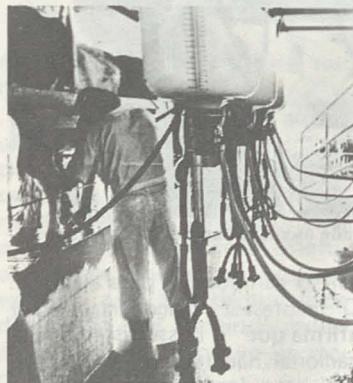
mílias campesinas para a cidade. O professor Dagoberto Pérez afirma que "o nosso sistema educacional não leva em consideração este fenômeno. A criança que vem de uma zona rural, com outra cultura e acostumada a um outro ambiente, sofre uma espécie de choque ao entrar em contacto com a vida urbana". (Michel Tovar)

Notas de Economia

ZIMBABWE DOA TRIGO À ETIÓPIA

O Zimbabwe tornou-se o primeiro país da África ao sul do Sáara a fornecer ajuda alimentar à Etiópia, usando para isso uma parte dos seus excedentes agrícolas. A doação do Zimbabwe aos famintos da Etiópia alcançou 250 mil toneladas de cereais, colhidos na safra de 1985, uma das maiores da história do país. A colheita total de grãos no Zimbabwe alcançou no ano passado a cifra de três milhões de toneladas. O milho teve uma colheita recorde devido principalmente à colocação no mercado da produção proveniente de agricultores independentes e camponezes africanos, cuja colheita surpreendeu até os responsáveis pelos planos do governo. A safra de cereais aconteceu após quase três anos de intensa seca em toda a África Austral, inclusive no Zimbabwe.

NIGÉRIA: AUSTERIDADE EM 1986



O novo orçamento federal da Nigéria para o ano de 1986 prevê um rígido esquema de contenção de gastos para permitir que o país possa gastar 30% do que ganhar com as exportações,

90 - terceiro mundo

no pagamento de amortizações da dívida externa, calculada em aproximadamente 12 mil milhões de dólares. Assim, a Nigéria vai pagar aos seus credores externos, no máximo, cinco mil milhões de dólares durante o ano em curso.

As receitas com as exportações de petróleo estão avaliadas em oito mil milhões de dólares até Dezembro, o que representa uma queda sensível em relação aos totais do ano passado. O segundo produto de exportação, o cacau, deverá render aos cofres públicos cerca de 1,5 mil milhões de dólares enquanto os demais produtos exportados pela Nigéria devem fornecer os restantes 4,5 mil milhões de dólares da receita total prevista até Dezembro.

Os investimentos no petróleo foram limitados a 900 milhões de dólares ao mesmo tempo que está prevista a duplicação dos preços da gasolina para o consumidor interno. O preço do diesel deverá aumentar para o triplo do que custava em 1985. Este enorme aumento nos preços dos combustíveis deve ter reflexos imediatos na alta do custo de vida e na inflação, que em 1984 estava avaliada em cerca de 40% ao ano e em 1985 ficou perto dos 100%.

O QUÉNIA DEIXA A LISTA DOS MAIS FAMINTOS

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) retirou o Quénia da lista das nações com maiores problemas alimentares de África. A medida foi anunciada depois de conhecidos os primeiros resultados das colheitas do ano passado, quando o regresso das chuvas permitiu uma sensível recuperação dos principais cultivos.

A colheita de milho, por exemplo, deve ter alcançado 2,5 milhões de toneladas, o que garantirá o abastecimento interno. Também se verificaram aumentos na produção de carne e leite, embora o rebanho queniano ainda não se tenha recuperado totalmente dos três anos de seca.

A produção de leite aumentou 50%, mas ainda não é suficiente para garantir a alimentação de crianças e gestantes. A produção de café e chá, os dois principais produtos de exportação do país, não registaram aumentos sensíveis.

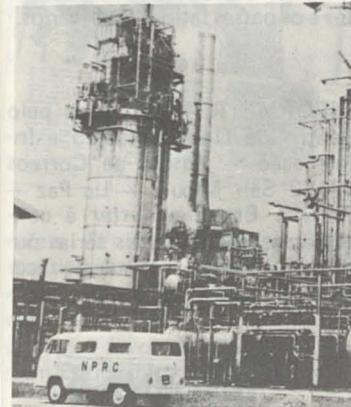
CAEM AS EXPORTAÇÕES LATINO-AMERICANAS



A Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) informou que nos primeiros nove meses de 1985 as exportações do continente latino-americano caíram 9% em consequência da contínua redução dos preços da generalidade das matérias-primas nos mercados da Europa e dos Estados Unidos. De uma lista de 18 produtos, a banana e o cobre subiram de preço, mas estas altas foram insuficientes para compensar a redução de 13,4% registada nestes dois produtos em 1984.

Dos itens que sofreram desvalorização, as maiores quedas foram as do açúcar, farinha de pescado, soja, milho, algodão, chumbo e lã, cujas cotações caíram de 10 a 36%. A redução do valor das exportações representa uma queda das receitas externas dos países da região, num momento em que quase todos eles enfrentam enormes dificuldades para pagar uma dívida externa global de aproximadamente 350.000 milhões de dólares.

DÉFICE DOS EUA PODE CAUSAR QUEDA DO DÓLAR



Um estudo divulgado em Washington no final do ano passado revela que se o presidente Ronald Reagan não alterar rapidamente a sua política económica, o défice da conta corrente dos Estados Unidos poderá chegar a 200 mil milhões de dólares, provocando uma grave crise de confiança na moeda norte-americana e um profundo desequilíbrio na economia mundial. Stephen Harris, autor do estudo intitulado o "Défice e o dólar", garante que se a tendência actual for mantida, o desequilíbrio entre as importações e as exportações dos Estados Unidos pode

elevar a dívida externa norte-americana para quase mil milhões de dólares.

Harris, um dos principais economistas da OCDE, garante que o dólar sofreu, no ano passado, uma desvalorização de 20%, mas que isso não foi suficiente para atenuar os efeitos do exagerado peso que a moeda norte-americana tem hoje nas relações financeiras entre os países capitalistas industrializados. Stephen Harris afirma que o dólar deveria ser desvalorizado em mais 30% para que a crise de confiança possa ser evitada. Actualmente, as importações norte-americanas superam em 50% as exportações, fazendo, assim, com que a dívida externa do país cresça a um ritmo muito mais acelerado do que a de qualquer outro país, inclusive os do Terceiro Mundo.

No momento, os investidores europeus aplicam os seus recursos nos bancos norte-americanos devido às altas taxas de juro, mas podem retirar rapidamente os seus depósitos temendo os efeitos do rápido aumento da dívida externa dos Estados Unidos. Se este fenômeno acontecer a curto prazo, os especialistas prevêem que haverá uma forte retracção financeira em Wall Street, com um grande aumento das taxas de juro como forma de contrabalançar a evasão de recursos e investimentos. O resultado será um sério abalo nas relações económicas no mundo capitalista, garante Stephen Harris.

NICARÁGUA: INDÚSTRIA PRIVADA

A suspensão do fornecimento de produtos básicos, matérias-primas e peças de reposição em consequência do bloqueio eco-



nómico imposto pelos Estados Unidos provocou prejuízos em 90% das indústrias instaladas na Nicarágua, atingindo especialmente as pequenas e médias empresas privadas. A queda de produção foi mais sensível nos quatro sectores básicos da economia nicaraguense, ou seja, na indústria têxtil/vestuário, couro, calçados e alimentos.

Na indústria de panificação, a queda da produção foi de 17,2% em relação a 1984. A suspensão do fornecimento de trigo norte-americano obrigou a Nicarágua a depender de doações da União Soviética e de outros países europeus. No sector de vestuário a queda foi ainda maior, chegando a atingir 27% da produção relativa a 1984. Os danos sofridos pela indústria nicaraguense por causa do bloqueio foram revelados num documento oficial do governo, que indica entre outros dados, que a pequena indústria nacional contribui com 20% do PNB do país.

Ainda segundo o documento, as perdas não foram maiores porque uma grande parte dos pequenos industriais e trabalhadores criou novas cooperativas para racionalizar o uso dos escassos recursos disponíveis bem como para impedir o desemprego de 43 mil nicaraguenses que trabalham em cerca de 12 mil empresas.

Nesta nova secção, que passaremos a publicar periodicamente, faremos uma síntese das principais "newsletters" e boletins de informação, distribuídos por organizações de países da América Latina, África e Ásia.

GUYANA INFORMATION BULLETIN — Publicada pelo Partido Popular Progressista (PPP) — Freedom House 41 Robb Street — Georgetown — Guiana. Publicação oposicionista



em relação ao actual governo, contendo análises económicas, políticas e sociais da Guiana, partindo de uma posição socialista.

OPINION POPULAR — Uma publicação do Movimento Nacional Revolucionário — Apartado Postal 230 — San Pedro — Montes de Oca — Costa Rica. Tem como principal preocupação o acompanhamento da realidade política e económica em El Salvador.

AVALIAÇÃO — Publicado pelo Instituto Brasileiro de Análises e Estatísticas Sociais (IBASE) — rua Vicente de Souza 29 — CEP 22251 — Rio de Janeiro — Brasil. Publicação mensal destinada à análise e interpretação das políticas governamentais nos sectores social, económico e institucional.

ADAC NEWS — Publicado pelo Detention Action Committee — PO Box 368 Salt River 7925 — África do Sul. Contém informações sobre a repressão policial contra os grupos contrários ao racismo na África do Sul e notícias sobre a resistência contra o serviço militar no país.

THE OTHER ISRAEL — Uma newsletter do Conselho Israelita para a paz com a Palestina — PO Box 956 — Telavive — Israel 61008. Boletim editado por jor-



nalistas e estudiosos israelitas que não concordam com a política antiárabe do governo de Telavive. Procura um entendimento com as organizações palestinas.

CEMEDIN — Editada pelo Centro de Estudos dos Meios de Comunicação de Massa — Apartado 6646 — Havana 4 — Cuba. É uma publicação especializada no estudo do papel dos jornais, rádios e televisões na América Latina, especialmente em Cuba.

BOLETIN DE ANALISIS E INFORMACION — Editado pelo Centro de Investigación y Acción Social — AP. Postal 11-589 C. P. 06100 — México D. F.. Publicação especializada na análise das relações económicas, sociais e políticas entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.

INFORME R — Publicada pelo Centro de Documentação e Informação — Casilla de Correos 12152 San Miguel — La Paz — Bolívia. Esta newsletter é considerada uma das mais sérias publicações sobre a situação económica e social da Bolívia. Con-



tém estatísticas económicas, análises sectoriais e divulga regularmente relatórios especiais sobre temas específicos.

THIRD WORLD NETWORK DIGEST — Publicada pela *Consumers Association of Penang* — 87 Cantonment Road — Penang — Malaysia. Publicação especializada em questões do Terceiro Mundo, nomeadamente no que se

ca. Publicada mensalmente com notícias sobre a situação política interna na Namíbia e a actividade dos cristãos contrários ao racismo e à ocupação ilegal do país pela África do Sul.

●
BOLETIM DA AIM — Editado pela Agência de Informação de Moçambique — B. P. 896 — Maputo — Moçambique. Publicado



refere à acção das empresas transnacionais, preservação do meio ambiente, trocas comerciais Sul-Sul e à luta dos países pobres a favor de uma Nova Ordem Económica Internacional.

●
URUGUAY EN LA COYUNTURA — Publicado semanalmente pelo Centro Uruguay Independiente — Gaboto 1282 — Montevidéu — Uruguai. É especializada em estudos sobre a realidade política, económica e social do Uruguai. Do seu corpo editorial participam alguns dos mais competentes jornalistas, técnicos e especialistas económicos e políticos do país.

●
INFORMATION — Uma newsletter do Conselho das Igrejas da Namíbia — PO Box 41 — Windhoek 9000 — South West Africa

1986 — Fevereiro — nº 86

Southern Africa — O. Z. Achterburgwall 173, 1012 DJ Amsterdão — Holanda. Publicação quinzenal com recortes de jornais de



varíos países do mundo sobre questões económicas e políticas de Angola, Moçambique, África do Sul, Zimbabwe, Namíbia, Zâmbia, Lesoto, Botswana e Suazilândia.

●
CARPETA LATINOAMERICANA — Publicada pela Agencia Latinoamericana de Servicios Especiales de Información — ALASEI — Apartado Postal 19-49A



— México — 19 D. F. Contém reportagens, documentos e análises sobre a situação económica, política e social dos países da América Latina.

Notas de Comunicação

CHILE: JORNALISTAS DERROTAM PINOCHET

A oposição ao regime do general Pinochet obteve uma importante vitória nas eleições para a renovação da direcção da Associação Nacional dos Jornalistas do Chile, que abrange os profissionais do ramo de todo o país. Além de reeleger o seu actual presidente Ignacio González Camus, a lista democrática ganhou três dos cinco cargos em disputa para a direcção, com candidatos da democracia-cristã e da esquerda.

Camus é redactor da revista independente *Hoy* e da rádio Chilena, propriedade do arcebispo católico de Santiago. A As-



sociação tem mantido uma constante oposição às restrições impostas pelo governo à liberdade de imprensa e às leis que impedem o aparecimento de novos veículos de comunicação social no país.

Nas eleições para o Conselho de Jornalistas de Santiago, a oposição garantiu os 11 cargos em disputa. José Carrasco, apoiado pela esquerda, foi escolhido como representante junto ao Conselho Nacional da classe, der-

rotando o candidato da democracia-cristã, Octavio Neira.

Um recurso foi apresentado ao Tribunal de Apelo de Santiago contra o ministro do Interior, Ricardo Garcia, acusado por uma empresa jornalística de protestar a decisão sobre o pedido de fundação e circulação do Jornal *La Época*. Desde 1984, foi solicitada a autorização para a edição da publicação. Uma nova representação, datada de 31 de Dezembro passado, não recebeu igualmente qualquer resposta do Ministério do Interior.

Desde 1973, data do golpe militar que depôs o governo de Salvador Allende, a imprensa chilena vem sofrendo diversas restrições ao exercício da sua liberdade de expressão, como a censura prévia e o encerramento de diversos meios de comunicação. O Sindicato dos Jornalistas do país tem apresentado várias denúncias quanto a essas violações, que, no entanto, continuam a ser praticadas pelo governo.

UNESCO:

MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO

A presença em larga escala dos meios de comunicação na vida moderna quotidiana e a influência, nem sempre positiva, que exercem sobre as crianças e adolescentes levaram a Unesco a elaborar um programa, "Educação e Comunicação", no intuito de dar às mensagens informativas um valor educacional.

O programa pretende estabelecer um equilíbrio entre as principais fontes de informação e o conhecimento para a criança e o

adolescente, ou seja, a escola tradicional e a "escola paralela", mais precisamente o cinema, a televisão, o rádio, a imprensa escrita e publicações infanto-juvenis, segundo informações da Unesco publicadas no ano passado.

Para que o programa atinja os seus objectivos, acrescenta a Unesco, "os educadores devem incorporar esses instrumentos no ensino e desenvolver novos métodos que levem em consideração os seus efeitos no processo educacional". O projecto faz parte do Programa de Renovação Educativa visando o desenvolvimento da Ásia e Pacífico (APEID) e será realizado com a ajuda de recursos orçamentais extraordinários, durante o biénio 1986-87.

PIDC: PROJECTO DE IMPRENSA PARA A ÁFRICA AUSTRAL

Um novo projecto regional de desenvolvimento de Agências de Imprensa na África Austral e Oriental (SEANAD) vai ser executado, a partir de Maio próximo, no Botswana, Malawi, Moçambique, Zimbabwe, Madagascar, Ilhas Maurício e Seychelles, segundo informou o Programa Internacional de Desenvolvimento das Comunicações (PIDC).

Concebido de acordo com o modelo do projecto de desenvolvimento das Agências de Imprensa na África Central e Ocidental (WANAD), o SEANAD terá como principais objectivos a formação de pessoal das agências nacionais e a instalação de uma infra-estrutura, dando prioridade às ligações de rádio entre os países insulares. O projecto conta com um financiamento de 440 mil dólares da República Federal Alemã e com a colaboração da Unesco.

ANGOLA E GUINÉ-BISSAU ASSINAM ACORDO

As agências noticiosas de Angola e da Guiné-Bissau assinaram um acordo, por via dos seus respectivos directores, nos domínios da assistência técnica, troca de informações e formação de quadros, no passado mês de Novembro, em Luanda.

Francisco Barreto, director da ANG e que se deslocou à capital angolana para o efeito, afirmou ter consistido a sua estadia num incremento da cooperação no domínio da comunicação, concretizando, deste modo, as decisões tomadas em Maputo, pelos ministros da Informação dos "Cinco".

O director da ANGOP, Raimundo Sotto-Mayor, afirmou, por seu turno, ter contribuído o referido encontro para o desenvolvimento dos laços de solidariedade entre ambos os países, ao ter possibilitado um avaliar das capacidades existentes em cada uma das partes.

TELEVISÃO DO PACTO ANDINO LANÇA SÉRIE INFANTIL

"A nossa América para as Crianças" é o nome de uma série de 60 programas de alta qualidade técnica que a televisão do Pacto Andino lançará, este ano, nos cinco países membros, abordando temas históricos, música, artesanato, comidas típicas, ecologia, cidades e desportos, com indicações especialmente dirigidas ao público infantil.

Os programas foram filmados em cidades e povoados da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, países que integram o pacto. Segundo o coordenador do programa, Frederico Ehlers, do Equador, eles representam "um esforço para defender as

tradições e os valores culturais dos nossos povos. Com isso — assinalou — queremos redescobrir a nossa própria identidade".



Esta programação infantil é um dos projectos fundamentais da televisão andina, criada pelo pacto há cinco anos com o objectivo de promover uma maior integração no campo da comunicação.

IPS DÁ PRÉMIO A JORNALISTA DA ÁFRICA DO SUL

Instituído pela *Inter Press Service* (IPS), o "Prémio Internacional de Jornalismo" foi concedido, pela primeira vez, ao jornalista Allister Sparks, da África do Sul. Segundo o director-geral da agência, Roberto Savio, "Sparks foi escolhido porque o seu trabalho jornalístico tem representado uma significativa contribuição à crescente conscientização, dentro e fora da África do Sul, da injustiça e dos sofrimentos inerentes ao sistema de *apartheid*".

Na condição de principal agência de notícias dedicada às questões do Terceiro Mundo e aos problemas do desenvolvimento, a IPS decidiu, depois de 21 anos de actividade, criar o "Prémio Internacional de Jorna-

lismo", como forma de reconhecimento do trabalho informativo de relevo, especialmente do relacionado com as transformações das sociedades do Terceiro Mundo".

Roberto Savio disse que a agência escolheu o tema do *apartheid* para o primeiro ano da atribuição do prémio para "expressar o nosso apoio aos esforços internacionais destinados a ajudar o povo sul-africano a libertar-se do sistema de racismo institucionalizado". E acrescentou que o prémio também comemora o 40º aniversário da ONU que não só classificou o *apartheid* como um "crime contra a humanidade", como ainda adoptou uma série de medidas que reflectem o compromisso internacional para eliminar a discriminação racial.



Sparks, de 52 anos de idade, é um veterano jornalista sul-africano, ex-director do *Rand Daily Mail* (fora de circulação), o jornal dos brancos do país mais declaradamente contrário ao racismo. Sparks é, actualmente, correspondente do *Washington Post* e do jornal britânico *The Observer*.

Humor

VOCÊS MEXICANOS SUBESTIMAM OS PERIGOS DA AMÉRICA CENTRAL...



E IGNORAM A SÉRIA AMEAÇA QUE SE COLOCA A NOSSA SEGURANÇA

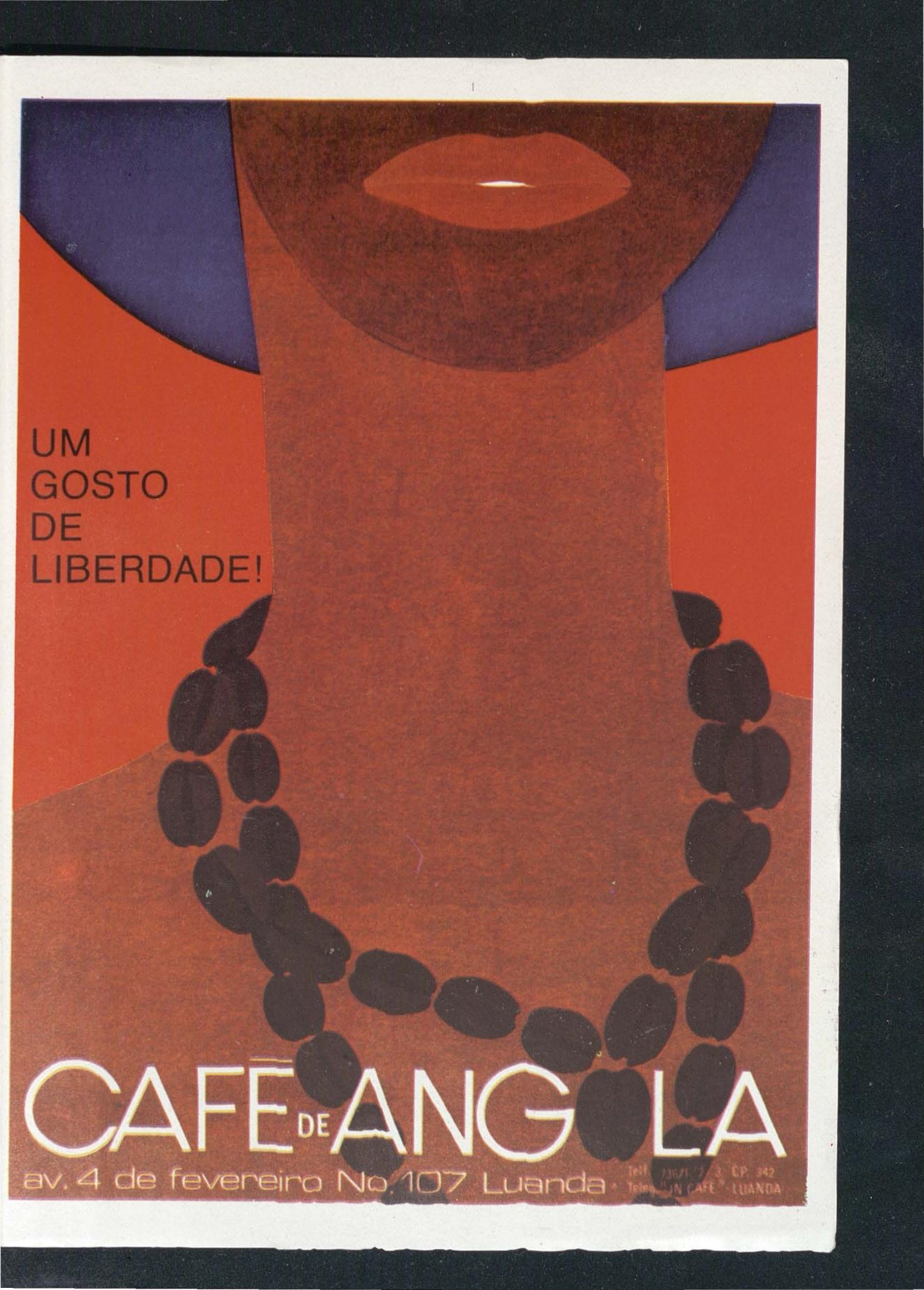
NAO SE ESQUEÇA QUE NÓS ESTAMOS ENTRE VOCÊS E A AMÉRICA CENTRAL



AHA! ENTÃO, VOCÊ ADMITE ISSO, NÃOÉ ?!!



WASSERMAN



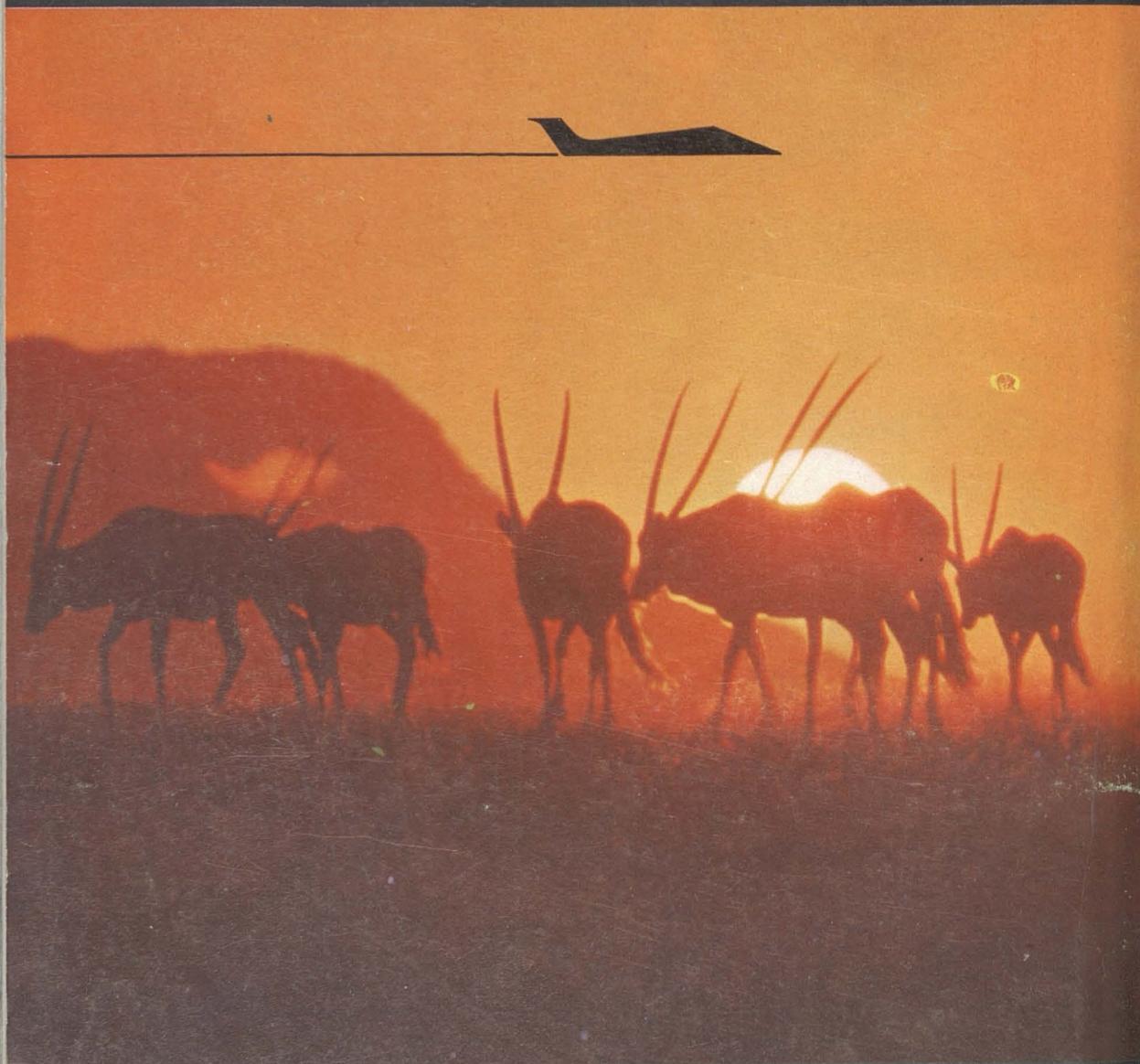
UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

tel. 73671-2-3-4 SP. 342
tel. "IN CAFE" LUANDA

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
Ao Serviço da Reconstrução Nacional